



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo
MESTRADO EM GEOGRAFIA



NELSON GABRIEL DA SILVA BRIA

**MOVIMENTOS DAS ÁGUAS E ÁGUAS EM MOVIMENTO: UM ESTUDO
SOBRE OS CONFLITOS PELA ÁGUA NO BRASIL**

Belém – Pará
2022

NELSON GABRIEL DA SILVA BRIA

**MOVIMENTOS DAS ÁGUAS E ÁGUAS EM MOVIMENTO: UM ESTUDO
SOBRE OS CONFLITOS PELA ÁGUA NO BRASIL**

Relatório de atividades acadêmicas e de pesquisa apresentado para Exame de Qualificação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Herrera

Co-orientador: Prof. Dr. Adolfo da Costa Oliveira Neto

Belém – Pará
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B849m Bria, Nelson Gabriel da Silva.
Movimentos das Águas e Águas em Movimento : um estudo
sobre os conflitos pela água no Brasil / Nelson Gabriel da Silva
Bria. — 2022.
144 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. José Antônio Herrera
Coorientador(a): Prof. Dr. Adolfo da Costa Oliveira Neto
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Belém, 2022.

1. Movimentos Socioespaciais . 2. Movimentos
Socioterritoriais . 3. Conflitos Pela Água. 4. Atores
Hidro-hegemônicos . 5. Rede Dataluta. I. Título.

CDD 910.1333

NELSON GABRIEL DA SILVA BRIA

**MOVIMENTOS DAS ÁGUAS E ÁGUAS EM MOVIMENTO: UM ESTUDO
SOBRE OS CONFLITOS PELA ÁGUA NO BRASIL**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Antonio Herrera – Orientador
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof. Dr. Adolfo da Costa Oliveira Neto – Co-Orientador
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof. Dr. Carlos Alexandre Bordalo – Examinador Interno
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof. Dr. José Antônio Magalhães Marinho – Examinador Externo
Universidade Federal do Pará - UFPA

Data: 01/09/2022

Belém – Pará
2022

Para meu filho Rafael Levi, que nasceu durante a produção deste trabalho, e trouxe consigo a transformação da minha vida, enchendo-a de amor, felicidade e muito aprendizado. A meus avós, Nelson, Glória, Ruth e Gabriel, todo amor e carinho, que me forneceram em toda minha vida. A meus pais Ana Glória e Enrique Rafael, por terem me ensinado, entre tantas coisas, a respeitar o próximo, e me fornecerem condições para que o hoje fosse possível. A cada um dos meus irmãos, que são testemunhas de todas as noites não dormidas, e todo empenho dedicado à graduação, e a Minha Namorada Maria Eduarda, por todo apoio e cobrança para finalização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Aos meus pais e avós, pelo amor, incentivo e apoio incondicional, para que o hoje fosse possível. Aos meus irmãos que sempre estiveram ao meu lado, me dando força, e me incentivando para superar as dificuldades. A minha namorada, que vem sendo uma grande companheira nos últimos anos, e que sem dúvidas corroborou para estes trabalhos, com cobranças e puxões de orelha, bem como, ao meu filho, nascido durante a pesquisa e produção deste trabalho, que foi um dos meus maiores incentivos para concluir a presente pesquisa.

Aos meus orientadores, Dr. Adolfo de Oliveira Neto, Dr. José Sobreiro e Dr. José Herreira, pelo suporte, pelas suas correções e incentivos, pelas recomendações e cobranças, para além deste trabalho, mas para vida acadêmica como toda.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes. Bem como, ao corpo docente e técnico que formam o programa de pós-graduação em geografia, que oportunizam para além da realização de um mestrado, mas a oportunidade de compreender a importância dos debates científicos para o entendimento das relações sociais e mais processos sobre o espaço ao qual estamos inseridos.

Aos amigos de longa data, e aos que a geografia me deu no decorrer da graduação e pós-graduação. Bem como as milhas filhas de quatro patas, que me fizeram companhia durante o processo de escrita deste texto.

Ao Instituto Evandro Chagas, em especial a seção de parasitologia, na figura da Dra. Lourdes e Dr. Walter que sempre me apoiaram durante o período de construção desta pesquisa, e aos demais amigos, que a todo momento, contribuíram com orientações e conversas que colaboraram com esta produção.

A REDE DATALUTA, em especial a água e floresta, e todos os que fazem parte, pelos insanáveis debates e conversas durante as diferentes etapas da pesquisa.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

*“Jamais se desespere em meio as sombrias
aflições de sua vida, pois das nuvens mais
negras cai água límpida e fecunda”.*

Provérbio Chinês

“Tudo é água”

Tales de Mileto

RESUMO

A água é um elemento indispensável para a continuidade da vida humana e do equilíbrio ambiental do planeta. Em decorrência disso, a luta por seu acesso e a seus recursos é um embate que vem sendo travado a séculos ao redor do mundo. Em cada espaço/território, assume características específicas, oriundas das inter-relações existentes. No Brasil, a existência de múltiplas conflitualidades pelo acesso, controle e direito a água e seus recursos pode ser vista, em diferentes espaços/territórios, e as consequências destas, ganham novos contornos, sejam a níveis de estratégias de defesa por movimentos sociais, ou por parte do grande capital, como ações danosas a estes grupos. Os debates sobre água e movimentos podem ser entendidos a partir de inúmeras perspectivas teórico-metodológicas, mas aqui partimos da conflitualidade e da materialidade histórica e dialética que ações de diferentes atores deixam sobre diferentes espaços. Uma vez que, essas ações são processos históricos, que se encontram em constante movimento, agindo e se materializando de formas distintas em cada espaço, deixando marcas que podem ser descritas e analisadas de forma crítica. Diante disto, propõe-se entender os diferentes processos aos quais, as disputas pela água estão inseridas, a partir dos debates científicos e das análises das ações sofridas, praticadas, e demais estratégias desenvolvidas por movimentos socioterritoriais das águas na direção da salvaguarda dos direitos de seus membros e da sociedade de forma geral. As hipóteses levantadas neste trabalho, são que os movimentos socioterritoriais, organizarem-se, seja a nível interno de um único movimento, ou se aliado a outros, buscando diferentes maneiras de enfrentar as adversidades oriundas dos conflitos aos quais estão inseridos, tais como: manifestações, ocupações de empresas e órgãos públicos, ações judiciais, contra mineração, agronegócio, pesca industrial, dentre outros. Os debates travados neste trabalho, buscaram entender os diferentes processos aos quais as disputas pela água estão inseridas. Nesse sentido, a pesquisa bibliométrica e sua posterior análise forneceram condições para a observação de como a ciência vem produzindo a respeito dos conflitos hídricos a nível mundial. Não apenas das formas, mas dos diversos processos e concepções que a água assume para cada um dos que a disputam. Nessa direção, foi possível observar dinâmicas resultantes dos processos de apropriação e diferenciação de usos e concepções da água, percebendo a existência de atores hegemônicos, que buscam o controle desta para satisfazerem suas necessidades, e como forma dessas ações, observou-se desde a construção de infraestruturas hidráulicas a ocupação militar. Os processos relacionados às disputas por e pela água são complexos, advindos da soma de fatores resultantes dos espaços e territórios que estão inseridos. A nível nacional, foi perceptível a atuação dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais como importantes atores contestadores da ordem vigente, produzindo um conjunto de ações e estratégias de enfrentamento aos atores hidro-hegemônicos.

Palavras Chaves: Água; Movimentos; Conflitos Hídricos; Atores Hidro-hegemônicos.

ABSTRACT

Water is an indispensable element for the continuity of human life and the planet's environmental balance. As a result, the struggle for its access and resources is a struggle that has been going on for centuries around the world. In each space/territory, it takes on specific characteristics, stemming from the existing interrelationships. In Brazil, the existence of multiple conflicts over access, control, and the right to water and its resources can be seen in different spaces/territories, and the consequences of these conflicts take on new contours, whether in terms of defense strategies by social movements or by big capital, as actions that are harmful to these groups. The debates about water and movements can be understood from numerous theoretical and methodological perspectives, but here we start from the conflictuality and the historical and dialectical materiality that actions of different actors leave on different spaces. Once these actions are historical processes, which are in constant movement, acting and materializing in different ways in each space, leaving marks that can be described and analyzed in a critical way. In view of this, we propose to understand the different processes in which disputes over water are embedded, based on scientific debates and analyses of the actions suffered, practiced, and other strategies developed by socio-territorial water movements to safeguard the rights of their members and of society in general. The hypotheses raised in this work are that the socio-territorial movements organize themselves, either internally within a single movement, or allied with others, seeking different ways to face the adversities arising from the conflicts in which they are inserted, such as: demonstrations, occupations of companies and public agencies, lawsuits, against mining, agribusiness, industrial fishing, among others. The debates in this paper sought to understand the different processes in which disputes over water are inserted. In this sense, the bibliometric research and its subsequent analysis provided conditions for the observation of how science has been producing water conflicts worldwide. Not only the forms, but the diverse processes and conceptions that water assumes for each of those who dispute it. In this sense, it was possible to observe the dynamics resulting from the processes of appropriation and differentiation of uses and conceptions of water, noting the existence of hegemonic actors who seek to control it in order to satisfy their needs. The processes related to the disputes for and over water are complex, arising from the sum of factors resulting from the spaces and territories where they are inserted. At the national level, it was noticeable that socio-spatial and socio-territorial movements are important contesting actors of the current order, producing a set of actions and strategies to confront the hydro-hegemonic actors.

Keywords: Water; Movements; Water Conflicts; Hydrohegemonic Actors.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa bibliométrico organizado por autores (1945-2022)	29
Figura 2: Mapa bibliométrico organizado por documentos (1945-2022)	37
Figura 3: Organograma das ações sofridas e praticadas pelos movimentos	117

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Conflitos por água por unidades da federação 2021	104
Mapa 2: Distribuição por estados das ações gerais para o ano de 2020	116
Mapa 3: Distribuição por municípios brasileiros das ações registradas em 2020	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição percentual dos principais causadores de conflitos hídricos (2021)	103
Quadro 2: Principais afetados pelos conflitos por água no Brasil (2021)	103
Quadro 3: Tipos de ações praticadas pelos movimentos	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores de Desenvolvimento Mundial: Estrutura de resultados	74
Tabela 2: Síntese do levantamento de notícias	107
Tabela 3: Número de registros de ações por estados e macrorregiões brasileiras em 2020	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição das publicações e citações por ano	21
Gráfico 2: Distribuição de autores mais citados	34
Gráfico 3: Conflitos no Campo Brasil (2002 – 2021)	98
Gráfico 4: Distribuição de conflitos por água e pessoas envolvidas (2002 – 2021)	102
Gráfico 5: Distribuição da ocorrência total de movimentos registrados em 2020	108
Gráfico 6: Relação do número de movimentos e ações registradas no ano de 2020	110
Gráfico 7: Registros distribuídos por forma de ocorrência	112
Gráfico 8: Distribuição por ocorrências das ODS	119

LISTA DE SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations

GIRH - Gestão Integrada de Recursos Hídricos

ICOLD - International Commission on Large Dams

IDMC - Internal Displacement Monitoring Centre

IGWE - International Conference on Water and the Environment

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change

MAB – Man and the Biosphere

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PIB - Produto Interno Bruto

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMM - Organização Meteorológica Mundial

ONU - Organização das Nações Unidas

RTNC - República Turca do Norte de Chipre

SWEs - Small Water Enterprises

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

WCC - World Climate Conference

WCD - World Commission on Dams

WWC - World Water Council

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFLITOS PELA ÁGUA: UMA INTRODUÇÃO AO DEBATE CIENTÍFICO.	15
2.1	Contextualizando a pesquisa: uma abordagem inicial	16
2.2	A análise bibliométrica como importante ferramenta de obtenção de dados a respeito dos movimentos sociais e dos conflitos hídricos.	20
2.1.2	O início do debate ambiental a nível global	22
2.2.2	Pesquisa/análises bibliométrica: resultados iniciais.	28
3	A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ÁGUA: AS DIFERENTES CONCEPÇÕES E INTER-RELAÇÕES A RESPEITO DA ÁGUA NA ATUALIDADE.	60
3.1	Um breve debate sobre a água como mercadoria, divindade e morada.	61
3.1.1	A água como mercadoria	61
3.1.2	Crenças e misticismo: a água como divindade.	68
3.1.3	A água como morada	69
3.2	Água em disputa: o conflito hídrico contemporâneo e os diferentes atores envolvidos	71
3.2.1	Disputas por água e terra: A agricultura como causadora de conflitos hídricos.	74
3.2.2	Os grandes projetos hidráulicos e seus impactos sobre o território.	78
3.2.3	Gestão, governança e geopolítica da água.	82
4	MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E SOCIOTERRITORIAIS E SUA ATUAÇÃO CONTRA ATORES HIDRO-HEGEMÔNICOS.	89
4.1	Entendendo os movimentos: uma introdução necessária aos movimentos socioespaciais e socioterritoriais.	89
4.2	Os diferentes atores envolvidos nas disputas hídricas brasileiras a partir dos dados da REDE DATALUTA.	96
4.2.1	Introdução aos conflitos hídricos brasileiros.	97

4.2.2 Disputas por água: Movimentos socioespaciais e socioterritoriais e atores hidro-hegemônicos no Brasil: um novo olhar sobre as diferentes disputas por meio dos dados da REDE DATALUTA.	106
4.2.3 Movimentos das águas e águas em movimento: Uma reflexão inicial.	124
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
6 REFERÊNCIAS	131

1 INTRODUÇÃO

A água é um elemento indispensável para a continuidade da vida humana e do equilíbrio ambiental do planeta. Em decorrência disso, a luta por seu acesso e a seus recursos é um embate que vem sendo travado há séculos ao redor do mundo. Em cada espaço/território, assume características específicas, oriundas das inter-relações existentes. Portanto, compreender as dinâmicas que ocorrem sobre o espaço e territórios corroboram para identificação dos processos inseridos nas disputas hídricas. Essas assumem características e particularidades de onde estão localizadas, ou seja, são produzidas e condicionadas pelo espaço e pelas relações sociais atuantes sobre este. Logo sua interpretação necessita passar pela multidimensionalidade conferida ao espaço geográfico.

Diante disto, propõe-se com este estudo entender os diferentes processos aos quais, as disputas pela água estão inseridas, a partir dos debates científicos e das análises das ações sofridas, praticadas, e demais estratégias desenvolvidas por movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas na direção da salvaguarda dos direitos de seus membros e da sociedade de forma geral. Busca-se, também, responder aos seguintes questionamentos: como a ciência vem analisando e observando os conflitos hídricos? Qual o papel dos movimentos sociais enquanto participantes dos conflitos hídricos? De qual maneira os movimentos socioespaciais e socioterritoriais atuam frente a atores hidro-hegemônicos? As hipóteses levantadas neste trabalho, são que os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, organizassem-se, seja a nível interno de um único movimento, ou se aliado a outros, buscando diferentes maneiras de enfrentar as adversidades oriundas dos conflitos aos quais estão inseridos, tais como: manifestações, ocupações de empresas e órgãos públicos, ações judiciais, contra mineração, agronegócio, pesca industrial, dentre outros.

Os debates sobre água e movimentos podem ser entendidos a partir de inúmeras perspectivas teórico-metodológicas, mas aqui, busca-se essa compreensão a partir da conflitualidade e da materialidade histórica e dialética que ações de diferentes atores deixam sobre diferentes espaços. Uma vez que, essas ações são processos históricos, que se encontram em constante movimento, agindo e se materializando de formas distintas em cada espaço, deixando marcas que podem ser descritas e analisadas de forma crítica.

De maneira geral, a pesquisa pode ser definida em dois momentos distintos. O primeiro, ligado ao levantamento de dados a partir da pesquisa bibliométrica, enquanto o segundo é formado pelo levantamento e organização dos dados da REDE DATALUTA. Ambos foram o ponto inicial da presente pesquisa. Sendo o primeiro responsável pela

literatura sobre as diferentes disputas pela água, enquanto o segundo, forneceu os dados necessários para compreensão dos conflitos hídricos brasileiros pela perspectiva dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

Sendo assim, o presente trabalho está estruturado em três capítulos centrais e seus respectivos tópicos e subtópicos. No primeiro, denominado “MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFLITOS PELA ÁGUA: UMA INTRODUÇÃO AO DEBATE CIENTÍFICO”, procurou-se, a partir da pesquisa e análise bibliométrica, a observação de como a ciência vem produzindo a respeito das disputas hídricas. Esse recorte possibilitou a verificação da ocorrência de diversos conflitos, resultados de processos e interações sociais sobre os espaços onde estes recursos estão disponíveis. A gama de trabalho encontrados e discutidos no capítulo, trazem elementos pontuais de diversas partes do mundo, mas que podem ser interpretados como ações que se especializam-se em outros espaços, haja vista que as estratégias e ações de controle dos recursos hídricos são replicáveis e podem e são utilizadas, gerando assim, inúmeros conflitos oriundos dessa dinâmica. A pesquisa bibliométrica identificou um vazio de publicações, para o recorte realizado, e como consequência do movimento de entender esses motivos, foi realizado um debate sobre o início das preocupações ambientais a níveis globais.

O segundo capítulo, denominado “A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ÁGUA: AS DIFERENTES CONCEPÇÕES E INTER-RELAÇÕES A RESPEITO DA ÁGUA NA ATUALIDADE”, discute a construção social da água e as diferentes concepções que essa assume para cada grupo social que a disputa. Nessa direção, é realizado um debate a respeito da água como mercadoria, divindade e morada. Além disso, o presente capítulo aborda sobre três formas apontadas por esse trabalho, como grandes responsáveis pelos conflitos hídricos atuais, mas o entendimento construído é que estas pelas formas e técnicas utilizadas para seu desenvolvimento, transformam os espaços e, com isso, geram conflitos resultantes dos processos de diferenciação de apropriação uso e concepções sobre a água.

O terceiro capítulo, denominado “MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E SOCIOTERRITORIAIS E SUA ATUAÇÃO CONTRA ATORES HIDRO-HEGEMÔNICOS”, aborda sobre a tentativa de entender os conflitos hídricos brasileiros a partir dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Para tanto, realiza-se uma breve abordagem sobre a construção conceitual deste. Seguindo a contextualização das pesquisas e dos conflitos hídricos brasileiros a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra -CPT. Por fim, a partir dos dados da REDE DATALUTA, buscou-se apresentar as formas de

atuação dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, passando pelas ações sofridas e praticadas e as estratégias por estas desenvolvidas.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFLITOS PELA ÁGUA: UMA INTRODUÇÃO AO DEBATE CIENTÍFICO.

As discussões travadas, no presente capítulo, resultam do esforço em investigar e analisar como o debate científico vem compreendendo os diferentes processos, aos quais estão inseridos os movimentos sociais e as disputas por recursos hídricos. Para tanto, utilizou-se da pesquisa/análises bibliométrica e softwares de análises de dados de como estratégia de obtenção de dados e sua posterior análise.

O presente tópico está estruturado de modo que possa fornecer condições para o entendimento dos caminhos realizados em sua produção, ou seja, quais motivos levaram a escolha dos métodos utilizados, bem como, das técnicas e procedimentos realizados. Embora de forma preliminar, o primeiro subtópico aborda sobre a importância da água, e os conflitos e conflitualidades produzidos a partir dos processos de apropriação e diferenciação de uso e concepções sobre o território e o papel dos movimentos sociais, enquanto parte dos processos de lutas e demais dinâmicas inseridas no debate hídrico.

O tópico seguinte apresenta os motivos pelos quais a pesquisa e análise bibliométrica é uma importante ferramenta para busca e análises de dados sobre temas pré-definidos. O movimento produzido pelos processos de pesquisa e análises de dados gerou alguns questionamentos que, no decorrer do trabalho, buscou-se responder. Entre essas questões, surgiu a pergunta do porquê da lacuna de trabalhos encontrados pela base/buscador. Essa foi respondida pelo subtópico denominado “o início do debate ambiental a nível global”, o qual apresenta ainda que de forma sucinta, os motivos que levaram e as diferentes ações que culminaram no avanço dos debates internacionais a respeito do meio ambiente, e da necessidade da construção e amadurecimento das discussões científicas sobre os mesmo, logo a partir desse processo, muitos trabalhos passam a ser produzidos, abordando diversos temas ligados aos meio ambiente e o papel da sociedade enquanto agentes modificadores deste.

Em seguida, discute-se os resultados iniciais da referente pesquisa, que fornecem uma base teórica importante para o entendimento de como o debate científico vem abordando questões ligadas aos movimentos sociais, os conflitos hídricos e as disputas territoriais, tais informações são relevantes, ao permitirem entre outras coisas, a aglutinação e filtragem dos trabalhos, favorecendo sua organização de diversas formas, as apresentadas no decorrer do texto, são apenas algumas de um universo maior, é relevante destacar, que apesar dessas outras possibilidades, as escolhas seguiram padrões e métodos, bem como, diversas

tentativas para encontrar resultados satisfatório.

2.1 Contextualizando a pesquisa: uma abordagem inicial

A água é essencial para a manutenção da vida de forma geral, e dos diferentes ecossistemas do planeta, o que concede a esta, características únicas e primordiais para a continuidade da existência humana. É dentro desse contexto de indispensabilidade, que está se torna campo de disputas, que ocorrem em diferentes escalas, transpassando limites de nações, territórios e lugares, resultando em inúmeros conflitos espalhados pelo mundo, envolvendo uma pluralidade de grupos sociais, organizações capitalistas e ambientais, dentre outros, que lutam pelo direito ao uso, acesso e controle desse recurso.

Os movimentos sociais, são parte desse processo de luta pelo direito ao acesso e uso da água. Que constroem um conjunto de ações coletivas, objetivando alcançar direitos a esses negados e ou suprimidos em detrimento da lógica capitalista. Suas ações tendem a estarem direcionadas a questões ligadas aos seus territórios e suas especificidades, o que os coloca em rota de colisão contra todos os que tenham interesses contrários aos seus.

Dentro deste cenário, o território desponta como campo de batalha, onde se pode visualizar a materialização dos conflitos, não apenas por água, mas por toda dinâmica resultante das disputas entre forças antagônicas que incidem sobre este. O resultado é a formação de inúmeros territórios, tendo em vista, que as relações entre estes diferentes atores produzem diferentes territórios/espacos que atendem a toda suas necessidades, esse movimento contínuo de luta/reprodução/resistência torna estes como palcos de uma conflitualidade constante, ou seja, a inter-relação entre tais forças geram o conflito, que não é estático, mas cíclico/permanente (FERNANDES, 2009).

O conflito nascente do embate de lógicas diferenciadas, vistas na relação entre o capital x social, perpassa pelo valor que o território assume para cada perspectiva, esse não é apenas diferente, mas assume posições totalmente antagônicas. No primeiro, o território é visto como mercadoria, com objetivo muito bem definido, o do acúmulo de riquezas, passando pela sua inserção ao sistema produtivo, ao qual as relações estão pautadas no trabalho assalariado, sendo assim, o valor assumido pelo território dentro dessa linha é o valor de troca. Enquanto na segunda concepção, o território significa valor de uso, sendo um elemento fundante no processo de reprodução material e simbólica do grupo (PANTOJA e PERREIRA, 2016). Suas relações baseiam-se por exemplo, em trabalho de cunho familiar, onde o lucro/salário/mais-valia não fazem parte, mas sim, um conjunto de

interações pessoais que vão ao encontro das suas realidades concretas, seu espaço/território vivido, suas crenças, hábitos e particularidades resultantes de seus vínculos e interações.

Essa diferente forma de pensar e agir sobre o território, faz com que apareçam diversos conflitos, oriundos desses interesses opostos. O território tem que ser visto como o objeto em disputa entre diferentes forças (WANDERLEY, 2008), e não apenas como um espaço da governança, com limites bem definidos, limitando-se a uma única dimensão, esta deve ser o ponto de partida, no entanto, não pode ser o fim, somada a essa noção, o território precisa e deve ser visto para além do “território uno”, mas como diverso, plural, entendendo que possui materialidade, assim como, imaterialidade (FERNANDES, 2009).

Os indivíduos/movimentos/grupos dão significados aos seus territórios, resultados de todas suas dinâmicas. Entretanto, ao mesmo tempo que carrega todos esses significados/identidades/simbolismos, eles servem de suporte aos recursos naturais a serem apropriados (WANDERLEY, 2008), em decorrência disto, a existência de tensões constantes na luta pela e por territórios e seus recursos, gera o que Fernandes (2009) chama de conflitualidade permanente.

Segundo Wanderley (2008) na esfera dos conflitos, o agente que impõe suas práticas espaciais é quem detém o controle sobre o território, isto é, quem exerce o poder, embora até certo ponto isso aconteça. Limitar apenas essa noção é negar a luta/resistência constante daqueles que reivindicam seus espaços/territórios, tendo em vista, que essa perspectiva está mais alinhada a um controle do espaço da governança, onde forças hegemônicas têm mais abertura e possibilidades de exercer o poder.

Como visto, o embate entre capital x social, gera conflitos entre espacialidades antagônicas, uma ligada à lógica capitalista e outra social, vista em modo de vida tradicional e camponesa, de comunidades/povos/grupos que entendem o território não como lucro/valor de uso, mas sim, como morada, espaço da reprodução do seu modo de vida, cultura, tradições. Essa disputa pelo espaço vivido e do capital ocorre de acordo com Barrios (1986) devido ao espaço ser um campo de ação por excelência das forças políticas.

O Estado, portanto, como responsável constitucionalmente pelas tomadas de decisões ao nível de uma formação social com base no domínio sobre um território (território da governança) não deveria assumir posicionamento, a favor ou contra classes sociais e ou de grupos capitalistas, sua função deveria ser de participante dentro dessa dinâmica, tendo como papel, planejar e executar medidas que evitassem os conflitos (BARRIOS, 1986). Entretanto, na prática, o Estado tende ora para um lado ora para outro, o

que corrobora para permanência das instabilidades sobre os territórios.

O resultado é a transformação do território em arena de conflitos, gerando assim debates de ordem:

social, política, econômica e ambiental, quando da atuação do Estado na forma de planejamento e ordenamento territorial do passado das orientações econômicas do presente e do futuro que geram conflitos com as formas de utilização dos recursos naturais (PALHETA; OLIVEIRA NETO, 2018, p.354).

Esses debates permeiam também no modo de vidas das populações atingidas pelos grandes projetos/empresas, assim como na materialização das urbanizações provocadas por estes e sua ligação multi-escalar, entre o global e o local, portanto, gerando diferentes usos do território, seja pelas empresas, Estado e das comunidades locais (PALHETA; OLIVEIRA NETO, 2018).

As disputas territoriais, de acordo com Fernandes (2009, p. 200) "são, portanto, de significação, das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de território pelas classes sociais." A afirmação da existência de um "território uno", aquele sobre a tutela do Estado, é uma estratégia para ocultar a pluralidade de territórios existentes, assim, possibilitando a continuidade das relações de dependência/superioridade de territórios sobre outros, de dominantes e dominados (FERNANDES, 2009).

Logo, o entendimento do território necessita passar pela totalidade, assim como sua multidimensionalidade, uma vez que, as disputas sobre ele, encontra-se pautadas em diferentes dimensões: econômica, ambiental, social, política, bem como de forma teórica e ideológicas, o que permite sua compreensão enquanto territórios: materiais e imateriais (FERNANDES, 2009).

Isto posto, pensar em movimentos sociais e conflitos pela água, incide necessariamente em um debate multi-escalar e multidimensional, tendo em vista, que a água e seus recursos têm "valores de uso" distintos entre as classes sociais, grupos capitalistas e pelo Estado. A busca pelo seu acesso/uso/controle, ocasiona em conflitos, que se materializam em espaços/territórios, que possuem identidades/simbolismos/modo de vida particulares de cada um. Nesse contexto, o território desponta como um importante recurso para o presente estudo, uma vez que, segundo Fernandes (2009) este pode ser compreendido a partir da diferencialidade, que corrobora com o entendimento das diversidades e das conflitualidades resultantes das disputas territoriais.

Os debates que permeiam os movimentos sociais e os conflitos pela água carregam

toda uma complexidade de análise, uma vez que, em cada território, as relações de poder e suas dinâmicas, assumem características únicas, que vão de encontro a realidade concreta desses grupos, tendo em vista, suas particulares, crenças, modo de vida, cultura, dentre outros elementos, que confere a cada território e aqueles que o fazem, uma carga identitária socialmente construída no decorrer da formação/ organização desses grupos/territórios.

É dentro de toda essa pluralidade/complexidade existente no debate acerca dos movimentos sociais e os conflitos pela água, que se observa a importância das produções científicas para o entendimento ou ao menos a contextualização/informação sobre esta questão. Tendo em vista, que estes trabalhos são espaços possíveis para dá visibilidade a inúmeros casos concretos desses conflitos, em diferentes regiões do planeta, o que permite a busca de similaridades entre pautas, ações, disputadas, dentre outros aspectos inseridos/resultantes de toda essa dinâmica, que envolve os movimentos sociais e a luta pelo acesso a água.

Sendo assim, os trabalhos científicos carregam em seu seio toda uma dinâmica que passam por métodos, técnicas e formas de estudar um determinado fenômeno, pautados e direcionados dentro de linhas teóricas de pensamentos, que podem ou não serem concordantes, é destas particulares, das diferenças de pensamentos, que surgem inúmeros trabalhos que abordam sobre um mesmo fenômeno, mas com perspectivas analíticas diferentes, o que gera uma diversidade de análises/debates acerca dos assuntos estudados.

A ciência tem como finalidade da matriz perceber e entender os fenômenos existentes na natureza, sejam eles naturais e/ou resultantes da ação humana. O que a torna um instrumento imprescindível na contínua busca de respostas que atendam os anseios e necessidades da humanidade (DROESCHER; SILVA, 2014). E o resultado dessas buscas, majoritariamente são publicados em periódicos científicos, o que possibilita uma grande interação entre pesquisadores e por todos aqueles que usam essas bases de trabalhos científicos.

Existem inúmeras bases para vinculação/divulgação de artigos e demais trabalhos científicos, algumas mais conceituadas do que outras, porém todas cumprem o objetivo de promover o conhecimento. Assim, por meio destas bases e de ferramentas de análises de dados, é possível a busca de inúmeros trabalhos com um mesmo tema, basta seguir procedimentos metodológicos que possibilitem a pesquisa/análise dos dados resultantes destas.

2.2 A análise bibliométrica como importante ferramenta de obtenção de dados a respeito dos movimentos sociais e dos conflitos hídricos.

De acordo com Furtado (2021) uma maneira eficiente de pesquisar/analisar e construir trabalhos é a partir da análise bibliométrica, que possibilita a busca de trabalhos, bem como, sua aglutinação em eixos de similaridade, ou mesmo, dentro de uma mesma ciência. Seus usos são os mais diversos, permitindo inúmeras formas de análises e consequentemente de resultados.

Assim possibilitando analisar como a comunidade científica mundial vem pensando/produzindo/pesquisando sobre um determinado tema, sendo possível observar semelhanças, diferenças, pautas e demais características específicas de cada pesquisa e como estas retratam os fenômenos por elas estudados.

O agrupamento resultante da pesquisa bibliométrica proporciona filtrar as informações de diferentes formas, tais como: por autoria, citação, co-citação, acoplamento bibliográfico, dentre outros. Essa gama de opções corrobora com a pesquisa, uma vez que, dá base para o levantamento de dados com vários recortes e por conseguintes diferentes resultados, que ajudam/direcionam no entendimento sobre os debates a respeito dos movimentos sociais e os conflitos por água.

Para que seja possível tal pesquisa, faz-se necessários alguns critérios que atendam os objetivos do trabalho, caso contrário, essa busca seria sem direção e acabaria trazendo resultados sem relevância ou fora da temática pesquisada. A necessidade de observar e entender sobre a dinâmica resultante da relação entre movimentos sociais e o conflito por água direcionou a presente pesquisa a seguir os seguintes passos na direção de obtenção de dados e suas devidas análises.

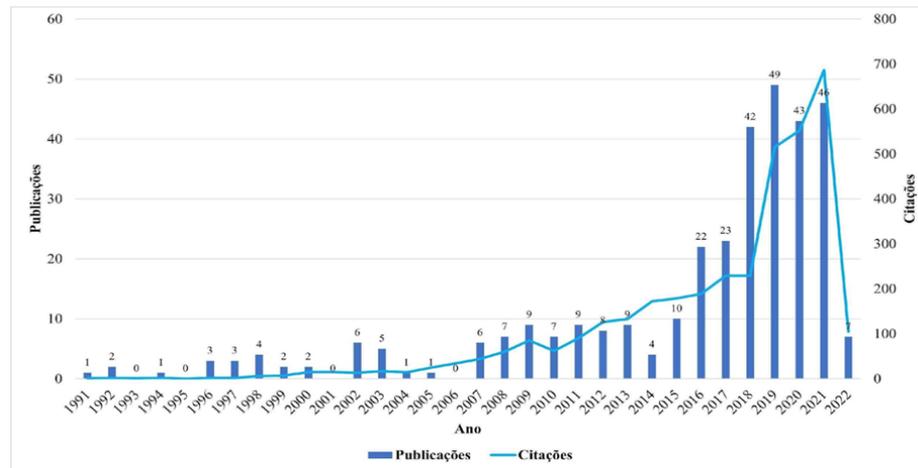
Atendendo a essa demanda, a metodologia trabalhada pode ser classificada em sete etapas, sendo 1º Escolha da base de dados; 2ª Seleção de palavras chaves (buscadores); 3ª inserção de palavras na base de dados e recorte temporal da pesquisa; 4ª Análise preliminar e filtragem dos dados da pesquisa; 5º Download dos dados levantados; 6ª Tabulação de dados e Elaboração de mapas Bibliométricos; 7º Análises e revisão da literatura baixada na pesquisa.

Obedecendo as etapas descritas na metodologia, selecionou-se a base de dados *Web Of Science*¹, haja vista, que a referida possuiu o maior acervo de trabalhos acadêmicos e científicos do mundo, viabilizando assim, um maior alcance a partir dos buscadores. Os

¹ É uma plataforma referencial de citações científicas projetada para apoiar pesquisas científicas e acadêmicas com cobertura nas áreas de ciências, ciências sociais, artes e humanidades.

buscadores objetivam capturar a maior quantidade possível de trabalhos disponíveis na base de dados, o que permite um maior alcance da pesquisa. O primeiro buscador utilizado foi "*Water conflict And Territory*", com recorte temporal de 1945 a 2022². O resultado da busca, forneceu um total de 332 publicações, inseridas em 84 categorias do *Web Of Science*. A distribuição dos anos pode ser observada no gráfico 01 a seguir:

Gráfico : Distribuição das publicações e citações por ano



Fonte: *Web Of Science*.

Organização: Nelson Gabriel da Silva Bria.

Apesar do recorte temporal longo, os primeiros trabalhos publicados dentro do alcance do buscador apontam apenas para a década de 1990, ou seja, mais de 40 anos sem nenhuma publicação relacionada a conflitos por água e territórios. Apesar do crescente aumento nas publicações, levou-se mais de uma década para ter uma “explosão” no número total de trabalhos. Alguns questionamentos surgem a partir dos dados apresentados no Gráfico 1, quais os possíveis motivos para o número reduzidos de publicações nos primeiros 70 anos e o aumento exponencial nos últimos 8 anos da pesquisa? Essa pesquisa buscará responder essas questões em seu desenvolvimento.

O que já se pode afirmar, que o buscador "*Water conflict And Territory*", conseguiu capturar um conjunto de documentos que permite o presente estudo ter um “norte” analítico, pois tem possibilitado a realização de um conjunto de análises, que mesmo de forma incipiente, já direciona os caminhos do trabalho, bem como, deixa alguns questionamentos a serem respondidos no decorrer deste.

² É importante frisar que a pesquisa para o ano de 2022 é limitada a 21 de fevereiro de 2022, data que a pesquisa de dados foi realizada.

2.1.2 O início do debate ambiental a nível global

Até aqui, observou-se a distribuição de trabalhos por ano, o que demonstrou a existência de um “vazio” em publicações sobre o tema da pesquisa, correspondente ao período de 1945 a 1991 ano do primeiro trabalho capturado pelo buscador, o primeiro motivo que vem à mente é o mais simples possível, a base de dados não teve nenhum trabalho publicado ou não foi encontrado pelo buscador. Contudo, essa é uma perspectiva muito simplista, e pouco provável, a presente pesquisa parte da base material dos fatos históricos, e o período deste “vazio” coincide com os primeiros debates a nível mundial sobre meio ambiente.

Apesar de alguns trabalhos buscarem demarcar o início de crise ambiental iniciando como as revoluções industriais, é apenas no período posterior a segunda guerra mundial que esse debate passa a ser visto como um problema social e político de escala global³. Os marcos históricos do debate apontam para as décadas de 1960 e 1970, para o período de maior articulação política e preocupações de cunho ambiental, que culminou nas diversas conferências vistas a partir da década de 1970, com um conjunto de pautas e objetivos a serem atingidos pelos países em prol de um equilíbrio do meio ambiente em escala global (SAAVEDRA, 2007, 2014).

Os processos de socialização a respeito da existência de um problema, até então, não abordado de forma ampla, de seus alcances, escalas, principais causas e demais risco a vida humana em sociedade, culminaram no início de uma “organização política” em direção a um grande problema “recém-descoberto” de uma crise ambiental de proporções mundiais. Apesar de muito difundido na sociedade moderna, as discussões sobre o meio ambiente, considerando os recursos como finitos, e as consequências das mudanças climáticas e como estas interferem na manutenção da vida no planeta, não eram disseminados na sociedade nos meados do século XX, a maioria das pessoas, não tinham noção da gravidade de suas ações sobre a natureza e como podia alterar ecossistemas inteiros (SAAVEDRA, 2007).

É dessa necessidade de debate a respeito das mudanças e das transformações que o ser humano estava causando sobre o meio, que ocasionou em uma mobilização pelos cientistas⁴

³ Utilizou-se como marco temporal, o início das preocupações de cunho global, que resultaram em inúmeras conferências e eventos relacionados ao meio ambiente, a partir da segunda metade do século XX.

⁴ O movimento ambiental ganhou mais impulso a partir do lançamento do livro que se tornou um best-seller “Primavera Silenciosa” (Silent Spring), em outubro de 1962. Para muitos, o livro escrito por Rachel Louise Carson, causou a maior revolução ecológica do mundo. Seu título poético é uma referência ao silêncio resultante dos pássaros mortos pela contaminação dos agrotóxicos. Ao retratar os perigos do uso de pesticidas químicos sintéticos, Carson, apresenta consequências graves desses usos, como árvores sem folhas, animais mortos, rios contaminados e sem vida, e com isso, chama atenção para necessidade de respeitar os diferentes ecossistemas em que viveremos e em decorrência destas ações, estar-se-ia protegendo a saúde humana e o meio ambiente. Apesar de morrer cerca de dois anos após o lançamento de sua obra prima, e sem ver a revolução que ajudou a criar,

em investigarem e estudarem a respeito, tais ações, assumidas pela comunidade científica internacional, somadas a sociedade civil organizada e interesse políticos de governos e organizações, resultaram na primeira conferência mundial sobre o meio ambiente, organizada pela Organização das Nações Unidas – ONU, em Estocolmo⁵, capital da Suécia no ano de 1972 (SAAVEDRA, 2007; PASSOS, 2009; CARNEIRO, 2012; PESSINI e SGANZERLA, 2016).

Um pouco antes de Estocolmo, um dos primeiros documentos de organização da ação ambiental multilateral, foi assinado pelo secretário geral da ONU no ano de 1968, sobre Atividades das Organizações das Nações Unidas e programas relevantes para o ambiente humano, por meio deste relatório é estabelecido as bases para criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) como a principal autoridade ambiental do mundo (ONU, 2021).

A Conferência sobre a Biosfera realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO⁶ em Paris em setembro de 1968 teve com o objetivo criar uma base científica sólida e com um nível de excelência, para realizarem estudos sobre a uso racionalizados e conversação dos recursos naturais e seus ecossistemas, a referida contribuiu para entrada do termo biosfera no debate político internacional (CARNEIRO, 2012; UNESCO, 2021). Em 1969 é realizada a primeira pesquisa sobre questões ambientais globais, trazendo em seu conteúdo a afirmação se a manutenção dos padrões identificados continuasse, a vida no planeta estaria em perigo, essa é o primeiro alerta mais impactante sobre a problemática ambiental, vindo de um órgão de prestígio internacional (ONU, 2021).

A conferência de Estocolmo é o marco histórico do início de uma agenda ambiental em escala global, tendo em vista que uniu países industrializados e países em

Carson deve ser vista como uma cientista à frente de seu tempo, que levantou uma bandeira que ninguém tinha feito até então, das consequências e transformações que a humanidade estava causando a natureza.

⁵ Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente humano.

⁶ Como resultado da referida conferência, foi criado o Programa Homem e Biosfera (MaB – Man and the Biosphere) O MaB foi lançado em 1971 e é um programa de cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e seu meio. Busca o entendimento dos mecanismos dessa convivência em todas as situações bioclimáticas e geográficas da biosfera, procurando compreender as repercussões das ações humanas sobre os ecossistemas mais representativos do planeta. O programa MAB é um programa científico intergovernamental que visa estabelecer uma base científica para melhorar a relação entre as pessoas e os seus ambientes. Combina as ciências naturais e sociais com vista a melhorar a subsistência humana e salvaguardar os ecossistemas naturais e geridos, promovendo assim abordagens inovadoras ao desenvolvimento económico que sejam social e culturalmente adequadas e ambientalmente sustentáveis (UNESCO, 2021).

desenvolvimento para discutirem suas ações sobre o meio ambiente e de forma coletiva e não limitou-se apenas ao meio ambiente, a partir desta, diversas outras reuniões passaram a serem organizadas para debaterem sobre diversos temas, como acesso e direito alimentação adequada, a habitação segura, a água potável (PESSINI, SGANZERLA, 2016).

A partir de Estocolmo, a pauta ambiental passa a ganhar cada vez mais força nos debates internacionais, no decorrer dos anos, novos eventos e ações foram sendo organizados na direção de pensar em um planeta socialmente equilibrado. Entre estes, é importante citar a Primeira Conferência Mundial do Clima (WCC-1) realizada em Genebra na Suíça em 1979 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e previu a formação do Programa Mundial do Clima, do Programa Mundial de Pesquisa do Clima (OMM, 1979), as ações desta conferência culminaram mais tarde no estabelecimento do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) em 1988.

Reafirmando a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972) em 28 de outubro de 1982 é adotada a Carta Mundial para a natureza, com intuito manter paz e segurança entre nações, o desenvolvimento de relações amistosas entre essas, e cooperação internacional na resolução de problemas de ordem: econômica, social, cultura, técnica, intelectual e humanitária. Para além disto, a carta entende a humanidade como parte da natureza e a vida em sociedade depende da continuidade ininterrupta do funcionamento dos diferentes ecossistemas, fontes de energias e nutrientes. Aborda a respeito de como a natureza moldou as civilizações, e como a manutenção dela é importante para o desenvolvimento humano, além de descanso/recreação. No decorrer de sua estrutura, inúmeros tópicos vêm reafirmar o direito e respeito às diferentes formas de vida, bem como, da importância da manutenção e uso consciente dos recursos naturais (ONU, 1982).

No ano seguinte, é criada pela Assembleia Geral da ONU, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, com objetivo de avaliar os 10 anos da conferência de Estocolmo, e promover assembleias a nível mundial e a partir dessas, gerar resultados formais das discussões. Como resultado, em 1987 foi publicado o relatório Nosso Futuro Comum (Our Common Future). No qual alerta sobre a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo, que se fazia necessário uma transformação na relação “ser humano-meio ambiente”. Deixando claro, que esse novo modelo, não causaria estagnação econômica, mas sim, uma conciliação entre sociedade e natureza. No mesmo ano, é assinado o Protocolo de Montreal, um tratado internacional que

objetiva proteger a camada de Ozônio, através da proibição de produtos e substâncias responsáveis por sua destruição (ONU, 1987).

Esse conjunto de ações e eventos culminou na primeira Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, também conhecida como Eco-92 ou cúpula da terra, teve importantes pontos, a níveis científicos, diplomáticos, políticos, ambientais, sociais, bem como possibilitou debates e contribuições sobre possíveis modelos ambientalmente sustentáveis. Se Estocolmo foi o ponto de partida, a Eco-92 é o ponto de transformação de pensamentos, nesse momento, já existia inúmeros estudos sobre mudanças climática, desmatamentos e as consequências do uso desenfreado dos recursos naturais e das ações humanas sobre o meio ambiente, uma base sólida havia sido construída, a partir desta, o debate ambiental passa ser maior difundido, bem como, torna-se preocupação constante a níveis políticos, científicos e sociais.

Ainda que os resultados, a níveis de gestão e controle da poluição, desmatamento, uso de combustíveis fósseis, dentre outros, não tenham alcançado os objetivos propostos, talvez, a maior contribuição tenha sido a nível da conscientização a respeito das transformações que o mundo vinha passando em decorrência do padrão vigente, estipulado e construído pelo capitalismo, do consumismo. Grande parcela da população começa a ter acesso a essas informações, resultados das revoluções no campo da informação, as notícias agora são dadas em tempo real, o mundo encontra-se mais conectado (ainda que de forma utópica, com pontos de exclusão). Movimentos sociais, pesquisas científicas, lideranças políticas, organizações sem fins lucrativos, surgem e/ou se reinventam nesse processo, de mobilização em prol não apenas do equilíbrio ambiental, mas também, da salvaguarda dos direitos a viver de forma equilibrada com a natureza, de acesso a condições dignas de habitação, saúde, água tratada, bem como aos recursos florestais e aquáticos, a manutenção de territórios, modo de vidas, culturas.

É importante frisar que as discussões que passam a ser travadas no mundo sobre a questão ambiental, não se limitam apenas a instituições e Estados nacionais, ela também se faz presente na sociedade de forma geral, sobretudo, com os movimentos sociais, que passam a se organizar e criar uma agenda de lutas, entre elas a respeito do meio ambiente.

Quanto à sua gênese, o movimento ambiental não teve um início claro, nem pautas/acontecimentos isolados que colaborassem para formação de um movimento de massas, nem uma grande figura pública que carregasse anseios revolucionários quanto ao meio ambiente. Tampouco surge em um país e serviu de base para que se espalhasse pelo

mundo, essas lutas são resultadas de anseios de diversos grupos, com pautas diferentes, materializadas em espaços e tempos diferentes umas das outras. É de anseios em escalas locais, que com o passar do tempo, foram ganhando força, e a partir da compreensão dos impactos oriundos da pesca, caça, desmatamento, poluição, dentre outros, que esses indivíduos passam a formarem grupos, e como resultados destes, coalizões, e a passo da evolução do debate/lutas, chegam a movimentos nacionais e internacionais (MCCORMICK,1992).

Embora, ainda que de forma incipiente, já observasse pequenas organizações na direção de um debate sobre o meio ambiente, como é o caso do primeiro grupo ambientalista privado do mundo, que nasce na Grã-Bretanha em 1865, denominado de Commons, Open Spaces, and Footpaths Preservation Society, que buscou promover campanhas pela preservação (FERREIRA, 2008), sua atuação e alcance são muito distantes dos movimentos da atualidade e de toda sua complexidade resultantes destes.

Ocorre que fez-se necessários estímulos e eventos que forneceram uma base para que o movimento ambiental, que pudesse emergir de forma sólida e eficiente. A evolução e maior difusão das pesquisas científicas, dos avanços em meios de transporte e comunicação, a intensificação da indústria, bem como as mudanças no padrão campo-cidade, com a população concentrando-se em centros urbanos, a soma desses e outros fatores, resultou em transformações em diferentes dimensões, sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais (MCCORMICK,1992).

Assim sendo, a problematização da crise ambiental não surge de um processo burocrático organizado e gerido por organizações e nações. Ela é o resultado da organização coletiva, do processo indissociável do diálogo entre sociedade e ciência, esse processo de questionamentos e reivindicações fez aflorar o debate ambiental, com inúmeros atores envolvidos, sejam eles: nações, estados, municípios, movimentos sociais, universidades, organizações sem fins lucrativos, dentre outras, que juntas passam a atuarem na direção de um equilíbrio ambiental.

Como resultado desse processo, o ambientalismo surge simultaneamente com as primeiras ações efetivas na direção da preservação do meio ambiente, isso não é por acaso, é o resultado dessas pressões da sociedade civil organizada, que em colaboração com a ciência, passam a debater e problematizar a respeito dos efeitos das ações humanas sobre a natureza. Assim sendo, de acordo do Loureiro (2006) a década de 1960 é o marco histórico para o surgimento de inúmeros movimentos, como: pacifistas, antinucleares, hippie e de

contracultura, dentre outros, cheios de pluralidades, com perspectivas diferentes, o que ocasionou na grande diversidade existente na atualidade.

Observa-se, que os debates pautados a respeito da crise ambiental, não foram resultados de uma pauta convergente entre nações, e sim, do processo de resistência e lutas, de diferentes grupos, que passam a observar a emergência de uma mudança no padrão vigente, do consumismo desenfreado, e seus resultados como, desmatamento, poluição, etc., a complexidade dessas discussões foram evoluindo até os dias de hoje, ainda que seja um movimento de abrangência global, em cada território, passar a organizasse com um conjunto de estratégias específicas de cada lugar, alinhando-se às particularidades e dinâmicas intrínsecas desses territórios.

Em virtude disso, a presente pesquisa entende que a lacuna de trabalhos encontrados pelo buscador coincide com esse processo de construção de um debate ambiental a nível internacional, assim como o movimento ambientalista precisou de diversos estímulos para que fosse possível uma maior difusão entres as ciências e necessitou passar por um longo caminho de pesquisas e seus resultados, uma maior conscientização por parte da população, bem como uma organização e interesses políticos em suas diferentes esferas. Esse processo visto na segunda metade do século XX proporcionou o aumento no nível de produções a respeito da temática.

Outro aspecto a ser considerado é o fato de o buscador procurar conflitos por água e territórios, pauta ainda mais recente, embora, de certo modo, vista em algumas conferências, não era colocada como centro das atenções dos debates. Logo, mesmo que de forma indireta, as ações voltadas para salvaguarda e uso equilibrado da natureza, permeiam a questão da água. Mais à frente, esse debate será resgatado e aprofundado, com intuito de observar a dinâmica resultante dessa relação de lutas por acesso, controle e uso da água e seus recursos.

2.2.2 Pesquisa/análises bibliométrica: resultados iniciais.

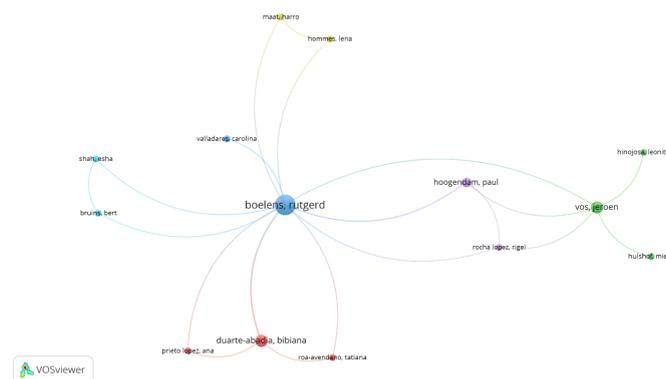
Seguindo com a pesquisa bibliométrica, a plataforma do *Web Of Science* classifica os trabalhos em categorias, o que permite o pesquisador delimitar sua busca em uma fonte, categoria, ciência, autores, etc., apesar desta versatilidade, o presente trabalho buscou utilizar todas as categorias, com intuito de observar/descrever/analisar a amplitude das publicações de forma geral, buscando constatar como o debate vem sendo travado em diversos campos de pesquisa, não se restringindo ao campo das ciências humanas. Haja vista que outras leituras, com focos analíticos diferentes, podem e devem contribuir com o prosseguimento do trabalho.

Com os dados resultantes da pesquisa na base de dados *Web Of Science*, iniciou-se o processo de construção/elaboração dos mapas bibliométricos no *software vosviewer*, que possibilitou a aglutinação dos resultados em diversas categorias de análise, como observar-se-á nos mapas bibliométricos no decorrer do presente capítulo.

O primeiro foi organizado por coautoria com recorte em autores, o resultado pode ser visto na Figura 1. As 332 publicações capturadas pelo buscador, possuem cerca de 818 autores, que ao passarem pelos refinamentos no *software vosviewer*, geraram cerca de 306 clusters, contudo, a maioria deste não tinham relações fora destes clusters, bem como, tornou-se ilegível diante desta grande quantidade de grupos formados, como solução, o próprio *software*, ofereceu a possibilidade de recortar essas informações em um conjunto com maior número de aglutinações, assim, chegou-se do total geral, a um grupo de 14 autores que estão tendo relações.

O mapa a seguir ajuda a observar uma tendência nas publicações, haja vista, que aglutinou autores que tenham uma mesma base teórico-metodológica e similaridades nas suas publicações. Entretanto, ainda não é suficiente para delimitar ou afirmar como o debate a nível internacional vem sendo realizado, mas é o pontapé inicial, para isto faz-se necessário um aprofundamento maior tanto a nível de análises dos resultados da pesquisa bibliográfica, quanto dos autores/publicações capturadas pelo buscador.

Figura 1: Mapa bibliométrico organizado por autores (1945-2022)⁷



Fonte: *Web Of Science e VOSviewer*.
Organização: Nelson Gabriel da Silva Bria.

⁷ Etapas de produção do mapa bibliométrico por palavras chaves: Layout VosViewer; create a map based on biographic data; read data from bibliographic database files; web of Science; seleção do arquivo com os dados da pesquisa; choose type of analysis and counting method; co-authorship; Authors; choose threshold; número mínimo de documentos por autores igual 1; resultado total de autores encontrados 818 (sem o recorte) resultado com o refinamento, 14.

A Figura 1 demonstra que os resultados dos refinamentos resultaram na formação de um mapa bibliométrico com 6 clusters, sendo o primeiro representado pela cor vermelha com a presença de 3 autores (Bibiana Duarte-Abadia; Ana Prietro Lopez e Tatiana Roa-Avendano) o segundo na cor verde com 3 autores (Leonith Limojosa; Mieke Hulshof, e Jeroen Vos) o terceiro 6 clusters representando pela cor azul escuro com dois autores (Rutgerd Boelens e Carolina Valadares) o quarto formado por dois autores é representado pela cor amarela (Lena Hommes e Harro Maat) o quinto pela cor roxa com dois autores (Paul Hoogrindam e Rigel Rocha Lopes) e por fim, o grupo 6 formado por Berta Bruins e Esha Shad representado pela cor azul claro.

O cluster 03 é o elo entre todos, mas precisamente Rutgerd Boelens que possui a maior quantidade de trabalhos publicações capturadas pelo buscador, oito no total, e que ligasse ao demais, o segundo Vos Jeroen que tem relações com seu grupo e o grupo 5, os demais relacionam-se apenas entre si e tendo como ponto de convergência Rutgerd Boelens.

Os autores visto no primeiro mapa bibliométrico, estão inseridos em um grupo com semelhanças teóricas-metodológicas, das nove publicações que estão inseridas esses autores, em 7 delas Rutgerd Boelens aparece com um dos autores, Bibiana Duarte-Abadia em 3, Jeroen Vos em 3, sendo esse último, presente em um trabalho com Boelens e os outros dois que ele não aparece. Logo esses três autores estão presentes em todos os trabalhos encontrados pelo buscador visto no primeiro mapa bibliométrico.

As discussões existentes nesses trabalhos passam sobretudo pelo debate sobre (hydrosocial territory) territórios hidrossociais, o que já ajuda a entender, ou ao menos, ter uma base de uma ou um conjunto de pautas que vem sendo abordada a nível internacional. Nesse sentido, em *Hydropower, Encroachment and the Re-patterning of Hydrosocial Territory: The Case of Hidrosogamoso in Colombia*. Abordasse sobre um grande projeto hidroelétrico na bacia de Sogamoso, na Colômbia, entendendo que projetos como estes, tendem a produzir inúmeros impactos sociais e ambientais, resultantes dentre outros aspectos, da distribuição desigual dos recursos/benefícios entre diferentes grupos sociais, regiões, o resultado são os conflitos socioambientais, que nascem dessa dinâmica de transformação e da importância que o território assume para cada um, as funções e valores deste são incomparáveis (DUARTE-ABADÍA; BOELEN; ROA-AVENDAÑO, 2015).

Em outro documento, Duarte-Abadía; Boelens (2016) denominado *Disputes over territorial boundaries and diverging valuation languages: the Santurban hydrosocial highlands territory in Colombia*. Os autores buscam examinar os modos divergentes de conceituar,

valorizar e representar o páramo de Santurban localizado nos departamentos de Santander e Norte de Santander, na Colômbia. Os páramos são territórios hidrossociais estratégicos, tendo em vista, suas características geográficas e ambientais, são importantes para os sistemas agrícolas, práticas de conservação, é fonte de abastecimento hídricos para os centros urbanos e atividades multissetoriais. Logo, esses territórios assumem valores de usos para diversos segmentos da sociedade colombiana, e dessa diferenciação, despontam inúmeros conflitos, entre empresas multinacionais, Estado, cientistas e as populações resistentes nesses territórios. O Estado e os cientistas neo-institucionais atuam na direção de conciliar interesses opostos, por meio da representação do território universal, aqui aproximando-se do que Fernandes (2009) chama de território da governança. O resultado dessa prática é o processo de invisibilidades dos diferentes grupos que estão no centro dos conflitos, pelo direito de uso dos recursos territoriais (DUARTE-ABADÍA e BOELEN, 2016).

Vos e Limojosa (2016) em *Virtual water trade and the contestation of hydrosocial territories*, discutem a respeito do comércio de água virtual, e como esse serve a interesses de grandes grupos capitalistas, alimentando o mercado internacional e servindo de base para produtores de commodities, como agricultura e mineração. O crescente uso da água e dos recursos ambientais e territórios ocasiona em impactos diretos a populações locais e a natureza, transformando assim os territórios hidrossociais. O processo de regulamentação tanto a nível nacional, quanto internacional, corroborou para o aumento das tensões e conflitos, uma vez que estes remodelam os territórios hidrossociais e por conseguinte seus residentes, essa prática age diretamente na governança da água, com um único objetivo, de favorecer a lógica capitalista (VOS e LIMOJOSA, 2016).

Mieke Hulshof e Jeroen Vos (2016) em *Diverging realities: how framing, values and water management are interwoven in the Albufera de Valencia wetland in Spain*. Analisam o pantanal da Albufera de Valencia, uma zona úmida costeira do sudeste da Espanha que sofre com a baixa qualidade da água, desde 1970, em duas perspectivas. Na primeira, a partir dos aspectos agroeconômicos que a paisagem aquática assume, partido da sua relevância econômica e cultural da produção de arroz, enquanto o segundo, por meio das belezas naturais a partir de valores ambientais. Ao realizarem esse movimento, constatam que o primeiro caso, é o dominante na gestão da água, tendo em vista, que os grupos com mais poder, criam e implantam realidades opostas e como o campo político tende apenas para um lado, ocasiona em conflitos sobre os territórios hidrossociais, resultante dessa diferenciação de usos e formas de entender, usar e gerir os recursos hídricos, um ponto de partida para solucionar esses

conflitos seria reconhecimento e o empoderamento como práticas necessárias para um gestão mais equilibrada e sustentável da água nos territórios da Albufeira (HULSHOF e VOS, 2016).

O debate visto em *Contested hydrosocial territories and disputed water governance: Struggles and competing claims over the Ilisu Dam development in southeastern Turkey*. Passa pela complexidade existente nesses territórios, assim como em outros lugares do mundo, a construção e implantação de barragens de usinas hidroelétricas é um campo de disputas de forças e conseqüentemente de conflitos. Neste caso, esses são alimentados pelo conflito turco-curdo, bem como, passando pelas preocupações de cunho socioambientais e histórico-culturais e das relações de interesses geopolíticos internacionais. O presente estudo debruça-se nos diferentes atores e como estes entendem os territórios hidrossociais e como esses serão afetados pelo megaprojeto hidrelétrico. Bem como da atuação do Estado e de atores hegemônicos com objetivos não apenas de governar a água, a partir da barragem, mas também, impor sua dominação sobre as pessoas, passando por discursos “tecnopolíticos” como justificativa para criação e implantação de tais projetos. Aborda também sobre as estratégias de resistência, passando por coalizões de diferentes grupos em diferentes escalas de atuação (HOMMES; BOELENIS e MAAT, 2016).

Já em *Dams and Damages. Conflicting Epistemological Frameworks and Interests Concerning “Compensation” for the Misicuni Project’s Socio-Environmental Impacts in Cochabamba, Bolivia*. As discussões são sobre mais um mega projeto hidroelétrico, que além do objetivo de gerar energia, foi projetado para transferir água de uma bacia hidrográfica vizinha, com intuito de fornecer água para uso doméstico, hidroelétrico e agrícola. Dentre os inúmeros impactos socioambientais, a construção do canal de transposição das águas, com extensão de 19 km afetou diretamente comunidades indígenas, que foram privadas de seus territórios, por conseqüente, suas terras produtivas, moradia e meios de subsistência, ou seja, um impacto gigantesco sobre o modo de vida, cultura, costumes, valores, crenças e identidades desses grupos. O trabalho se debruça sobre as ações e políticas compensatórias e como essas foram desfavoráveis para as populações indígenas e demais afetados (HOOGENDAM e BOELENIS, 2019).

Mining for Mother Earth. Governmentalities, sacred waters and nature’s rights in Ecuador. Aborda a respeito das estratégias do Estado em transformar a mineração como equivalente à natureza, ou seja, como um elemento vital para a manutenção da vida. E para isso, passa a construir um conjunto de estratégias como tais objetivos, de criar uma roupagem à mineração, não de processo exploratórios, com inúmeros impactos, mas como

imprescindível para o desenvolvimento nacional. Esse processo de construção de novas formas de ver a mineração, passa pela gestão dos territórios e por conseguinte na diminuição da participação política de outros segmentos da população, como povos indígenas e populações rurais. Em contrapartida, esses grupos passam a criar estratégias de governamentalidade, através de práticas políticas, que dão novos significados e identidades aos seus territórios, bem como, valem-se das ações políticas e da judicialização das pautas, como outras maneiras de contra-atacar, objetivando a manutenção de suas práticas cotidianas, culturais e modo de ver e usar seus territórios (VALLADARES e BOELEN, 2019).

Os debates travados em *Transforming hydrosocial territories and changing languages of water rights legitimation: Irrigation development in Bolivia's Pucara watershed*. Busca compreender o processo histórico dos direitos de uso e acesso à água, passando por toda dinâmica existente. Abordam como o novo debate a respeito de territórios hidrossociais possibilita observar como as reivindicações pelos direitos de uso, acesso e controle da água são expressas de formas divergentes, tais direitos e suas pautas de legitimação, passam por aspectos de especificidades locais, processos históricos, políticos, culturais, econômicos, sociais e ambientais, que se encontram em processos de transformações. O movimento de tentar verificar as mudanças históricas resultantes dessa dinâmica de transformações das legislações, passa pela aceitação social e a materialização sobre os territórios de infraestruturas hidráulicas e acesso à água (ROCHA LÓPEZ; HOOGENDAM; VOS e BOELEN, 2019)

O último texto denominado *Territory in conflict: land dispossession, water grabbing and mobilization for environmental justice in southern Spain*, realiza análises que se centram no conflito resultante de um projeto residencial-turístico, denominado Los Merinos, que teve sua construção em uma reserva ecológica imprescindível para a subsistência da região de Andaluzia. Ao buscar examinar as disputas nascentes dessa relação, os autores observam os diferentes discursos políticos e marcos legais na tentativa de compreender a luta pela terra e pela água. Abordam a respeito das dinâmicas multi-escalares, tanto das empresas, quanto de movimentos opostos às transformações sobre o território. A partir da perspectiva político-ecológica o texto amplia a importância da justiça ambiental e territorialização, de movimentos sociais na contestação e luta por seus territórios (PRIETO LOPEZ; DUARTE-ABADÍA e BOELEN, 2020).

Em síntese, os textos e autores organizados e filtrados no primeiro mapa, concentram-se em debate a respeito dos territórios hidrossociais, com conceito basilar de suas

análises, o que instiga a presente pesquisa a buscar/verificar se tal conceito vem sendo abordado no Brasil, caso sim, se este encontra-se dentro dessa mesma linha teórica de pesquisa, bem como, possíveis similaridades e diferenciações de objetos de pesquisa.

Para além deste questionamento, outras preocupações desse grupo permearam grandes projetos e como estes transformam e causam impactos em diferentes estágios e escalas as populações residentes nos territórios impactados por esses projetos. Outro aspecto relevante, são suas preocupações em apresentar as diferentes posições dos atores envolvidos em tais dinâmicas, sejam eles: grandes grupos empresariais, estatais, Estado, movimentos sociais e populações tradicionais, apresentando suas estratégias de ações, seja objetivando a homogeneização e controle total dos territórios e seus recursos, vistos nos atores “hegemônicos”, assim como, estratégias de resistências em diferentes escalas praticadas pelos movimentos sociais, e demais populações impactadas, que buscam a manutenção não apenas de seus territórios, mas do direito à continuidade da suas organizações sociais, e de toda suas dinâmicas e práticas cotidianas, passando por seu modo de vida, cultura, identidades resultantes de suas interações socialmente construídas em seus territórios.

Ainda que de forma preliminar, as pautas abordadas por esses trabalhos podem ser vistas no Brasil, como projetos hidroelétricos, barragens, residenciais em áreas protegidas, dentre outros, ou seja, traçar possíveis semelhanças na atuação de grupos hegemônicos e dos movimentos seriam uma alternativa possível, que mais a frente, tentar-se-á realizar, com intuito de observar se existente semelhanças em: impactos, práticas e ações dos diferentes atores e como estes atuam e constroem diferentes territórios.

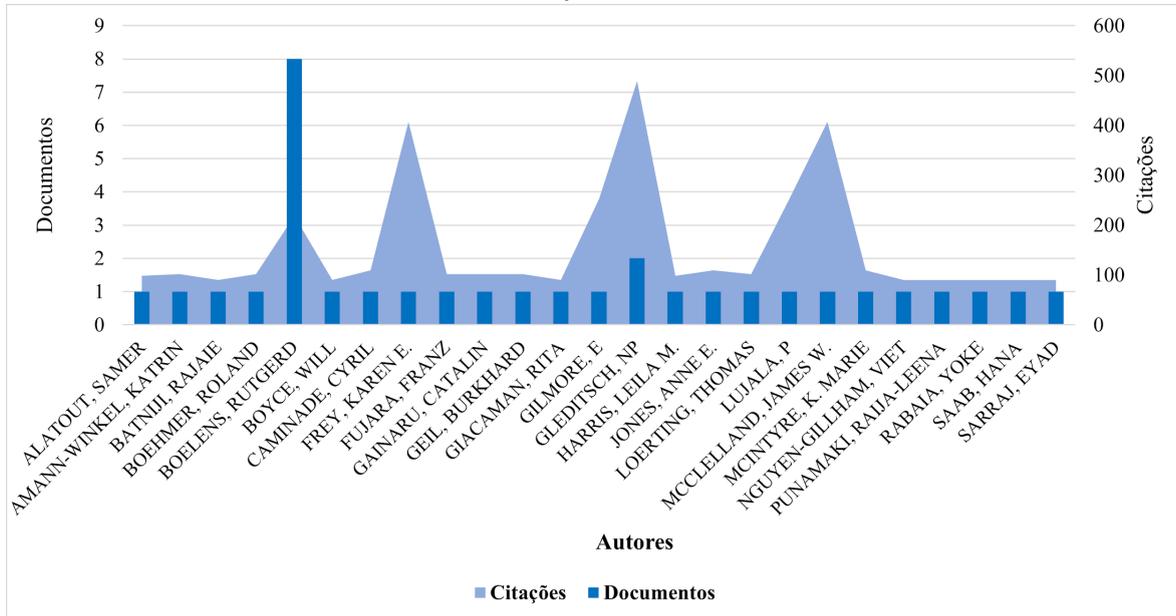
Apesar de inúmeros trabalhos e pautas e análises de grande relevância, reduzir as reflexões apenas a este recorte, seria problemático, ainda que, com direcionamento sobre alguns autores e como estes estão publicando, é pouco, se observado o todo da pesquisa, sendo assim, buscando um maior alcance, alterou-se o recorte de autores para citações, ou seja, o número total de vezes que um determinado autor foi citado.

Essa mudança possibilita identificar um conjunto de autores que vêm sendo citados em diversos trabalhos, ainda que estes não tenham sido capturados pelo buscador ou mesmo sem ligações entre si. O Gráfico 2, a seguir, vem preencher a lacuna deixada pela figura 01⁸,

⁸ É importante frisar que, em primeiro lugar, se optou pelo gráfico e não por outro mapa bibliométrico, por ser mais abrangente e conseguir demonstrar todos os autores/documentos identificados, em segundo lugar pelas limitações na formação do mapa, que gerou inúmeros resultados não satisfatórios, como podem ser vistos no anexo III.

diferente desta, o referido delimita um número mínimo de 90 citações por autores, reduzindo do total geral de 814 para 25 autores que possuem seus textos citados ao menos 90 vezes.

Gráfico 2: Distribuição de autores mais citados



Fonte: *Web Of Science*.
Organização: Nelson Gabriel da Silva Sindeaux.

Afirmar que apenas o número de citações de um texto o qualifica com uma publicação de grande relevância, sem analisar/observar seus conteúdos seria perigoso, entretanto, ajuda na direção de identificar um padrão, partindo de um pressuposto simples, se estes trabalhos estão sendo muito estudados/usados como referências, em teoria, seus conteúdos tendem a serem relevantes, um segundo ponto, seria a possibilidade da existência de similaridades ou não de pautas estudadas, com foco analíticos diferentes. Inúmeras são as possibilidades, que tentar-se-á responder no decorrer da presente pesquisa.

O resultado deste novo recorte pode ser visto no Gráfico 2, os 25 autores estão inseridos em 8 publicações. Em relação ao primeiro mapa, apenas Rutgerd Boelens aparece, sendo esse com um novo texto, assim completando os 8 documentos encontrados pelo buscador para o referido autor. Embora o presente gráfico demonstre os autores mais citados encontrados pelo buscador, nem todos possuem trabalhos direcionados ao tema investigado, em virtude disso, a importância da análise completa dos dados, evitando possíveis erros e auxiliando nos resultados da pesquisa.

Sendo assim, do total de autores e seus respectivos textos, apenas 2 estão alinhados aos objetivos da presente pesquisa, os demais abordam temas diversos, como experimentos físicos/químicos da água, conflitos por territórios, diamantes, armamento, até distribuição de vetores. O que acontece, é a existência de limitações na busca, tendo em vista, que o buscador tende a capturar o maior número de publicações possíveis, a partir de palavras chaves, em decorrência disso, alguns textos tendem a vim fora do que realmente se procura, o que é resolvido com refinamentos e análises, dos quais, tem-se feito no presente estudo.

As duas publicações que se encontram alinhadas aos objetivos da pesquisa, juntam-se às apresentadas no primeiro mapa bibliométrico, aumentando assim, o número de trabalhos encontrados pelo buscador, com grande relevância para a pesquisa. Pois trazem novos debates a respeito dos conflitos por água e movimentos sociais.

No primeiro texto, denominado *Contested Knowledges: Large Dams and Mega-Hydraulic Development*, Boelens; Esha; Bruiens (2019) abordam sobre a problemática dos grandes projetos hidroelétricos, que apesar de contraditórios, voltam a ganhar força em diferentes escalas, do local até o global. Apesar de introdutório, realizam um importante debate dos diferentes conhecimentos e como estes são usados para construir diversas realidades hidrossociais, o resultado é o conflito, nascido da diferenciação desses pensamentos, que passa pela negligência da multiplicidade de territórios hidrossociais e culturas hídricas. O movimento de criar hierarquias em povos civilizados e não civilizados, negando toda uma carga histórica e identitária sobre os territórios e suas culturas, gera um risco aos povos afetados por barragens, ao invés de criar mecanismos de ajuda (BOELEN; ESHA & BRUIENS, 2019).

Em contrapartida, os autores amplificam esses debates, observando a importância de conhecer e entender os atores atuantes nessa dinâmica e o papel de cada um destes, sabendo que contra esses projetos, existem grupos, povos, movimentos organizados, que desafiam a racionalidade modernista, vista nos grandes projetos hidroelétricos, (re)politicando-os. Essa atuação acontece de diferentes formas, escalas, atores, que se organizam e fazem seu próprio conhecimento, aquele que responde às suas necessidades (BOELEN; SHAH e BRUIENS, 2019).

Harris e Alatout (2010) em *Negotiating hydro-scales, forging states: Comparison of the upper Tigris/Euphrates and Jordan River basins*. Realizam um estudo comparativo entre duas bacias hidrográficas no Oriente Médio. Partido suas análises da construção hidropolítica para constituição das nações e sua consolidação territorial. A região estudada é conhecida por

ser palco de inúmeros conflitos, dentre eles por controle de recursos hídricos, o que permitiu a comparação entre ambas, devido algumas semelhanças e estratégias utilizadas na direção do controle territorial. Outro aspecto é o entendimento a respeito das políticas hídricas, assim como, da centralidade que a água assume, na consolidação de forças político-territoriais (HARRIS e ALATOUT, 2010).

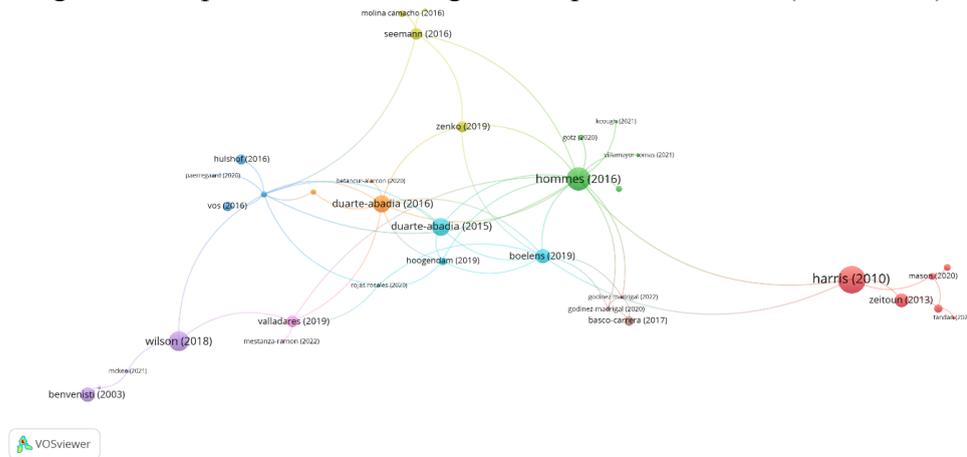
Os recortes realizados até aqui, forneceram ainda que de forma introdutória, importantes dados a serem analisados e descritos, bem como, sua comparação com casos nacionais, a situação a nível mundial dos conflitos relacionados a água é dinâmica e complexa, em decorrência da multiplicidade de atores, identidades, pautas, o que dão a esta, uma relevância ímpar, sendo elemento imprescindível de análise em tempos de uma crise hídrica em escala global.

Diante da importância de tais debates, a pesquisa continuou usando recortes, com objetivo de ampliar o alcance e número de trabalhos, possibilitando, além de um maior número de publicações, assim como, de novas pautas, conflitos, movimentos, territórios, que ajudem a qualificar a pesquisa, fornecendo dados importantes a respeito da situação dos conflitos por água.

Dentro desse cenário, ainda utilizando o buscador "*Water conflict And Territory*", mudou-se o recorte para citações por documentos, ou seja, diferente do Gráfico 2, que utilizou os autores mais citados, esse novo recorte, classifica as publicações mais citadas, unindo-as por conexões, como poder-se-á ver na Figura 2 a seguir, do total de 332 trabalhos, 35 possuem a maior conectividade, melhor dizendo, os trabalhos dispostos na Figura 2, estão citando uns aos outros, favorecendo assim, a observação de padrões e possíveis semelhanças de pautas e debates

Dos autores e seus respectivos textos dispostos na Figura 2, alguns já apareceram na Figura 1 e Gráfico 2, contudo são uma minoria em relação aos demais, logo, a Figura 2 traz novos autores e documentos, e com eles, novas discussões, que podem e devem contribuir como o desenvolvimento da pesquisa, fornecendo novos dados, bem como, a possibilidade de novas pautas, de ações e demais dinâmicas resultantes dos diferentes conflitos existentes por água.

Figura 2: Mapa bibliométrico organizado por documentos (1945-2022)⁹



Fonte: *Web Of Science e VOSviewer*.
Organização: Nelson Gabriel da Silva Sindeaux.

Observa-se no presente mapa bibliométrico a distribuição dos autores/documentos em 9 clusters, sendo representados pelas cores: (1) em vermelho; (2) verde; (3) azul escuro; (4) amarelo; (5) roxo; (6) azul claro; (7) laranja; (8) marrom; (9) lilás. É importante frisar, que os documentos que se encontram no centro do mapa, são aqueles que têm maior proximidade com os demais, conforme se afasta do centro, essa relação diminui, em outras palavras, grupos com 1 e 5 que estão nos extremos, não apresentam nenhuma relação direta entre si.

Outro aspecto resultante da análise direta do mapa, são os textos mais usados pelos demais e como estes servem de elo entre os grupos. Assim, o documento Rocha Lopez (2019) contido no grupo azul escuro, relaciona-se com todos do grupo, e com outros, como: Wilson (2018) roxo; Seemann (2016) amarelo; Duarte-Abadia (2016) e Prieto Lopes (2021) laranja; Duarte-Abadia (2015) e Rojas Rosales (2020) azul claro e Hommes (2016) verde.

Já Duarte-Abadia (2016), relaciona-se com todos do grupo, e com Valladares (2019) lilás; Rocha Lopez (2019) azul escuro; Duarte-Abadia (2015); Hoogendam (2019) e Boelens (2019) azul claro; Hommes (2016) verde e Zenko (2019) amarelo. Por fim, e o com maior alcance de todos, Hommes (2016) relaciona-se com todos os contidos em seu grupo, bem como, Rocha Lopez (2019) azul escuro; Valladares (2019) lilás; Duarte-Abadia (2016)

⁹ Etapas de produção do mapa bibliométrico por palavras chaves: Layout VosViewer; create a map based on biographic data; read data from bibliographic database files; web of Science; seleção do arquivo com os dados da pesquisa; choose type of analysis and counting method; citation; documents; choose threshold; número mínimo de citações por documentos igual 0; resultado total de documentos encontrados 332 (sem o recorte), filtrar por relação de conexão resultado com o refinamento, 35 documentos.

laranja; Duarte-Abadia (2015); Hoogendam (2019) e Boelens (2019) azul claro; Seemann (2016) e Zenko (2019) amarelo; Godinez Madrigal (2020 e 2022) marrom e Harris (2010) vermelho.

O que essas interações demonstram, além é claro do link entre os trabalhos, são os motivos destas ocorrerem, essas ligações ocorrem quando: (1) o documento está sendo citado por outro texto (2) o documento está citando outro. Essa relação é importante, em primeiro lugar por possibilitar traçar a trajetória histórica dos trabalhos, assim corroborando para verificação de diferentes tempos e consequentemente, ações, práticas, pautas diversas, que se materializaram no tempo e no espaço, e foram capturadas por esses trabalhos, favorecendo o entendimento, de como e qual forma esses trabalhos representaram esses tempos e os anseios e lutas desses períodos.

Em segundo lugar, a classificação em grupos, permite filtrar por categorias ou pautas de análises, como por exemplo, sabe-se que Boelens (2019) debate a partir dos territórios hidrossociais, se esse fosse o foco da pesquisa, poder-se-ia concentrar as buscas dos textos que se relaciona com ele, chegando a um conjunto de trabalhos com semelhanças em suas discussões. Todavia, o objetivo é capturar o maior volume possível de debates a respeito de conflitos por água e movimentos, portanto, não será realizado recortes e exclusões dos documentos dispostos na Figura 2, antes de analisá-los criticamente, com intuito de verificar se estão de acordo com os anseios da presente pesquisa.

Nesse sentido, o cluster 01 representado pela cor vermelha, têm Harris e Alatout (2010) como centrais, tendo o maior alcance de ligações dentro do grupo, bem como, com outros grupos. O texto em questão denominado *Negotiating Hydro-Scales, Forging States: Comparison of the Upper Tigris/Euphrates and Jordan River Basins*, já apareceu no gráfico 02 entre os documentos mais citados, suas discussões giram em torno de um estudo comparativo entre duas bacias hidrográficas no Oriente Médio, partido suas análises da construção hidropolítica para constituição das nações e sua consolidação territorial.

O debate sobre bacia hidrográfica também é visto em Mason e Khawlie (2016) no texto *Fluid Sovereignty: State–Nature Relations in the Hasbani Basin, Southern Lebanon*, que trata da complexidade existente no controle territorial e hídrico no Oriente Médio. Utilizando o conceito de soberania fluida como central de suas análises. A Bacia estudada faz fronteira com Israel (incluindo as Colinas de Golã ocupadas) e a Síria, situando-se no sul do Líbano, a Bacia Hasbani é palco de inúmeras disputas, resultantes das diferentes lutas, interesses, escalas e políticas. Ao utilizarem o debate geográfico sobre soberanias híbridas e

materialismo vital, constataram que as reivindicações sobre a soberania da bacia de Hasbani, não limitam as águas superficiais, mas também, as subterrâneas e terra agrícolas dependentes das condições climáticas, e os conflitos e fragilidades existentes são resultados de uma territorialização fragmentada do Estado e com isso, uma frágil atuação política (MASON & KHAWLIE, 2016).

Zeitoun et al (2013) em *Hydro-Hegemony in the Upper Jordan Waterscape: Control and Use of the Flows* também estuda o Oriente Médio, a partir da hidro-hegemonia como forma de ler a paisagem aquática e suas dinâmicas resultantes do controle dos fluxos caudais do Alto Jordão. Assim como visto em Mason e Khawlie (2016) que apesar de estudar outra bacia hidrográfica, aborda a respeito das relações conflitantes entre três nações, Líbano-Israel-Síria, que novamente estão presentes neste trabalho, assim permitindo citar um ponto de convergência entre os textos, os conflitos existentes são apenas pelo controle de uma única bacia, mas sim, do recurso hídrico como um todo, passando por elementos de controle territorial, político e ideológico. Ao realizarem levantamentos de dados em diferentes frentes, constatou-se que tais conflitos são influenciados por inúmeros fatores, que transforma conceitos e perspectivas sobre paisagem aquáticas internacionais, bem como, sobre aspectos como: fronteiras políticas, pressões domésticas e concorrência, percepções da segurança da água, e outros fatores não materiais ativos em múltiplas escalas espaciais (ZEITOUN et al., 2013).

Mason (2020) *Hydraulic patronage: A political ecology of the Turkey-Northern Cyprus water pipeline*, aborda a respeito do uso da água como fonte de controle político e ideológico de uma nação sobre outra. Trata a respeito da construção de um grande projeto hidráulico que liga a Turquia ao norte do Chipre, mas especificamente para “República Turca do Norte de Chipre” (RTNC) que internacionalmente não é reconhecida como uma nação independente. Essa relação, gera inúmeros conflitos e incertezas, em primeiro lugar, que entra em rota de colisão com uma nação, o Chipre, em segundo lugar, esse movimento que o autor chama de clientelismo e ou patrocínio hidráulico que consiste no fornecimento contínuo de recursos hídricos por um Estado patrono a um território/estado cliente, ocasiona em uma dependência hidrológica, assim como, fiscal e militar do norte do Chipre em relação a Turquia. Essa dinâmica corrobora para o crescimento da influência do Estado Turco sobre o território, gerando assim uma hidro-territorialização, que se encontra em desacordo com a escala hidrossocial sobre toda a ilha (MASON, 2020).

Conker (2018) no texto *Understanding Turkish water nationalism and its role in the historical hydraulic development of Turkey*, assim como Mason (2020) o Estado Turco. Embora com foco diferente, com certas semelhanças, ao afirmar que a Turquia está comprometida em sua “missão hidráulica” em diferentes escalas, nota-se que a atuação sobre o território do Chipre faz parte desses anseios. Essa perspectiva de um desenvolvimento hidráulico adotado pelo governo, causam instabilidades sobre os territórios, em diferentes escalas: locais, nacionais, interestaduais e transnacionais, entre diferentes atores e conseqüentemente, interesses. Diferentemente da literatura vigente, que busca compreender essa dinâmica como uma estratégia de segurança energia e alimentar, bem como, do controle de conflitos internos, o autor busca entender essa relação a partir da construção do Estado nacional turco e como o desenvolvimento de ações de controle hidráulico, corroboraram para formação da nação turca (CONKER, 2018).

O último texto do cluster 01 é de Tandan (2021) denominado *Challenging hydro-hegemony of India: resistance of Nepal in the Upper Karnali and Saptakoshi dam Project*. Embora também no continente asiático, difere-se dos demais, por estar fora do Oriente Médio, enquanto os demais, todos estavam presentes nesse. O referido texto retrata a interação hidropolítica do Nepal e da Índia, contudo, deve ser vista como uma relação hidro-hegemônica, uma vez que a Índia exerce sua força sobre o Nepal, com objetivo de acesso e controle dos recursos hídricos existentes no país. Ao ceder, o Nepal não está perdendo apenas o recurso, mas sim, sua autoridade sobre seu território e recursos, enquanto a Índia passa a gerir recursos estratégicos em tempos de crise hídrica global. Em decorrência disto, a distribuição passa a ser desigual, colocando em risco a soberania hídrica local e dos seus diferentes usos (TANDAN, 2021).

Em síntese, os debates contidos no referido grupo refletem o contexto existente no Oriente Médio, com exceção do último texto, que aborda sobre a Índia e o Nepal. Seus conteúdos carregam elementos que permeiam dois ou mais textos do grupo. A necessidade do controle dos recursos hídricos, faz nascer inúmeras pautas e ações, a soberania hídrica desponta como a necessidade de impor sua dominação, não apenas pelos recursos, mas por todos aqueles que necessitam deste, sendo assim, essa passa a carregar aspectos políticos e ideológicos, e a diferenciação de usos, pensamentos, gera o conflito.

Conflitos esses, não apenas pela água, mas por territórios, identidades, cultura, dentre outros aspectos, fundantes do processo de formação territorial e cultural de diferentes grupos sociais. É em virtude desta importância ímpar, que os recursos hídricos deixam de ser vistos

apenas como recursos e tornam-se ferramentas de controle político-ideológico. E por isso, que conceitos como hidro-hegemonia, hidropolítica, hidro-territorialização, controle territorial, hídrico e consolidação territorial fazem-se presentes nos textos contidos no grupo.

Outros aspectos importantes, são as diferentes escalas existentes nos debates, pensar em luta por água é observar as múltiplas escalas de atuação dos diferentes grupos e nações. Um dos recortes geográficos utilizados pelos trabalhos foi sobre bacia hidrográfica e sua importância para inúmeros projetos, entre eles grandes projetos hidráulicos (hidrelétricas, canais, transposições, dentre outros) e como são usados por atores hegemônicos como forma de controle, seja em nível local, regional, nacional ou mesmo transnacional.

Bem como, os desdobramentos desses sobre os “impactados” e “beneficiados” por esses projetos, em muitos casos, conflitos históricos são reafirmados, assim como a emergência de novos, sejam por impactos diretos sobre territórios e recursos por onde passam ou estão instalados esses projetos, pela negação do direito a uso, controle e acesso a recursos, ainda que esses estejam em seus territórios, gerando assim, conflitos de ordens: política; territorial; cultural. Os impactos resultantes atingem as escalas hidrossociais, causando grandes danos sobre os que geralmente, tem menos força política, mesmo assim, organizam-se e lutam por seus direitos, suas estratégias e diferentes formas de reivindicar serão mais bem trabalhadas no decorrer da presente pesquisa.

O cluster 02, tem um texto a menos em relação ao anterior, é representado pela cor verde. O texto central, que tem maior link é Hommes; Boelens & Maat (2016) e também aparece no primeiro mapa bibliométrico, no grupo, têm ligação com todos os textos e fora com mais sete outros grupos, sendo o que possui maior relação entre todos os clusters. O debate visto em *Contested hydrosocial territories and disputed water governance: Struggles and competing claims over the Ilisu Dam development in southeastern Turkey*. Passa pela complexidade existente nesses territórios, assim como em outros lugares do mundo, a construção e implantação de barragens de usinas hidroelétricas é um campo de disputas de forças e conseqüentemente de conflitos. Os territórios hidrossociais entrelaçam as dimensões física, sociais, políticas e simbólicas, atuando diretamente contra atores hegemônicos, que buscam com projetos como esse da barragem de Ilisu, o controle dos recursos e sobretudo, das pessoas (HOMMES; BOELENS & MAAT, 2016).

Wessels et al (2019) no texto *Upsetting the apple cart? Export fruit production, water pollution and social unrest in the Elgin Valley, South Africa*. Apresenta o conflito pela água a partir das interações entre fruticultores comerciais (Branços) e os moradores urbanos pobres

(coloridos e negros). Essa relação conflituosa surge além da diferenciação de uso, mas também da reconfiguração do território hidrossocial, passando por aspectos ecológicos, socioeconômicos, políticos e simbólicos, que não podem ser vistos e entendidos de forma dissociada. O movimento realizado na direção de entender os usos da água, os autores apontam que esse é desigual, e o resultado dessa diferenciação é o conflito. Outros aspectos considerados são as estratégias utilizadas por esses grupos antagônicos (WESSELS et al., 2019).

Götz & Middleton (2020) em *Ontological politics of hydrosocial territories in the Salween River basin, Myanmar/Burma*. Realizam um estudo de caso no rio Salween em Mianmar, com intuito de observar as diferentes ontologias da água, tendo como elemento central, o debate de territórios hidrossociais. Dentro desse cenário, buscam compreender esses territórios pelo que chamam de ontologias: água moderna, indígena e associada a projetos hidráulicos. A primeira é vista a partir do papel Comitê Nacional de Recursos Hídricos do Governo da União, e como esse direciona suas ações associadas a essa “água moderna”. A segunda associada à organização de indígenas Karen na direção da manutenção de seu modo de vida, bem como, salvaguarda de seus territórios. Por fim, associados a projetos hidráulicos, para uso nacional e exportação, essa atuação se entrelaça com outras ontologias e em decorrência disso, surgem os conflitos (GÖTZ & MIDDLETON, 2020).

Keoughum & Saidoub (2021) em *Water delivery and the creation of hydrosocial routes: Comparing five neighborhoods in Niamey, Niger*. Abordam sobre os desafios da distribuição de água e como muitos segmentos das populações, sobretudo, os mais pobres são afetados, sendo assim, cria-se inúmeras estratégias para esse acesso, sejam eles por meio de métodos informais ou híbridos. Em muitos casos, as *small water enterprises* (SWEs) ou pequenas empresas de água são as principais responsáveis por esse abastecimento. O trabalho foca em uma SWEs e como ela cria rotas para possibilitar o acesso à água, essas chamadas de rotas hidrossociais, que são a base do processo humano de ligar fontes de água aos consumidores finais. Apesar de trabalharem os territórios hidrossociais, que por vezes estão associados a inúmeros conflitos, as rotas hidrossociais são o contrário, ajudam a prevenir esses conflitos (KEOUGHUM & SAIDOU, 2021).

Villamayor-Tomas & García-López (2021) no texto *Commons Movements: Old and New Trends in Rural and Urban Contexts* discutem a respeito dos movimentos comuns e movimentos sociais. Destacando que esse debate contido na ecologia política e justiça ambiental vem ganhando mais destaques nos últimos anos. Os movimentos contribuem para

criar e fortalecer instituições e discursos comuns, podendo ainda os redimensionar, esse processo resulta das lutas de comunidades rurais, assim como, de movimentos por água, alimentos comuns e comunitários de energia. As ações resultantes desse debate dos comuns, servem de base para mobilização social, podendo tornar-se um ponto de partida para os movimentos sociais, dentro do contexto justiça ambiental, em diferentes escalas de atuação e dos conflitos pela salvaguarda dos territórios, cultura, meios de subsistências e contra ações de grupos hegemônicos, como as privatizações. Outros aspectos são as tensões e contradições resultantes das dinâmicas do movimento comuns, que ocorrem pelas diferenciações, diversidade versus uniformização (VILLAMAYOR-TOMAS e GARCÍA-LÓPEZ, 2021).

As discussões contidas no cluster 02 estão ligadas sobretudo pelo debate de territórios hidrossociais. Diferente do cluster anterior, os trabalhos estavam de forma geral dentro de uma mesma região. Aqui eles estão mais especializados, como trabalhos abordando nações como: Turquia; Níger; Mianmar; África do Sul. Apesar de algumas semelhanças com o cluster anterior, novas pautas surgem, aprofundando em debates como ecologia política; justiça ambiental; aspectos ecológicos; socioeconômicos, analisados em múltiplas dimensões: política, física, sociais e simbólicas.

A água segue permeando todos os debates, e conflitos pela diferenciação de usos e projetos hidráulicos seguem como umas das principais causas encontradas até aqui para esses embates. Ainda que em escalas e formas diferentes, os conflitos surgem ou pela negação do direito a uso, acesso, controle e distribuição de água e seus recursos de forma digna e igualitária, ou pela expropriação de territórios e conseqüentemente de modos de vida, culturas e identidades. Essas pautas podem ser vistas até aqui, na maioria dos trabalhos já descritos na presente pesquisa, especificamente no cluster dois, nos projetos hidráulicos da Turquia, nos conflitos entre produtores agrícolas e populações carentes da África do Sul e/ou da relação híbrida como pode ser vista no debate em Mianmar.

Embora de forma preliminar, até aqui, observou-se um certo padrão, tanto de pautas, conflitos, assim como, os causadores destes. Ainda que, em cada país, território, lugar, as ações e suas conseqüências tenham impactos sobre particularidades locais, semelhanças podem ser vistas de forma geral, como a implantação de uma barragem e seu desdobramentos, tanto a nível organizacional do Estado e grandes empresas, quanto de reações, vistos em movimentos sociais e demais seguimentos da sociedade civil organizada. Esses possíveis padrões de conflitos e suas causas, serão retomados à frente, com intuito de entendê-los de forma mais profunda, possibilitando assim, a confirmação ou não, de sua existência.

O cluster 03 é representado pela cor azul escuro e possui um total de 4 documentos, sendo que, do total, 3 já apareceram no primeiro mapa bibliométrico. Rocha Lopez et al (2019) ligasse com todos os textos do grupo, e fora, com outros 5 grupos. Como já visto anteriormente, o texto *Transforming hydrosocial territories and changing languages of water rights legitimation: Irrigation development in Bolivia's Pucara watershed* aborda a respeito do processo histórico dos direitos de uso e acesso à água, passando por toda dinâmica existente. Os territórios hidrossociais despontam como importante recurso de análise, possibilitando observar que as diferentes pautas e reivindicações de uso da água são divergentes, e passam por aspectos de especificidades locais, processos históricos, políticos, culturais, econômicas, sociais e ambientais, que são mutáveis, ou seja, encontram-se em constante processo de transformações (ROCHA LÓPEZ; HOOGENDAM; VOS e BOELEN, 2019).

Vos e Hinojosa (2016), em *Virtual water trade and the contestation of hydrosocial territories*, pautam suas análises a partir do comércio de água virtual e como essa é utilizada por grandes grupos capitalistas, esses por sua vez, transformam a água em um produto a ser exportado para o mercado internacional, assim como, elemento vital para os produtores de commodities, como agricultura e mineração. A decorrência dessa atuação, são impactos diretos sobre populações locais e sobre a natureza, transformando totalmente os territórios hidrossociais (VOS e LIMOJOSA, 2016).

Mieke Hulshof e Jeroen Vos (2016) em *Diverging realities: how framing, values and water management are interwoven in the Albufera de Valencia wetland in Spain. Análisis o pantanal da Albufera de Valencia*, uma região com carência na qualidade de água há décadas, mas que possui áreas agricultáveis e belezas naturais. Então pautam sua pesquisa sobre essas duas perspectivas, no primeiro caso, observando a relevância econômica e cultural da produção de arroz, e o segundo das belezas naturais e ambientais. Constatam que, a primeira perspectiva supera a segunda, com os atores e grupos dominantes criando e implantando realidades antagônicas, ocasionando em conflitos sobre territórios hidrossociais, e como a balança política tende apenas para o lado dominante, os conflitos são ainda mais inflamados (HULSHOF e VOS, 2016).

O único documento que ainda não havia aparecido na pesquisa é o texto de Paerregaard; Ullberg e Brandshaug (2020) denominado *Smooth flows? Hydrosocial communities, water governance and infrastructural discord in Peru's southern highlands*. Buscam examinar a crise hídrica do Peru, e como grandes projetos e a governança da

infraestrutura hídrica atuam sobre práticas sociais e valores culturais na direção de negociarmos direitos sobre os recursos hídricos. A crise nacional agravou as diferenças sociais, ao ponto, da necessidade da criação de uma lei de águas, que objetiva a cooperação entre os diferentes atores para uma gestão mais eficiente. Embora essa cooperação seja um passo importante na direção de uma gestão mais igualitária, esbarra nas diferentes relações de poder e divisões culturais existentes, e na governança hierárquica de sua infraestrutura hídrica (PAERREGAARD; ULLBERG e BRANDSHAUG, 2020).

Os debates contidos no cluster 03 giram em torno dos territórios hidrossociais, e como os recursos hídricos são disputados por diferentes atores, a diferenciação de uso, como já visto na pesquisa, tem sido o estopim para conflitos. Mas não se limita a isso, o Estado tem um papel importante na gestão desses conflitos, a partir do momento que cede ao lado capitalista, passa a legitimar projetos sobre a prerrogativa do desenvolvimento nacional, ainda que impacte diretamente, inúmeros povos, comunidades, territórios, bem como, ecossistemas inteiros.

Em suma, os trabalhos destacados no cluster 03 refletem sobre a água em disputa, e como isso tem desdobramentos sobre o dia a dia dos territórios analisados. Os conflitos são presentes em todos os casos, muito embora, as tentativas de cooperação como visto em Paerregaard; Ullberg e Brandshaug (2020) sejam um passo importante para mediação destes, esbarram em diversas relações (poder, cultura, economia), que acabam por dificultar essa relação mais harmoniosa entre as partes na direção do uso comum dos recursos hídricos.

O Estado ao invés de atuar como responsável pela governança dos recursos hídricos, servindo a todos de forma equitativa, tem cedido a apenas um lado, o que corrobora para o aumento das crises. Fato esse, que extrapola o cluster 03 e por ser visto nos outros, as instabilidades causadas por essas tomadas de decisões baseadas no desenvolvimento a “qualquer custo” tem causado inúmeros impactos sobre diversas populações, sobretudo, as rurais, tradicionais, povos nativos, que na maioria das vezes, têm seus territórios recortados ou ocupados por grandes projetos hidráulicos.

O cluster 04 representado pela cor amarela possui um total de quatro trabalhos, como Seemann (2016) ligando a todos do grupo e com mais dois fora e Ženko e Menga (2019) que ligassem a Seemann dentro dos grupos e outros três fora. Seemann (2016) em *Inclusive recognition politics and the struggle over hydrosocial territories in two Bolivian highland communities*. Destaca-se que a luta pela autonomia dos territórios e recursos naturais tem permeado as pautas dos movimentos indígenas bolivianos, aproveitando-se dos debates a

respeito de identidade indígena e direitos habituais. Contudo, a crescente onda neoliberal das últimas décadas vem configurando-se como uma das principais ameaças a estes povos, por seus recursos, sobretudo hídricos. A partir da ecologia política o texto busca argumentar a respeito do reconhecimento e a formalização dos direitos locais aos recursos hídricos, entendendo a dinâmica ao qual estão inseridos sendo de caráter político, com isso, são contraditórios, palco de disputas de contestação constante. A busca por entender essa dinâmica direciona o trabalho a realizar uma abordagem multi-escalar objetivando observar as interações entre homem-natureza, que resultam nas recentes transformações políticas e sociais que acabam (re)configurando territórios hidrossociais no Vale do Tiraque, Bolívia (SEEMANN, 2016).

Ženko e Menga (2019) *Linking Water Scarcity to Mental Health: Hydro-Social Interruptions in the Lake Urmia Basin, Iran*. Realizam um importante movimento na direção de compreenderem as consequências da escassez e dos conflitos por água sobre a saúde mental das populações situadas no entorno do Lago Urmia, no Irã. Utilizam o conceito de território hidrossociais para entender que os territórios em torno do lago, foram (re)criados, através das interações humanas e relações de poder e toda sua dinâmica de incorporação dos fluxos de água e tecnologias, transformações de natureza socioeconômica, cultural, política e ambiental. Em decorrência dessas (re)configuração dos territórios hidrossociais, as populações residentes passam a sofrer com falta de água, assim como, conflitos pelos seus direitos de uso, acesso e controle dos recursos. Essa dinâmica impacta diretamente a ordem natural, econômica e sociopolítica dessas populações, a soma de todos esses processos afetam sua saúde, tanto física, quanto mental (ŽENKO e MENGA, 2019)

Molina Camacho (2016) em *Intergenerational dynamics and local development: Mining and the indigenous community in Chiu Chiu, El Loa Province, northern Chile*. Destaca-se que os conflitos hídricos são uma questão significativa no norte do Chile, nascente do embate de atividades neoliberais e povos indígenas. A mineração, sobretudo, em territórios indígenas, é uma das maiores causadoras dessas crises. Em decorrência disto, a ecologia política desponta como uma importante maneira pela qual as comunidades passam a se organizar em torno de pautas reivindicatórias comuns. É em virtude disso, que o texto busca analisar como a ecologia política da perspectiva da água corrobora para os processos de organização dos povos e comunidades indígenas em sua articulação política e coletiva contra grandes grupos mineradores, e, como essas dinâmicas incidem sobre os territórios (MOLINA CAMACHO, 2016).

Baigún e Minotti (2021) em *Conserving the Paraguay-Paraná Fluvial Corridor in the XXI Century: Conflicts, Threats, and Challenges*. Abordam sobre o sistema fluvial Paraguai-Paraná, e como esse é um importante para a manutenção dos ciclos ecológicos de vida da biota e espécies. Em decorrência do seu fluxo livre em seus principais canais, corroboram para sua conectividade funcional, assim como, a manutenção dos processos migratórios para reprodução das espécies, o que tem possibilitado a manutenção da pesca em pequena escala, gerando com isso, segurança alimentar e a conservação dos diferentes ecossistemas. Contudo, essa instabilidade pode ser afetada em primeiro lugar pela expansão da Hidrovia Paraguai-Paraná, em segundo lugar por projetos hidráulicos planejados para bacia do Paraná, e demais impactos atuais, como uso excessivo e poluição da água. Essa nova dinâmica tem gerado conflitos e ameaças, bem como, desafios de como desenvolver políticas integrativas e de gestão em múltiplas escalas que possam da conta de gerir melhor os diferentes usos, visando a mitigação máxima de impactos, sobre o meio e todos aqueles que estão às margens ou usam diretamente o sistema fluvial Paraguai-Paraná com subsistência (BAIGÚN e MINOTTI, 2021).

Em síntese o cluster 04 aborda a respeito das transformações e (re)configurações que os territórios passam a sofrer em decorrência do uso da água e seus recursos pela lógica capitalista. Esses impactos têm afetado não apenas o dia a dia daqueles que usam ou moram nesses territórios, mas também seu modo de vida, cultura, e demais aspectos resultantes de suas dinâmicas sobre e por esses territórios.

A questão da governança e gestão dos recursos hídricos segue permeando os diferentes grupos, bem como, os conflitos pela diferenciação de usos. Um elemento novo que o presente cluster traz, é a respeito dos impactos sobre a saúde física e mental daqueles que estão sofrendo as consequências da escassez de água e seus recursos, e dos conflitos gerados pelas políticas neoliberais e grandes empresas.

Os grandes projetos hidráulicos têm ocasionado na (re)criação e (re)organização dos territórios, impactando fortemente os diferentes ecossistemas e populações. A falta ou gestão tendenciosa dos recursos por parte dos Estados Nacionais têm agravado os conflitos existentes. Tendo em vista, que territórios que nunca haviam passado por problemas hídricos por centenas de anos, passam a sofrer as consequências da lógica capitalista, que observa apenas a manutenção do seu modo de produzir, sem considerar as particularidades e demais características locais.

O cluster 05 é representado pela cor roxa, e conta com quatro trabalhos. Diferente dos anteriores, possuem poucas interações, limitando-se a apenas uma em cada trabalho, ou seja, cada trabalho liga-se a apenas um dentro do grupo, e apenas Wilson (2019) apresenta interação fora do grupo com outros clusters. O texto de Benvenisti (2003) *Water Conflicts During the Occupation of Iraq*, apresenta um debate a respeito dos conflitos hídricos no Iraque durante a ocupação americana e britânica no território, embora traga elementos importantes, o referido texto não tem acesso livre, o que impossibilitou sua utilização.

Mason (2009) em *The Application of Warfare Ecology to Belligerent Occupations*. Realiza seus debates a partir de como as ocupações moldam processos ecológicos. Embora aborde de forma geral, seu foco analítico fica sobre o caso israelense sobre o território palestino. Essas ocupações deixam marcas nos territórios, impactando as populações residentes, bem como, seu modo de vida, cultura, economia, saúde, habitação, saneamento e uso de recursos hídricos, dentre outros. A ecologia de guerra contribuiu para a observação dessas marcas deixadas sobre o território, possibilitando observar os efeitos das consequências das ocupações sobre as populações e o meio ambiente (MASON, 2009).

Wilson e Inkster (2018) *Respecting water: Indigenous water governance, ontologies, and the politics of kinship on the ground*. Abordam a respeito das populações indígenas do Canadá e como esta entender a água. A água assume muitas representações para diferentes populações, desde o sagrado a uma mercadoria, a diferenciação da forma de entender, viver e usar a água é o que leva às diferentes representações que essa assume. Bem como visto em outros trabalhos, essa diferenciação leva ao conflito de perspectivas totalmente antagônicas, que não limitam apenas a forma de pensar, mas também de gerir e controlar os recursos, o que gera uma paisagem desigual da governança da água, criada pela lógica capitalista. Essa dinâmica é vista a partir de um estudo de caso em quatro comunidades indígenas do norte canadense, objetivando observar através da política de parentesco e a importância que a água assume para esses povos, outro foco esteve sobre os processos de gestão dos recursos hídricos e como esses podem ser transformados para entenderem as necessidades das populações indígenas, como modelo alternativos e contra hegemônicos de gestão e governança da água (WILSON e INKSTER, 2018).

McKee (2020) em *Divergent visions: Intersectional water advocacy in Palestine*. Discute a respeito da justiça ambiental a partir de um estudo de caso, de uma comunidade palestina localizada no vale do rio Jordão. Essa comunidade enfrenta inúmeros problemas relacionados à água, entre os quais podem-se citar o bloqueio por parte do exército israelense

ao rio Jordão, contaminação da água, crescente salinidade e declínio de poços d'água, dentre outros. Em decorrência da fragilidade da governança dos recursos hídricos pelo estado palestino, somados a presença israelense, aumenta o estresse hídrico local, ocasionando em instabilidades, que levam a inúmeros conflitos e reivindicações da população local na direção da salvaguarda do direito ao uso dos recursos hídricos (MCKEE, 2020).

As discussões presentes no cluster estão sobretudo ligadas a aspectos de ocupação militar nos territórios e os seus desdobramentos sobre as populações. Controlar os recursos hídricos é estratégico para muitos países, e por isso, utilizaram-se de inúmeras estratégias para ter o controle desses recursos. A ocupação militar é uma delas, contudo, ao realizar essas ações, países como Israel estão cerceando o direito de diferentes povos ao acesso a água, seja para consumo, lazer, agricultura, dentre outros aspectos do seu dia a dia.

As consequências podem ser vistas no aumento das instabilidades hídricas, resultante dessa dinâmica de controle “há força”, deixando populações que já se encontram em situação de vulnerabilidade ainda mais impactadas. Os conflitos não são apenas por diferenciação de uso, como visto nos outros clusters, mas pelo acesso aos recursos que são negados em decorrência de ações de controle geopolítico. E com a falta de acesso a água e seus recursos, leva a escassez de alimentos (tanto de origem aquática, quanto de proveniência da agricultura), precárias condições de saneamento, o que deixou marcas sobre a saúde física e mental das populações residentes nesses territórios ocupados.

Wilson e Inkster (2018) trazem um importante debate a respeito de como a água assume um papel diferente para comunidades indígenas, essa é vista, não apenas como fonte de subsistências, mas também como divindade, elevando sua importância dentro do seio dessas comunidades. Embora seja divino para grupos como os indígenas, ela é vista como recursos a ser apropriado pela lógica capitalista, e dessa relação divergentes nascem os inúmeros conflitos, como já visto em inúmeros trabalhos no decorrer deste capítulo.

O cluster 06 é representado pela cor azul claro e conta com quatro trabalhos, sendo que três já apareceram no primeiro mapa bibliométrico, esse grupo é o mais central do mapa, e junto com o cluster 2, são os que apresentam maior interação com os demais. Duarte-Abadía; Boelens e Roa-Avedaño (2015) como já visto, abordam a respeito de grandes projetos hidráulicos e como esses produzem graves impactos socioambientais. Que a implantação de projetos como Sogamoso, embora seja vendido como projetos revolucionários, que geram “energia limpa”, “desenvolvimento sustentável” sendo vital para

sociedade, mascaram os reais impactos deixado sobre os diferentes territórios (DUARTE-ABADÍA; BOELENs e ROA-AVENDAÑO, 2015).

Boelens; Esha e Bruins (2019) assim como o texto anterior, abordam sobre grandes projetos hidráulicos e como esses são divergentes, independentemente de sua escala, seja ela local ou global. O desenvolvimento desses projetos passa por campos de disputas, os quais, diferentes atores reivindicam direitos sobre e por diferentes territórios e seus recursos. Essa conflitualidade desponta sobre os territórios hidrossociais, nascida da diferenciação desses pensamentos, que passa pela negligência da multiplicidade de territórios hidrossociais e culturas hídricas (BOELENs; ESHA e BRUINS, 2019).

Hoodendam e Boelens (2019) abordam a respeito de um mega projeto hidráulico com diversos usos, doméstico, hidrelétrico e agrícola. Diante da magnitude do projeto, uma grande barragem e um grande túnel foram construídos, o que impactou diretamente comunidades indígenas, populações rurais, bem como, infraestruturas, campos agricultáveis, dentre outros meios de subsistência. Não bastassem todos os impactos sobre o modo de vida dessas populações, as ações e políticas compensatórias estavam alinhadas ao grande capital, o que causou um cenário desfavorável para os afetados (HOODENDAM e BOELENs, 2019).

O único texto deste cluster que ainda não havia sido abordado nesse capítulo é Rojas Rosales (2020) Biopolítica e hidropoder del agua potable en América Latina: Recursos conceptuales para comprender la hidro-hegemonía en América Latina. Assim como seus anteriores, o presente texto também aborda a respeito de projetos hidráulicos, mas especificamente de usinas hidrelétricas, na América Latina. Pensar em biopolítica das águas na América Latina é observar a multiplicidade de dinâmicas existentes, que passam por processos de gestão, governança e governamentalização da água em níveis mais institucionalizados, e como essa passa ser utilizada como recurso estratégico para diferentes segmentos de produção capitalista, como mineração, agronegócio, indústria, etc... O uso e controle dos recursos hídricos, sobretudo, pelas grandes companhias energéticas, passa a assumir elementos de uma hidro hegemonia, existente nas relações internacionais de controle desses recursos. Em contrapartida, os processos contestatórios parte da identidade, justiça e mobilização social, dentre outros aspectos fundamentos do modo de vida de populações, que ao serem afetadas passam a lutar por seus territórios, essa luta pode se vista como conflitos de cunho socioambiental, que assume aspecto contra-hegemônicos, em diferentes escalas (ROJAS ROSALES, 2020).

O presente cluster aborda a respeito dos projetos hidráulicos, e como esses deixam marcas nos diferentes territórios hidrossociais. Embora ocorram em diferentes países, esses projetos possuem semelhanças, seja a nível de implementação, do discurso, assim como seus impactos, todos têm em comum, que afetam diretamente inúmeros povos e comunidades, gerando diversos conflitos de ordem social, econômica, cultural, política, ambiental, etc. essas transformações forçadas não levam em consideração as especificidades de cada povo ou comunidade, seus costumes, modo de vida, são negligenciados em detrimento de grandes projetos pensados e executados para atender, não a necessidade da população de forma geral, mas sim, de segmentos específicos, como a mineração, agropecuária, indústria.

Essa forma perversa de atuação tem destruído inúmeros territórios e agravado conflitos, que em muitos casos poderiam ser mitigados e ou evitados, uma maior proximidade das diferentes esferas de governo, com a população e empresas, atuando em conjunto, poderia gerar uma maior segurança hídrica e instabilidade de conflitos. Contudo, o que se nota é a negação do espaço de falar e direitos fundamentais aos quais esses povos e comunidades estão assegurados, ocasionando em intratáveis impactos sobre estes.

A fragilidade de uma governança das águas eficiente e equitativa parte do lado tendencioso que essa assume, aos governos vincularem suas ações em apenas um segmento, acabam por ser coniventes com as transformações que essas irão causar sobre os diferentes territórios. Outros aspectos pouco citados é, com essa maior liberdade dadas as empresas, e com políticas neoliberais cada vez mais fortes, nações estão perdendo o controle sobre recursos estratégicos, como é o caso da água, que passa a ser controlada por grandes grupos capitalistas e inseridas no mercado internacional, enquanto centenas de pessoas sofrem com as consequências da escassez do recurso em seus territórios.

O cluster 07 é representado pela cor laranja, e assim como o anterior, ocupa uma área central do mapa, logo sendo um importante elo entre diferentes grupos. Três textos fazem parte, sendo apenas um deles novo na pesquisa e os demais já tendo aparecido anteriormente. Duarte-Abadía e Boelens (2016) em *Disputes over territorial boundaries and diverging valuation languages: the Santurban hydrosocial highlands territory in Colombia*. Abordam sobre a pluralidade de interesses sobre o páramo de Santurban localizado nos departamentos de Santander e Norte de Santander, na Colômbia. Interessante esses divergentes, uma vez que, esses territórios hidrossociais são estratégicos, por suas condições geográficas e ambientais, além de serem importantes para os sistemas agrícolas, práticas de conservação, e fonte de abastecimento hídricos para os centros urbanos e atividades multissetoriais. A diferenciação

de conceitos, valores e representações desses Territórios e seus recursos levam aos conflitos, entre diferentes atores, como: empresas multinacionais, Estado, cientistas e as populações resistentes nesses territórios (DUARTE-ABADÍA E BOELEN, 2016).

Prieto Lopez; Duarte-Abadía e Boelens (2020) em *Territory in conflict: land dispossession, water grabbing and mobilization for environmental justice in southern Spain*, discutem os conflitos resultantes da implantação de um projeto residencial-turístico, denominado Los Merinos, que foi construído em um importante reserva ecológica, que é vital para subsistência da região de Andaluzia. Buscam compreender a luta por terra e água a partir das diferentes disputas, discursos, autoridades e regras, entendendo que essas são resultados de forças e estratégias multiescalares adotadas por empresas e movimentos contrários. A partir da perspectiva político-ecológica o texto amplia a importância da justiça ambiental e territorialização, de movimentos sociais na contestação e luta por seus territórios (PRIETO LOPEZ; DUARTE-ABADÍA e BOELEN, 2020).

Betancur-Alarcón e Krause (2020) é o único texto do Cluster que ainda não havia sido abordado em outros mapas e gráficos da pesquisa. Sendo assim, em *Reaching for the Mountains at the End of a Rebelocracy: Changes in Land and Water Access in Colombia's Highlands During the Post-peace Agreement Phase*. Discutem os resultados provenientes do acordo de paz firmado pelo governo e Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) após várias décadas de conflitos intensos. Em decorrência deste acordo, novas dinâmicas surgiram, causando inúmeras transformações socioambientais, o agravamento do desmatamento, da mineração e uso dos recursos hídricos sem gestão, o que tem ocasionado no aumento dos conflitos, mesmo em áreas com terras altas e Páramo que fornecem cerca de 70% da água doce do país. A saída da FARC abriu espaço para uma (re)configuração das forças de poder, como novos atores agindo sobre os territórios, a gestão e governança que o Estado devia tomar, acaba sendo fragilizada, o que tem causado ainda mais problemas aos camponeses e demais populações que vivem nesses territórios, ao ponto de passarem por escassez de água, mesmo em territórios ricos em recursos hídricos (BETANCUR-ALARCÓN e KRAUSE, 2020).

O Cluster 07 apresenta dois textos abordando sobre a Colômbia e um a Espanha, algumas semelhanças podem ser vistas, além do idioma em comum nos dois países. A água é vital, e por isso, encontra-se sempre em disputa, em diferentes escalas e campos de atuação. Grandes projetos tendem a (re)configurarem os territórios aos quais estão inseridos,

transformando não apenas o meio ambiente, mas toda dinâmica social existente nas áreas ao quais são afetadas por esses empreendimentos.

As diferentes disputas são agravadas pela negligência ou fragilidade das ações do Estado, que em muitos casos, tende para o lado do grande capital, como pode ser visto nos textos presentes no cluster 7, e outros já abordados na pesquisa. A gestão ineficiente de territórios e seus recursos não é por acaso, fazem parte de estratégias neoliberais que transferem o controle do Estado para grandes grupos empresariais, esse movimento corrobora com o agravamento dos conflitos.

Como reação a essas ações, movimentos, povos e comunidades tradicionais, dentre outros segmentos da sociedade civil organizada tem atuado na direção de combater a crescente tomada de poder de grupos empresariais, com objetivo de manter seus territórios e todas suas dinâmicas socialmente construídas nestes. Em Prieto Lopez; Duarte-Abadía e Boelens (2020) por exemplo, a judicialização tem sido uma das estratégias adotadas por esses grupos, objetivando a salvaguarda de seus direitos.

O Cluster 08 é representado pela cor marrom e possui o total de três textos, apresentando pouca interação com outros grupos. Basco-Carrera et al (2017) em *Collaborative Modelling for Informed Decision Making and Inclusive Water Development*. Abordam a respeito dos processos de gestão e gerenciamento dos recursos hídricos e como esses podem ser importantes para o controle dos conflitos pelo acesso a tais recursos. Apresentam a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) como uma importante ferramenta para gerenciamento e proteção dos recursos e seu acesso a todos, bem como, essa sendo uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem atingidos até 2030. Embora seja visto como a melhor alternativa para gestão, implementá-la continua sendo um grande desafio a ser superado, haja vista, que diferentes objetivos e disputas pelos recursos, travam o desenvolvimento de pautas colaborativas. Como forma de corroborar com a superação deste desafio, o texto aborda sobre a implementação modelagem colaborativa em uma bacia hidrográfica na Indonésia e como essa traz benefícios, dentre eles, colabora com a estruturação e participação das partes interessadas e gerencia conflitos entres os usuários de água (BASCO-CARRERA et al.,2017).

Godinez-Madriral; Van Cauwenbergh e Van der Zaag (2020) em *Unraveling intractable water conflicts: the entanglement of science and politics in decision-making on large hydraulic infrastructure*. Discutem o papel da ciência e da política no desenvolvimento de grandes projetos hidráulicos. Inúmeros desafios de gestão e uso dos recursos hídricos são

vistos na atualidade, o que envolve múltiplos investimentos e planejamentos para solucionar esses desafios. Contudo, se realizados de forma a negligenciar ou deixar de fora dessas discussões algum dos interessados, ocorrerá a disseminação de conflitos que levam inclusive à suspensão de grandes projetos. É dentro desse cenário que a ciência apresenta um importante papel, com intuito de colaborar com informação e estudos que auxiliem os formuladores de políticas e atores sociais objetivando encontrar respostas para os conflitos e lutas por recursos hídricos (GODINEZ-MADRIGAL, VAN CAUWENBERGH e VAN DER ZAAG, 2020).

Por outro lado, o gerenciamento dos conflitos é um processo sociopolítico, que em muitos casos, utilizam-se métodos quantitativos com intuito de despolitizar tais processos. É no seio desse debate que o texto traz uma reflexão sobre o papel da ciência, se ela "despolitizar os conflitos hídricos ou se, em vez disso, os conflitos politizam os processos ciência-política" (ibid, p. 4903). Ao estudarem barragem de Zapotillo e o projeto de transferência de água constaram que diversos conflitos existem nascem não apenas da diferenciação de usos, mas sim, da insegurança existentes em todos os processos de desenvolvimento do projeto, tendo em vista, que enquanto um das partes interessadas não atuarem ativamente nos processos científicos, tanto a nível de planejamento, gestão, e no enquadramento da solução dos problemas, não será possível a harmonia entre as partes, pois sempre existirá o conflito pela diferenciação de pensamentos e objetivos (GODINEZ-MADRIGAL, VAN CAUWENBERGH & VAN DER ZAAG, 2020).

Godinez Madrigal et al. (2022), em *The limits to large-scale supply augmentation: exploring the crossroads of conflicting urban water system development pathways*, discutem os limites atuais para implementação de grandes projetos hidráulicos. Partem do princípio que a estratégia utilizada para seu desenvolvimento é problemática, pois privilegia o aumento da demanda de suprimentos hídricos, com volumosos investimentos, mas que esbarram em múltiplos processos de (re)configuração de territórios, impactando muitas populações, ao invés de pensar e construir projetos para diminuir a superexploração e poluição de fontes de água, melhorias na infraestrutura de distribuição que encontram-se sobrecarregadas de vazamentos (GODINEZ-MADRIGAL et al., 2022).

As consequências são inúmeros conflitos, que em muitos casos, tem travado projetos que levariam água para cidades que sofrem com a escassez, como é o caso de Zapotillo no México. As fragilidades no desenvolvimento e implementação de projetos como Zapotillo, surgem em primeiro lugar, pois esses objetivam suprir necessidades de forma imediata, com

alívios temporais relativamente curtos, em segundo lugar, por negligenciar outras questões igualmente urgentes, o que tem ocasionado a falta de acesso aos recursos hídricos a curto e médio prazo. Embora os caminhos para solucionar tais problemas não sejam fáceis, faz-se necessário o emprego de múltiplas alternativas, que precisam ser cuidadosamente discutidas por todos os interessados, a fim de chegarem a soluções benéficas a todos (GODINEZ-MADRIGAL et al., 2022).

As discussões contidas no cluster 08 passam sobretudo pelo planejamento, gestão, governança da água em níveis institucionais, mas que necessitam ter um diálogo com diferentes classes e atores sociais. Ocorre que o processo de solucionar um problema, não pode ocasionar ou agravar outros, em virtude disso, cabe à ciência e aos diferentes segmentos da sociedade, governo e indústria dialogarem em prol de soluções eficazes a todos.

Em decorrência de diferentes interesses e relações de poder, não é uma tarefa fácil chegar a soluções que beneficiem a todos, e daí surge o Estado como mediador e gestor dessas dinâmicas, para isso, segundo Barrios (1986) não deve tomar partido, seja a favor ou contra classes sociais e ou de grupos capitalistas, precisa adotar um posicionamento participante desse processo, cabendo planejar e executar medidas que evitassem os conflitos.

Logo, os projetos precisam ser vistos com soluções duradouras e não apenas "políticas tampa buraco", portanto, múltiplas análises e debates precisam ser realizados na direção de ações eficientes. Para além dos novos projetos, antigos precisam ser revistos e atualizados, corrigindo possíveis problemas e modernizando-os. O emprego de ações mais eficientes, nos diferentes níveis de gestão e acesso aos recursos hídricos, acarretará menos desperdícios, seja com a coleta, distribuição, tratamento e os diferentes usos. Além de políticas educativas que sensibilizem a respeito do uso equilibrado da água.

Por fim, o Cluster 09 representado pela cor lilás é o menor entre todos, possuindo apenas dois trabalhos. Embora pequeno, tem uma moderada interação com outros grupos, como visto em Valladares e Boelens (2019) que ligasse a outros quatro grupos. As discussões travadas em *Mining for Mother Earth: Governmentalities, sacred waters and nature's rights in Ecuador* já foram abordadas no primeiro mapa bibliométrico, e partem das tentativas em tornar mineração e natureza com equivalentes, ou seja, como fundamentais para a vida e o desenvolvimento nacional. Esse movimento ocorre através de ações do Estado e suas instituições em tentar construir um novo imaginário a respeito da exploração de recursos, passando pela limitação política de povos indígenas e rurais. Em resposta, esses atores

passam a disputar estratégias de governamentalidade, construindo práticas políticas com novos significados de território e identidades (VALLADARES e BOELENIS, 2019).

Mestanza-Ramón et al. (2022) em *History, Socioeconomic Problems and Environmental Impacts of Gold Mining in the Andean Region of Ecuador*. Assim como o texto anterior, aborda a respeito da mineração no Equador, com outra perspectiva analítica, mas pontuando as principais consequências da atividade. A mineração tem causado inúmeros conflitos oriundos das transformações que esta tem gerado aos diferentes territórios e seus habitantes. Impactos esses de ordem socioeconômica e ambiental, com desmatamento, poluição de sistemas aquáticos e terrestres, além do embate entre os que são a favor ou contra a atividade. Cabe ao Estado intervir e promover políticas que possam equilibrar os impactos socioeconômicos e ambientais provenientes da mineração, assim como, estimular e fortalecer o uso de novas tecnologias e investimento em educação com objetivo de sensibilizar a respeito dos graves efeitos da atividade exploratória (MESTANZA-RAMÓN et al. 2022).

Embora as discussões giram em torno do Equador, a pautas e ações acabam sendo repetitivas, a mineração é uma das maiores causadoras de conflitos, como vistos neste grupo e outros já abordados pela pesquisa, não apenas pela exploração de minérios, mas por necessitar de um conjunto de infraestruturas para sua operação, com isso, barragens, usinas hidrelétricas, redes de distribuição de energia e água, dentre outros serviços são construídos para viabilizarem projetos de exploração mineral, muitos destes, subsidiados com dinheiro público.

Em decorrência dessa atuação, territórios são invadidos, tomados ou recortados pela infraestrutura, exploração ou transporte mineral. Em muitos casos, entrando em rota de colisão com os povos e comunidades residentes nesses territórios. Ainda que de forma preliminar, o levantamento bibliográfico tem favorecido o levantamento de informações relevantes para o desenvolvimento da pesquisa, os trabalhos citados, carregando um conjunto de dados, pesquisas, fatos, que vão de encontro com os interesses deste capítulo, que é compreender e entender a relação existente entre os movimentos sociais e os conflitos pela e por água.

Notou-se que as fragilidades existentes na gestão e governança da água são uma das principais causas de conflitos na atualidade, unindo-se com interesses monopolistas, controle geopolítico, diferenciação de uso, e suas variações. Do outro lado, verificou-se as estratégias e ações de movimentos e atores sociais na luta pela salvaguarda dos seus direitos, como manutenção do seu modo de vida, acesso aos recursos hídricos, territórios, etc. Esses aspectos

tornam a água como um objeto em disputa, em múltiplos campos, políticos, econômicos, culturais, ambientais, sociais, identitários e ideológicos.

Logo, para observar a dinâmica resultante da relação dos movimentos sociais e a luta por e pela água, faz-se necessário compreender a água em disputa, assim como, a significação que ela assume para cada segmento, ou seja, como ela é compreendida e entendida por pelo capitalismo, Estado, movimentos sociais e povos e comunidades indígenas/tradicionais.

Assim sendo, buscar-se-á responder essa questão no prosseguimento da presente pesquisa, de forma objetiva, buscando entender e compreender essa dinâmica, assim como, possíveis pontos de convergência e similaridades entre pautas, ações, estratégias e demais mecanismo utilizados pelos diferentes atores envolvidos.

3 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ÁGUA: AS DIFERENTES CONCEPÇÕES E INTER-RELAÇÕES A RESPEITO DA ÁGUA NA ATUALIDADE.

Neste capítulo, busca-se apresentar as diferentes concepções a respeito da água, entendendo essa não apenas como um recurso natural a ser apropriado, e sim, como produto socialmente construído a partir das diversas e complexas relações sociais e de poder. Dentro desse cenário, a água é entendida a partir de três perspectivas, sendo (1) como mercadoria, ou seja, dotada de valor econômico, e esse processo de valoração da água entra em confronto com outras perspectivas, para além disso, ela deixa de ser uma dádiva da natureza e um bem comum a todos, e transforma-se em um produto a ser comercializado, que só é alcançado por aqueles que a podem comprar. (2) como divindade, construído a partir de aspecto oriundos das diferentes religiosidades, a água passa a ser compreendida e entendida a partir de aspectos culturais construídos pelos diferentes grupos sociais e religiões, assim, para algumas assume aspectos de deuses, para outras, é a purificação do corpo e a limpeza dos pecados, como visto nas religiões cristãs. (3) como morada, a água tornou-se o território de alguns povos e comunidades tradicionais que a habitam sobre ela, passando por diversos processos de (re)produção de modos de vida, que passam desde a construção de suas residências a aspectos culturais e econômicos.

A partir das diferentes concepções que a água assume, ela passa a ser disputadas por diferentes atores sociais, que buscam o acesso e controle sobre esta, os resultados são os diferentes conflitos, não apenas pelo seu acesso do recurso, mas também para o controle de pessoas. Sendo assim, a segunda parte deste capítulo buscou apresentar a água como objeto em disputa, apresentando os conflitos hídricos contemporâneos e os diferentes atores envolvidos.

Assim sendo, observou-se que a água passa a ser inserida em diversos projetos globais, como de produção de alimentos e geração de energia. Logo, os diferentes territórios dotados de recursos passam a ser disputados, entre seus residentes, e os promotores de grandes projetos que necessitam de grandes quantidades de recursos. Observar-se-á no decorrer do capítulo, que segmentos relacionados a agricultura de forma geral, grandes projetos hidráulicos, além como fragilidades na gestão e governança da água, são responsáveis por grande parte dos conflitos hídricos do mundo atual, e dentro desse cenário, existem diferentes atores envolvidos, de um lado, grupos relacionados como promotores de grandes projetos, ou seja, de apropriadores do recurso, do outro, dos impactados por esses, sejam pela construção de grandes obras, como barragem e suas consequências, ou pela

desapropriação de seus territórios e conseqüentemente de aspectos relacionados ao seu modo de vida, cultura, dentre outros aspectos resultantes dessa dinâmica.

3.1 Um breve debate sobre a água como mercadoria, divindade e morada.

O presente tópico apresenta três concepções que a água assume para diferentes grupos sociais e instituições, sejam essas políticas ou financeiras. Embora esse seja um breve sobrevôo sobre as diferentes visões da água, corrobora na direção de apresentar novas formas de entender e como essa é vista, entendida, vivida e apropriada por diferentes grupos sociais e demais segmentos da sociedade.

Esse movimento de entender a água para além do recurso natural, direciona o olhar para suas dinâmicas e complexidades, bem como, dos processos resultantes da diferença de concepções, usos e apropriação, pois no momento que um deste ocorre, o conflito emerge. Logo, compreender a água para além do recurso, torna-se imprescindível para os estudos e análises sobre os conflitos hídricos, tendo em vista, que essa assume valores específicos para cada grupo que disputa por ela.

3.1.1 A água como mercadoria

A água é um elemento vital para vida humana, isso é um fato inquestionável, seu acesso, uso e controle de forma equitativa e segura são direitos humanos e uma das metas a serem alcançadas até 2030 atendendo aos ODS (ONU, 2015). Mas as preocupações a respeito da água e seus recursos, é um debate de poucas décadas, a segunda metade do século XX é o marco de mudança e transformação de como a ciência, os Estado e demais atores sociais entendiam o meio ambiente e seus recursos, inúmeras pesquisas, conferências e demais ações passam a ser tomadas na direção do uso racional dos recursos.

Nesse sentido, pode-se citar alguns eventos que abordaram a respeito da água. Embora não tenha sido seu objetivo central, e em decorrência disto, tenha havido poucas menções específicas à água, Estocolmo (1972) indicou a necessidade da salvaguarda dos recursos naturais como indispensáveis ao bem-estar humano. A Conferência das Nações Unidas sobre a Água (1977), a Década Internacional do Abastecimento de Água Potável e Saneamento (1981-1990), a Conferência Internacional sobre a Água e o Meio Ambiente (1992) e a Cimeira da Terra (1992) forneçam uma base para o desenvolvimento de um debate mundial a respeito da água (ONU, 2019).

A Conferência das Nações Unidas sobre a Água aconteceu em Mar del Plata, foi a primeira e única conferência intergovernamental que abordou de forma exclusiva à água, o que representou um grande marco histórico para o desenvolvimento das discussões, pesquisas

e demais preocupações envolvendo a água e seus recursos (World Water Council – WWC, 2022). O plano de ação resultante dessa conferência demonstra uma grande preocupação a respeito de aspectos técnicos, institucionais, legais e econômicos, resultantes da gestão dos recursos hídricos. Assim como, reconheceu a inter-relação entre projetos hidráulicos e seus desdobramentos sobre a sociedade e o meio ambiente, através de aspectos físico-químicos, biológicos, sanitários e socioeconômicos (ONU, 1977).

Para além disto, o plano apontou a necessidade da participação integrada entre os múltiplos usuários nos processos de tomada de decisão e gestão, para tanto, necessitaria de um conjunto de medidas que pudessem informar, instruir e capacitar a sociedade a respeito dos problemas do uso excessivo da água, seu desperdício e medidas colaborativas de gestão entre os diferentes atores. Outro desdobramento, foi que lançou as bases que levaram à Assembleia Geral da ONU em 1980 a proclamar a Declaração da Década Internacional de Abastecimento de Água Potável e Saneamento (World Water Council – WWC, 2022).

As premissas que levaram a Década Internacional de Abastecimento de Água Potável e Saneamento pautaram no entendimento que “todos os povos, independentemente de sua posição ou desenvolvimento e suas condições sociais e econômicas, têm o direito de ter acesso a água potável em quantidades e/ou qualidades iguais às suas necessidades básicas” (ONU, 1977, p.66). Essa é uma das noções a respeito da água, como vital e imprescindível à sociedade, embora tenha uma abrangência em sua conceituação, e um certo alcance de muitos atores, as pautas e demais ações resultantes da Conferência das Nações Unidas sobre a Água objetivaram entender papel da água no crescimento econômico e não necessariamente sua distribuição e acesso equitativo.

O segundo evento mais significativo abordando sobre água foi a International Conference on Water and the Environment (IGWE) em português Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente, realizada em Dublin, Irlanda, em 1992. Um conjunto de especialistas designados por diferentes governos, representantes de países e organismos internacionais, intergovernamentais e não governamentais participaram da referida conferência. Suas preocupações giravam em torno da escassez e o mau uso da água doce e com isso representava uma ameaça ao desenvolvimento sustentável e à proteção do meio ambiente, para além disto, o não controle do uso, desperdício, poluição, afetam na saúde e bem estar humano, bem como, nos diversos segmentos da vida em sociedade, como segurança alimentar, desenvolvimento industrial e sobre os diferentes ecossistemas (IGWE, 1992).

Para tanto, faz-se necessário mudar o padrão vigente, com novas abordagens e avaliações a respeito do desenvolvimento e gestão dos recursos de água doce. Os quais só podem ser alcançados a partir do comprometimento político em diferentes escalas e medidas colaborativas com os diferentes atores sociais, passando por investimentos e transformações em múltiplas escalas como: campanhas de sensibilização pública; mudanças legislativas e institucionais; apoio e desenvolvimento tecnológico e de programas de capacitação. Entretanto, o ponto mais importante, seria o entendimento do papel social frente a esse desafio, ou seja, o reconhecimento da interdependência existente entre os diferentes estratos sociais e seu papel no mundo natural (IGWE, 1992).

O entendimento da conferência direcionava a medidas urgentes na direção do uso equilibrado dos recursos hídricos, passando não apenas por controlar o desperdício, mas também o combate à seca e às enchentes. Dentro desse cenário, o relatório da conferência estabelece recomendações em diferentes níveis, desde o local ao global, orientando-se em quatro princípios.

Nº1: A água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial para sustentar a vida, o desenvolvimento e o meio ambiente; **Nº2:** Desenvolvimento e gestão da água deverão ser baseados numa abordagem participativa, envolvendo usuários, planejadores e agentes políticos em todos os níveis; **Nº3:** As mulheres desempenham um papel central no fornecimento, gestão e proteção da água; **Nº4:** A água tem um valor econômico em todos os usos competitivos e deve ser reconhecida como um bem econômico. (IGWE, 1992, p.04).

Tais princípios e demais ações serão a base das discussões da Cúpula da Terra que ocorreria no mesmo ano no Rio de Janeiro. Nota-se aqui mais duas perspectivas de como a água passa a ser entendida dentro de uma noção mais institucionalizada e política, através de uma construção intergovernamental. O princípio 1 entende a água doce como um recurso finito e vulnerável, ou seja, seu uso desordenado levaria a falta do recurso ou sua contaminação, bem como, trivial para manutenção da vida humana e dos diferentes ecossistemas e desenvolvimento econômico. Aqui é reforçado a importância da água como vital à humanidade e ao meio ambiente, em contrapartida, ela passa a ser inserida como elemento imprescindível para o desenvolvimento econômico.

Assim ela passa a ser vista como mercadoria, o que constasse no princípio 4, que possui um valor econômico e precisa ser reconhecida como um bem econômico. A água não é apenas vista como elemento para sobrevivência humana, mas sim, como um produto que pode ser comercializado, o que antes era de acesso livre, transforma-se em um produto que

necessita ser mais bem gerido para evitar “o desperdício, poluição, etc.” passa a sair das mãos de todos, para um controle nas mãos de poucos.

Embora pregue medidas colaborativas, tais conferência preocuparam-se mais com aspectos econômicos do que sociais, ainda que tenha realizado debates e propostos metas e medidas a serem alcançadas em detrimento social, pouco se viu de ação efetiva, o que observou-se foi o agravamento das tensões hídricas, bem como, do distanciamento do livre acesso ao recurso, para as mãos de agentes políticos, com tendências neoliberais.

Em 1994 a International Water Resources Association¹⁰ (IWRA) organizou uma sessão especial, dentro de seu evento, o oitavo Congresso Mundial da Água, realizado no Cairo em 1994, o resultado desta, foi a criação de uma resolução com intuito de criar o Conselho Mundial da Água (WWC) e um comitê para possibilitar sua criação. Em 1995, em reuniões em Montreal e Bari, definiram-se a missão e os objetivos do Conselho Mundial da Água. No ano seguinte, o conselho foi legalmente constituído com sede em Marselha, França (World Water Council – WWC, 2022).

A partir de 1997, o WWC passa a organizar, a cada três anos, o Fórum Mundial da Água¹¹, o primeiro ocorreu em Marrakech, o tema do evento foi “Vision for Water, Life and the Environment” e abordou a respeito do papel da água potável para o desenvolvimento sustentável, passando por temas como: saneamento, energia e meio ambiente. Embora nasça com um objetivo louvável, passa a assumir um caráter excludente, elitista e mais focado com questões econômicas, do que o bem-estar-social.

Desde sua criação, o WWC passa a se autodefinir como uma organização internacional com o papel de promover a nível mundial, a conscientização e compromissos políticos que centram suas discussões e ações sobre: a preservação, proteção, desenvolvimento, planejamento e gestão dos recursos hídricos. Embora tenha estabelecido que em sua composição envolveria representantes de governos, universidades, sociedade civil, empresas e organizações não governamentais e que tenham chegado a 2020 com mais de

¹⁰ A IWRA foi criada em 1971 como uma organização não governamental internacional destinada a abranger todos os aspectos no campo profissional dos recursos hídricos e preencher lacunas interdisciplinares. Entre seus objetivos estão o avanço do planejamento, desenvolvimento, gestão, ciência, tecnologia, pesquisa e educação dos recursos hídricos. O estabelecimento de um fórum internacional para planejadores, administradores, gerentes, cientistas, engenheiros, educadores e outros que se preocupam com os recursos hídricos. O incentivo, colaboração e apoio a programas internacionais na área de recursos hídricos. O fornecimento de amplo conhecimento e informações sobre recursos hídricos para criar um fórum internacional para comunicação interdisciplinar por meio de seu principal periódico, Water International, e outras publicações da IWRA (IWRA, 2022).

¹¹ O Fórum Mundial da Água, organizado pelo Conselho Mundial da Água, é o mais importante evento do setor. Haia, Holanda, 2000; Quioto, Japão, 2003; Cidade do México, México, 2006; Istambul, Turquia, 2009; Marselha, França, 2012; e Gyeongju e Daegu, Coréia do Sul, 2015, Brasília, Brasil, 2018, Dakar, Senegal, 2022.

trezentas organizações como membros (ESPINOZA e MARTINS, 2021), sua gestão segue pouco plural, servindo mais ao capital do que o social.

Barban (2009) afirma que o WWC tem pregado às privatizações dos sistemas hídricos urbanos, como solução para o bem-estar hídrico de países mais pobres, o que na verdade, é uma medida descarada de mercantilização da água, passando o controle dos recursos para mãos de grandes grupos de empresas, que assume o papel do Estado, na gestão e distribuição dos recursos hídricos. A consequência deste processo, é a explosão de inúmeros conflitos pelo mundo, nascido desse processo de valorização da água, o que tem gerado o aumento da sede e consequentemente da fome no mundo, uma vez que, para ter acesso ao recurso, necessita-se pagar por este, e em países com maior escassez as tarifas são extremamente elevadas.

Espinoza e Martins (2021) destacam que apesar de ter sido criado para servir de campo de debates internacionais a respeito dos recursos hídricos, sua real função vem sendo de legitimar e justificar a construção de uma regulamentação econômica e a comercialização dos recursos hídricos pelo mundo.

O distanciamento do WWC de toda a base construída a partir de eventos que lhe antecederam, resultou em inúmeras consequências, como políticas de distanciamento e exclusão da sociedade civil e demais organizações de seus eventos, por meio da cobrança de ingressos abusivos, bem como a forte repressão de manifestações pacíficas por meio da força a partir do aparelho policial. Em contrapartida, movimentos e organizações têm criado mecanismo para fazerem-se presentes e atuarem contra pautas extremamente danosas para a sociedade, entre essas ações pode-se citar políticas que possibilitam o acesso de diversos seguimentos da sociedade nos eventos organizados pela WWC, com custeio de passagens, hospedagem, ingressos, dentre outros. E com isso, além de fazerem-se presentes as ONGs, grupos da sociedade civil, sindicatos, movimentos sociais e ativistas passam a questionar a legitimidade do WWC (BARBAN, 2009).

E a partir das pressões, tanto a ONU quanto 16 dos países que assinam a declaração da água como recurso humano, se posiciona na direção de organizar o Fórum Mundial da Água no âmbito da Organização das Nações Unidas, respeitando princípios democráticos, bem como pelo acesso, participação, equidade e inclusão de todos nesse processo (BARBAN, 2009).

Embora a ONU tenha pregado o uso equitativo da água, também entende essa como um recurso importante para o desenvolvimento socioeconômico. Em 1992 a referida lança a Declaração Universal dos Direitos da Água, nesta são apresentados alguns pontos importantes

a respeito dos recursos hídricos, entendendo a água como um patrimônio do planeta, imprescindível para vida e o equilíbrio dos diferentes ecossistemas, sendo seus processos de transformação em água potável, naturalmente lentos e cabendo a todos os habitantes responsáveis por sua manutenção, fiscalização e uso racional como pode ser visto no artigo 1, 2 e 3 (ONU, 1992).

Nos artigos 4 e 5 aborda a respeito da importância da água para o equilíbrio do planeta, sendo imprescindíveis a preservação de seus ciclos, uma vez mantido seu funcionamento proporcionaria a continuidade da vida na terra. Assim como, ela é herança do passado e empréstimo a gerações futuras, sendo sua proteção uma necessidade vital, bem como, moral da raça humana para o presente e o futuro. Dentro dessa perspectiva, o artigo 7 destaca que a água não deve ser desperdiçada, nem poluída, nem envenenada, e seu uso deve ser feito de forma consciente, para evitar o esgotamento e ou deterioração da qualidade e das reservas existentes (ONU, 1992).

A questão maior passa pela afirmação que seus artigos 6; 8; 9 e 10 trazem, como já observado anteriormente, a água não é mais vista como um bem gratuito, ela possui valor, e não é valor histórico, social, cultura, como morada ou divina, passa a ser compreendida, por organizações como a ONU, a partir de seu "valor financeiro", cabendo o respeito a inúmeras leis e medidas que limitam seu acesso a todos.

O artigo 6 destaca que a água não é uma doação gratuita da natureza, ela tem um valor econômico, e que por ser rara e dispendiosa, pode com o decorrer do tempo, ser escassa em todo o mundo. Já o 8 implica em sua utilização obedecendo à lei, sua proteção constitui-se como uma obrigação jurídica, cabendo aos diferentes atores sociais aborrecerem. Enquanto o 9 aborda a respeito da importância da gestão e uso equilibrado dos recursos, não esquecendo das suas necessidades de ordem econômica, sanitária e social. Por fim, o 10 destaca que o planejamento da gestão deve considerar a solidariedade e o consenso em detrimento da distribuição desigual do recurso (ONU, 1992).

Por meio da Declaração Universal dos Direitos da Água, a ONU acaba por ratificar a visão da água como um recurso com valor econômico, e em nenhum momento essa é destacada como morada, divindade, dentre outros aspectos que esta assume para diferentes grupos, como povos indígenas e comunidades tradicionais.

Essa visão passa a ser incorporada por governos de vertentes neoliberais e desenvolvimentistas, que transformam a água em mercadoria a ser inserida ao mercado internacional, bem como, em diferentes segmentos econômicos, como energia, agricultura,

indústria, dentre outros. As consequências desse processo, passa por políticas de privatização de sistemas de distribuição de água e saneamento básico, de energia, e com isso, passam o controle da água e seus recursos para mãos do capital, assim, corroborando para o agravamento de números conflitos, que nascem da diferenciação de uso e concepções sobre os recursos hídricos, bem como, da desterritorialização de diferentes atores, para implantação de grandes projetos, como os hidrelétricos ou para instalação de complexos industriais que possam ser beneficiados pelo livre acesso a água.

Embora a água ainda seja uma das pautas mundiais mais abordadas, suas proposições e ações para sua distribuição de forma equitativa, uso consciente, tem apresentado resultados pouco expressivos, a cada período são proposta ações a serem alcançadas, e quando chegam nas datas estipuladas, são prorrogadas e novamente, isso ocorre, pois assim como o ciclo da água ser lento, o de transformação e sensibilização social também é, as diferentes metas esbarram nas lutas políticas e econômicas em muitos países, o que tem gerado pouca unidade e mais complexidade.

Esse processo apesar de difícil precisa ser feito, mas para tanto, a água precisa e deve ser entendida para além de uma mercadoria, ela é de fato recurso, mas também é abrigo/morada, fonte de lazer e transmissão de conhecimentos, modo de vida, cultura, dentre outros aspectos nascente das diferentes práticas que envolvem o uso dos recursos hídricos.

Apesar de ser vista e descrita com um direito humano universal ao longo dos anos, apenas em 2010 que a Assembleia Geral da ONU por meio da A/RES/64/292, reconheceu formalmente o direito à água e ao saneamento, sendo a água potável limpa e o saneamento básico como essenciais para concretização de todos os direitos humanos. Sendo de responsabilidade dos Estados e organizações internacionais fornecerem condições para esse acesso, de forma digna e com custos acessíveis. Ainda no mesmo ano por meio A/HRC/RES/15/9 ratifica a água e o saneamento como parte do direito internacional, sendo papel dos Estados sua completa efetivação e cumprimento de mecanismo que possam assegurar o direito a todos. (ONU, 2010a e 2010b).

Sendo assim, a visão da água como um direito humano internacional é extremamente recente, tendo pouco mais de uma década, e mesmo quando reconhecida como tal, sua valoração é mantida, cabendo seu acesso ser facilitado por meio de custos baixos, ou seja, mesmo a ONU, não compreende a água para além de um recurso, ainda que sendo vital a vida, seu acesso precisa passar pelas relações de comércio.

3.1.2 Crenças e misticismo: a água como divindade.

Em contrapartida, a água é vista de outra forma por diferentes grupos sociais, para alguns, é uma divindade, para outros abrigo/morada, sua importância extrapola apenas seu uso, mas passa pelas construções sociais produzidas a partir dela.

De acordo com Diegues (2007) a água é um dos elementos centrais da reprodução material e imaterial de diferentes povos. Carrega inúmeros simbolismos, resultantes dos processos de reprodução social sobre os diferentes territórios. Lazzerini e Bonotto (2014) destacam que essa é simbolizada, reverenciada e consagrada desde os primórdios da vida em sociedade, tendo indícios que remontam a 8000 a.c. Em cada território, assume um significado próprio, e mesmo na sociedade atual, ainda é vista por muitos povos, como uma divindade.

Ao ser compreendida como dádiva dos deuses antepassados ou mesmo como uma divindade, carrega inúmeros significados, e ao ser considerada uma dádiva abundante, seu desaparecimento ou escassez significa o fim do mundo, ou seja, da própria sociedade (DIEGUES, 1998).

Para Goedert (2004) a água é vista pelas diferentes religiões e tradições religiosas primitivas como vida e morte, tendo em vista, a falta do recurso impossibilita a existência de vida. Tanto em Diegues 1998 e Goedert 2004 destacam que sem o recurso não existe a possibilidade de vida, esse é um ponto de proximidade com a visão de organizações como a ONU, que entendem a água como vital para manutenção da vida, mas diferenciam-se muito nas demais concepções a respeito dela.

Desde a antiguidade, inúmeros rituais e demais ações são praticadas por e a partir da água, essa assume características de cada religião, significando vida, purificação, inclusive no sentido moral. Em alguns casos é utilizado por purificação como nas religiões cristãs com o batismo nas águas. Para religiões antigas da África, a fonte, Exun é sagrada, e por isso, as diferentes cerimônias sobre essas realizadas, tinham objetivos de aliança e compromisso. Também é vista como reanimação e libertação da morte, como em Osíris. Na babilônia a deusa Ishtar descia a terra para coletar a água da vida. A água é compreendida e reverenciada como fonte de vida e fecundidade, assim como, morte (GOEDERT, 2004).

Para algumas religiões as águas são a morada de seres sobrenaturais que as protegem, nas religiões de matrizes afro-brasileiros, Oxum, orixá das águas, Yemanjá, para os caboclos amazônicos Mãe d'Água, bem como, lar de sereias, monstros marinhos e outras entidades. A

invasão, uso descontrolado, poluição, acarreta inúmeros castigos dessas representações sobre aqueles que as causam (DIEGUES, 2007).

Essa concepção religiosa que a água assume, distancia-se muito da visão dela como mercadoria, as diferentes crenças e rituais entendem e vivem à água e seus recursos como dádivas ou morada dos deuses e outras representações, ou mesmo como purificação e libertação dos pecados. Ela é fonte de vida e por isso deve ser respeitada e cuidada, para que possibilite a continuidade da existência humana.

3.1.3 A água como morada

Uma outra visão é da água como morada, ou seja, como espaço da reprodução existencial de diferentes povos, como os ribeirinhos, que constroem suas diferentes relações a partir de territórios das águas. Os rios são sua principal fonte de subsistência e de reprodução do seu modo de vida, são os rios e lagos e seu entorno que pescam, caçam, coletam, deslocam-se, assim como utilizam esses como lazer.

Seu modo de vida está conectado com os rios e a floresta, em caso como de populações resistentes na Amazônia, esses territórios são variáveis, e o ciclo hidrológico anual ditando as formas que se relacionam-se com o rio e a floresta, tendo em vista, que durante o período das cheias, amplas áreas são alagadas, o que corrobora para dispersão dos peixes e aumentando a dificuldade de coleta de alguns produtos obtidos da floresta (OLIVEIRA JUNIOR, 2009; GREGORIO, 2019).

Entretanto, mesmo dentro desses grupos que moram e têm suas diferentes reações ligadas às águas, suas conceituações são as mais diversas, na Amazônia podem ser entendidos como ribeirinhos, beradeiros, caboclos, povos indígenas, no pantanal (os pantaneiros), na mata atlântica e zona costeira (caiçaras, jangadeiros, pescadores artesanais, praieiros e açorianos) dentre outros (DIEGUES, 2007).

Esses diferentes grupos e outros são conhecidos no Brasil como “povos das águas” que têm suas relações de dependências construídas a partir de sua relação com a água, seja dos rios ou mares. (DIEGUES, 1996 e 2007). Para esses grupos, o significado da água passa longe da concepção de valor, ela é a fonte de vida, subsistência e lazer, é morada onde constroem suas casas e reproduzem seu modo de vida, no caso brasileiro, existe uma cidade inteira construída sobre o rio, Afuá no Estado do Pará.

Os povos das águas são plurais, em cada região assumem características intrínsecas a suas práticas e relacionamento com o rio, assim sendo, um ribeirinho amazônico é diferente de outro pantaneiro, ainda que tenham certas semelhanças, a especificidade local e suas ações

construídas sobre esse, criam identidades únicas. Em decorrência disto, cada povos ou comunidades tradicionais, quando caracterizada como povo das águas, assumem/ inserirem no seu dia a dia, um conjunto de ações, rituais e demais relações construídas a partir de suas relações com as águas, sejam elas dos rios ou mares.

Esses diferentes povos das águas têm suas relações construídas a partir com convívio com a água, e para estes, é abrigo/morada, fonte de substâncias, de transmissão de modo de vida, cultura, valores, identidades, dentre outros aspectos resultantes das diversas relações que estes grupos vêm construindo no decorrer de sua história. E quando, transforma-se a água em mercadoria, bem com seus recursos, passa a existir a diferenciação de pensamentos, essa diferenciação leva os diferentes conflitos, hoje existem.

Esses conflitos não ocorrem apenas por escassez do recurso, mas por um conjunto de ações e práticas de controle e gestão, ao qual, diferentes grupos capitalistas, passam a entrar em rota de colisão com os povos das águas, a fim de ter controle total dos recursos, esse fato pode ser visto em grandes projetos hidráulicos, como os hidrelétricos, transposições e barragens, para o agronegócio, indústria, mineração e afins. A lógica do capital, insere sobre os territórios desses povos uma racionalidade e tempo diferente dos que esses estão habituados, causando inúmeros impactos de ordem: econômica, social, ambiental, cultural.

Em cada território, seja no Brasil, ou em outros países, as disputas por acesso, controle e uso da água assume características especificada, embora possa haver semelhanças, como vistas nas análises realizadas no primeiro tópico deste capítulo, existem especificidades, identidades, culturas, modo de vida e realidades diferentes, o que gera conflitos com formas, contornos e dimensões diferentes.

Alguns casos assumem características ideológicas e de cunho religioso, outros nascem da diferenciação de uso, da falta ou pouca oferta do recurso, inúmeros são os motivos e formas que os conflitos e lutas pela água vem ocorrendo no mundo. O maior problema, é que embora instituições e organizações como a ONU, pregue a paz e o direito ao acesso dos recursos hídricos, efetivamente pouco se vê, de projetos e ações na direção da solução da crise hídrica de forma global.

O que se observa são acordos políticos com resultados inexpressivos ou ações em escalas muito pequenas, como doação e campanhas de sensibilização em pequenas comunidades. Em contrapartida, o número de conflitos no mundo, só tem aumentado nas últimas décadas. De acordo com WWC (2022) a população mundial triplicou no século XX e em decorrência disso, o uso de recursos hídricos cresceu seis vezes. E com os indícios da

continuação desse crescimento pelos próximos 50 anos, somado a industrialização e urbanização, resultará em uma maior demanda pelos recursos hídricos, gerando assim, consequências graves sobre a natureza e seus diferentes ecossistemas (WWC, 2022).

Notou-se nesse tópico a existência de uma pluralidade de visões e relações com a água e seus recursos, ela assume caráter de mercadoria para uns, de morada, divindade para outros. Essa diversidade de concepções resultantes dos diferentes processos de reprodução social, atesta e direciona que o entendimento a respeito dos conflitos pela água, precisa e deve buscar compreender que cada grupo, entende, compreende e vive a água e seus recursos de forma diferente, e a diferenciação pode e tem levado a conflitos.

O objetivo deste tópico não foi aprofundar nas diferentes concepções existentes sobre a água, mas informar da existência dessas. Uma vez que, ciente dessa pluralidade existente, a presente pesquisa pode e tem evoluído na direção de entender os diferentes conflitos existentes, compreendendo que em cada lugar, assume contornos e formas diferentes, resultado das diferentes relações ali existentes.

3.2 Água em disputa: o conflito hídrico contemporâneo e os diferentes atores envolvidos

Engana-se quem pensa que os conflitos por água são apenas por sua escassez, seu debate é mais complexo, precisa ser compreendido a partir de uma análise múltipla que possibilite a visualização em suas várias dimensões. Segundo Ribeiro, Santos e Silva (2019) esse debate a nível internacional ainda carece de um aprofundamento analítico sobre os conflitos pelos recursos hídricos.

Ciente dessa lacuna, a presente pesquisa busca contribuir para a ampliação do debate, trazendo elementos que corroborem com as discussões vigentes, assim como, utilizando os debates já existentes, para que seja possível observar como vem ocorrendo os conflitos por água, suas causas, atores e demais dinâmicas resultantes desses.

Ribeiro, Santos e Silva (2019) destacam que uma maneira de analisar a água enquanto objeto em disputa se dá por duas perspectivas, sendo: (1) da quantidade de água global; (2) construção social da água. A primeira baseia-se no volume disponível de água, que ora pode passar pela afirmação de pequena quantidade de água doce em detrimento da água salgada, assumindo aspectos de raridade, o que direciona os debates sobre uma crise hídrica provocada por fatores demográficos. Outra noção é da água vista como fluxo, ou seja, ela flui por todo ciclo hidrológico, o que lhe confere uma grande mobilidade espacial, e os conflitos surgem

da diferenciação de técnicas e capacidade que uma sociedade tem de usar e gerir esse recurso durante seu ciclo, esse processo de apropriação cria a noção de ciclo hidrossocial. Essa vertente permite observar a água através de novos termos, como pegada hídrica, água virtual, entre outros (RIBEIRO, SANTOS e SILVA, 2019).

A segunda perspectiva baseia-se na compreensão sobre a água, ou seja, na construção social da água. Sendo assim, ela passa a ser dotada de raridade e valor econômico, passando pelos processos de diferenciação conceitual de cada segmento da sociedade (RIBEIRO, SANTOS e SILVA, 2019). Como já visto no tópico anterior, a água assume importâncias distintas para cada segmento da sociedade. A ONU reconhece a água como um direito humano, mas também como um recurso econômico. Em contrapartida, outros grupos a compreendem através de aspectos fundantes dos seus processos de reprodução social, assim sendo, para alguns é uma divindade, para outros morada, fonte de subsistência, da transmissão de valores, culturas, dentre outros aspectos.

A presente pesquisa baseia-se na perspectiva da água como uma construção social, tendo em vista, que os diferentes processos sociais, trazem a água a um grau de complexidade, que extrapola o debate minimalista que entende a crise hídrica como um problema da falta de recursos. Segundo Linton (2010) a crise hídrica não é resultante apenas do uso descontrolado do recurso, bem como, de seu desperdício, e aumento populacional ou escassez, ainda que ciente que milhares de pessoas sofrem com a falta do recurso, afirmar que está relacionado apenas com um desses pontos, corrobora apenas em tirar o foco do real problema.

A crise hídrica é o resultado das diversas relações políticas e sociais, e não apenas de distribuição hidrológica. A água é dotada de uma abstração, e carrega traços provenientes de múltiplas dimensões fundantes nos processos de construção social. Sendo assim, a crise hídrica existente, decorre entre outros fatores, da impossibilidade de presumir uma identidade simplista à água. Assim sendo, a água não deve ser vista apenas como um recurso ou objeto, mas também, como um processo capaz de externalizar as relações sociais (LINTON, 2010).

Em virtude disso, o debate sobre os conflitos envolvendo a água, precisam da conta de toda essa complexidade, compreendendo que os recursos hídricos têm uma pluralidade de compreensões sociais, nascente dos diferentes processos de apropriação e uso do recurso. Para cada grupo, a água assumirá uma função diferente, chegando a extrapolar o campo da materialidade, assumindo características imateriais.

Sendo assim, pensar e/ou delimitar as disputas por água apenas a aspectos relacionados à escassez ou má distribuição, direciona os debates a limitarem suas análises em

problemas relacionados à gestão e governança dos recursos, enquanto os reais motivos são mais complexos. Buscando entender os conflitos em suas várias possibilidades, o presente tópico apresenta os conflitos hídricos contemporâneos, passando por suas causas e diferentes atores envolvidos, sejam como promotores dos conflitos, bem como, os afetados por estes.

As disputas pela água não ocorrem apenas por esse recurso, estão associadas a outros, como por territórios, recursos aquáticos, florestais, minerais, dentre outros. Logo, as disputas extrapolam questões relacionadas ao uso propriamente dito do recurso água, não que esse não ocorra, mas não é o único motivo das diferentes disputas que vêm ocorrendo na atualidade.

Nesse sentido, os próximos subtópicos abordam sobre elementos que a presente pesquisa compreende como causadores de instabilidades hídricas, ou seja, fazem parte dos conflitos hídricos, como causadores destes. Estes causam conflitos por si só, ou pela inter-relação destes, tendo em vista, que em muitos casos, cada um é base para o desenvolvimento do outro e vice-versa. Isso significa dizer, que os conflitos são resultados da inter-relações de diferentes processos, que junto (ou separados) causam diferentes impactos sobre diferentes espaços e territórios.

Em virtude disto, que estes não podem ser analisados e compreendidos como fatos únicos, mas sim, como resultados de diferentes e complexos processos, aos quais, diversos atores sociais e demais instituições, disputam para além do recurso, suas ambições, valores, modo de vida, soberania, e demais aspectos que resultam desse dinamismo gerado pelas disputas pela água.

3.2.1 Disputas por água e terra: A agricultura como causadora de conflitos hídricos¹².

Rulli, Saviori e D’Odorico (2013) destacam que em decorrência da crescente pressão sobre os recursos de terra e água doce no mundo, têm crescido exponencialmente a incorporação de terras e recursos em países subdesenvolvidos. Esse processo é financiado por países e corporações, que passam a adquirir terras com potenciais agrícolas com preços baixos, esse processo é chamado de “Land grabbing”, apropriação de terras, que está diretamente associada à apropriação dos recursos de água doce, de forma nunca vista antes.

¹² A perspectiva da agricultura destacada, é como produto do grande capital, ou seja, vinculada a produção em larga escala, com o único objetivo de produzir para o mercado, assim sendo, o que discutisse aqui é o agronegócio, e não os pequenos produtores, camponeses e populações tradicionais que se utilizam da agricultura para subsistência e para manutenção de suas práticas sociais. Esse atores, inclusive, fazem parte dos conflitos hídricos, não como causadores dos mesmos, mas como afetados pelas políticas e ações implementadas para dar condições para produção em larga escala, e desse cenário nota-se os processos de desterritorialização não apenas de suas terras, mas de suas práticas socialmente construídas em seus territórios.

A apropriação de terras não é apenas uma “corrida” para incorporação de novas terras, mas, também, pelos recursos hídricos existentes nestas. Isso ocorre pois cerca de 86% do uso da água doce do mundo é destinada à agricultura. Esta água é responsável pelos maiores índices de retirada de águas superficiais e subterrâneas, o que têm corroborado para uma crescente “competição” pelos recursos hídricos (RULLI, SAVIORI e D’ODORICO, 2013).

Esse processo de apropriação de água doce tem sido tão grande que excede, em muitos casos, as necessidades para seu uso equilibrado pelos países e territórios que estão tendo seus recursos capturados, não apenas isso, essa apropriação de terras e água tem afetado vertiginosamente os diferentes territórios e suas populações, com o aumento do desmatamento, destruição e poluição de diferentes ecossistemas para transformação de áreas agricultáveis em pastos. Isso tem atingido fortemente as populações locais, aumentando os índices de desnutrição em decorrência da fome (RULLI, SAVIORI e D’ODORICO, 2013)

Os diferentes usos da terra têm perturbado o equilíbrio das águas superficiais, assim como agindo sobre a precipitação, evapotranspiração, escoamento e fluxo de água subterrânea. Esses fatos ocorrem pois a retirada da vegetação aumenta o escoamento superficial e descarga fluvial, já que o solo não consegue reter a água com a mesma eficiência, sem a existência da vegetação. Outro fato é a crescente demanda por água para agricultura, que afeta diretamente o abastecimento de água doce, da mesma maneira que a qualidade da mesma, pois a agricultura extensiva aumenta a erosão, carga de sedimentos, lixívia nutrientes e despeja diversos produtos químicos (agrotóxicos) para águas superficiais e subterrâneas (FOLEY, et al. 2005).

Como consequências desse processo, observa-se o esgotamento de oxigênio nas massas d’água, o que tem causado mortandade de peixes, bem como, a proliferação de cianobactérias (inclusive variáveis tóxicas) o que corrobora para doenças, outro aspecto resultante desse processo é agravamento nas condições para abastecimento e a distribuição de água (FOLEY, et al. 2005).

Foley et al. (2005) destaca a agricultura como a principal consumidora da água doce do mundo, respondendo sozinha por cerca de 85% do consumo global. Já Rulli, Saviori e D’Odorico (2013) afirma que essa porcentagem é de 86%, outro trabalho mais recente destaca que 87% do consumo global de água seja absorvido pela agricultura, sendo 60% das captações globais dedicada a irrigação, por volta de 2015 (WU, et al., 2022).

Esses dados destoam dos apresentados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) a agricultura é responsável por utilizar aproximadamente

11% da superfície terrestre do mundo para fins agrícolas, utilizando cerca de 70% de toda água doce retirada de aquíferos, rios e lagos, podendo chegar a 95% em alguns países subdesenvolvidos (FAO, 2011; UNESCO, 2012). Sendo a irrigação responsável pela maior parte dessa porcentagem, e o restante distribuído entre a pecuária e a aquicultura (FAO, 2011; UNESCO, 2012, 2021).

A irrigação e a agricultura de forma geral, sendo os segmentos que mais tem pressionados os recursos hídricos (UNESCO, 2012) e as consequências não ficam apenas no uso excessivo do recurso água, mas também com impactos de ordem: econômica, social, ambiental, cultural, visto em ações de desmatamento, ocupações irregulares/grilagens de terras, desapropriação, poluição/contaminação, dentre outros aspectos que andam em conjunto com as políticas baseadas no desenvolvimento a partir da exploração dos recursos hídricos (FOLEY, et al. 2005; RULLI, SAVIORI e D'ODORICO, 2013).

Embora a agricultura seja responsável por maior parte do uso dos recursos hídricos, seu retorno em termos econômicos é mínimo, de acordo com o Banco Mundial, em 1968 a agricultura, silvicultura e pesca correspondiam a 10,6% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, chegando à sua menor porcentagem nos anos de 2005 e 2006 em torno de 3,3%, embora tenha voltado a crescer, manteve oscilando, apresentando queda de 2020 para 2021 de 4,4% para 4,3% (World Bank, 2022). O que os dados demonstram é que o valor agregado à água na agricultura é muito baixo, levando em consideração apenas valores econômicos.

O processo de incorporação de terras e seus recursos destacados por Rulli, Saviori e D'Odorico (2013) podem ser melhor observados através dos dados do próprio banco mundial, por meio deste é possível verificar a discrepância em arrecadação de forma geral, bem como, por segmentos econômicos. Como visualiza-se na Tabela 1a seguir:

Tabela 1: Indicadores de Desenvolvimento Mundial: Estrutura de resultados¹³

Divisões Regionais	PIB Bilhões de dólares		Agricultura %doPIB		Indústria %doPIB		Fabricação %doPIB		Serviços %doPIB	
	2010	2020	2010	2020	2010	2020	2010	2020	2010	2020
Leste Asiático e Pacífico	17.032,3	27.097,4	5,5	5,9	35,9	34,2	24,3	23,0	57,0	58,8
Europa e Ásia Central	21.025,8	22.121,6	2,1	2,0	23,6	22,9	13,7	13,9	64,0	65,2
América Latina e Caribe	5.353,3	4.725,5	4,7	6,5	29,2	28,5	14,3	15,8	55,7	67,6
Oriente Médio e Norte da África	2.972,5	3.035,6	5,8	5,2	44,6	34,4	11,7	12,2	46,3	57,4
América do Norte	16.616,0	22.605,3	1,1	1,0	20,0	18,7	11,7	10,8	75,2	76,7
Sul da Ásia	2.060,8	3.386,4	17,5	18,0	29,1	23,5	16,5	13,4	46,5	50,1
África Subsaariana	1.438,7	1.705,4	15,7	18,5	27,2	26,4	9,9	11,2	51,1	48,7
Mundo	66.500,5	84.747,0	3,9	4,3	27,5	26,0	15,9	15,9	62,7	64,8
Baixa renda	613,2	481,0	23,6	26,8	28,3	25,9	4,8	10,7	42,9	39,1
Renda média baixa	5.246,9	7.585,5	15,3	16,1	33,0	27,8	16,4	14,9	46,8	48,1
Renda média alta	14.604,0	22.848,3	6,9	7,0	36,7	34,1	21,7	22,1	50,5	55,9
Alta renda	45.752,2	53.699,8	1,3	1,3	23,9	22,4	14,1	13,4	69,0	71,8

Fonte: Adaptada de World Bank, 2022

O que a Tabela 1 apresenta são alguns indicadores de desenvolvimento do Banco Mundial, por meio desses dados, é possível observar as diversas particularidades na distribuição de arrecadação por regiões, ao analisar os dados, é possível observar a diferença entre cada uma destas regiões e como cada uma vem concentrando suas políticas econômicas. Dentro desse cenário é possível notar, que as regiões menos desenvolvidas possuem elevados índices de sua arrecadação vinculados à produção agrícola, esse fato pode ser respondido de diversas formas, como por apresentarem baixos índices de desenvolvimento e tecnologias, concentram-se suas energias em produzir/ fornecer matérias primas e produtos pouco acabados e alimentos.

Entretanto, reduzir as discussões a apenas esse fato, direciona o olhar da pesquisa ao padrão vigente, ou seja, que olha o mundo a partir dos centros hegemônicos e suas ações de controle geopolítico mundial. Ao analisar os dados é possível entender que essa dinâmica

¹³ **Baixa renda:** As economias de baixa renda são aquelas em que o RNB per capita de 2021 foi de US\$ 1.085 ou menos.

Renda média baixa: As economias de renda média baixa são aquelas em que o RNB per capita de 2021 ficou entre US\$ 1.086 e US\$ 4.255.

Renda média alta : As economias de renda média-alta são aquelas em que o RNB per capita de 2021 ficou entre US\$ 4.256 e US\$ 13.205.

Renda alta: As economias de alta renda são aquelas em que o RNB per capita de 2021 foi superior a US\$ 13.205.

atende às necessidades de grandes forças hegemônicas, que transferem responsabilidades para países/regiões mais pobres que produzem insumos para atenderem suas necessidades. E como já visto, a produção agrícola carece de grande quantidade de água, e em decorrência disto, países e grandes corporações passam a incorporar terras e conseqüentemente seus recursos em outros mais pobres, para atenderem a sua crescente demanda de produção de alimentos (RULLI, SAVIORI e D'ODORICO, 2013; FAO, 2011; UNESCO, 2012, 2021).

Nessa direção Truitt Nakata e Zeigler (2014) em um relatório produzido em parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e a Global Harvest Initiative, com o patrocínio de diversas corporações, como Mitsubishi Corporation, The Coca-Cola Company, Unilever, dentre muitas outras empresas. Apresentam a América Latina como o próximo celeiro mundial, que diante de suas particulares ecológicas, apresenta grande oportunidade para solucionar o problema global da produção de alimentos.

Esse pensamento não surge do nada, ele é baseado nas reservas de água doce da América Latina, que girar em torno de um terço dos recursos mundiais, maior que qualquer outra região em desenvolvimento, assim como, apresenta vastos territórios cultiváveis de médio a alto potencial, chegando a mais de um quarto de todas as terras deste segmento no mundo. Embora na atualidade já seja a maior exportadora líquida de alimentos, ainda não chegou ao seu potencial de expansão (TRUITT NAKATA e ZEIGLER, 2014).

Embora essas instituições afirmem que essa produção gerará desenvolvimento, contradiz os dados oficiais do Banco Mundial, que apresentam o retorno muito ínfimo da produção agrícola em detrimento de outros segmentos, como vistos na tabela 01. O que de fato ocorre, é a incorporação das terras agricultáveis e dos recursos hídricos por partes desses grandes grupos, deixando as populações locais em vulnerabilidade hídrica, econômica, ambiental, bem como, geram instabilidades que resultam em diversos conflitos.

Os conflitos podem ser vistos de diversas formas, mas a produção de alimentos, somada a sua grande necessidade de terras e água, direcionam pensar nos conflitos como resultados de processos de incorporação e diferenciação dos usos desses recursos, o que corrobora para o atrito entre diferentes grupos, entre eles: populações locais, camponeses, indígenas, povos tradicionais, contra o grande capital.

Vos e Limojosa (2016) ao discutirem a respeito da água virtual, destacam que esse comércio serve a grandes grupos capitalistas, que utilizam recursos hídricos de países com grandes quantidades e alimentam o mercado internacional, servindo de base para produtores de commodities, como agricultura e mineração. Esse processo de apropriação dos recursos

ocasiona em sérios impactos que afetam diretamente as populações locais e os diferentes ecossistemas, tendo em vista, que a exploração dos recursos transformam os diferentes territórios.

Nesse caso os conflitos hídricos são resultados dos diferentes processos de incorporação/apropriação de terra e recursos hídricos para fins agrícolas, que geram inúmeros impactos sobre os diferentes territórios, seus residentes e os diversos ecossistemas. Logo, é possível afirmar que a agricultura é uma das responsáveis por grande parte dos conflitos no mundo na atualidade, partindo de suas necessidades por terra e água, somada ao desmatamento, poluição, utilização de agrotóxicos, dentre outros aspectos resultantes dos processos agrícolas.

3.2.2 Os grandes projetos hidráulicos e seus impactos sobre o território.

Outro segmento que desponta como grande causador dos conflitos hídricos é o de grandes projetos hidráulicos, entre eles, transposição de rios, minerodutos, oleodutos, usinas hidrelétricas, barragens (rejeitos, de água, usinas, etc.) esses projetos hidráulicos impactam de diferentes formas os territórios e conseqüentemente seus usuários e os ecossistemas presentes. Esses, em suma, ocupam grandes porções territoriais e ou tem longas extensões como é o caso dos minerodutos e oleodutos. Em decorrência de suas construções, observam-se inúmeros conflitos resultantes dos diferentes processos envolvidos desde o pensamento dos projetos, até as diferentes etapas de sua construção e operação.

Os grandes projetos hidráulicos ou mega hidráulicos são controversos, em diferentes escalas, sejam elas local, regional, global, seu desenvolvimento e operação são resultados da manifestação de conhecimentos contestados, tendo em vista, que as diferentes fases de pesquisa, planejamento e construção de mega sistemas hidromecânicos envolvem diversas relações de interesse e apropriação, das quais, resultam os conflitos entre grupos sociais e disputas entre regimes de conhecimento (BOELEN; SHAH e BRUINS, 2019).

Historicamente, os processos relacionados a governança e gestão dos recursos hídricos e os conflitos resultantes dos processos de grandes projetos hidráulicos, giram em torno de (1) grupo de usuários de água; (2) afetados pelos projetos; (3) Estado; (4) Engenheiros e burocratas. Entretanto, na atualidade, esse cenário é bem mais complexo, os conflitos agora envolvem diversos segmentos da sociedade, aos quais buscam construir conhecimentos e impor ou reivindicar suas demandas e ações. De um lado, observa-se movimentos sociais locais e internacionais, povos indígenas, comunidades tradicionais, universidades, organizações não governamentais ambientais, tribunais nacionais e internacionais de direitos

humanos, acadêmicos, especialistas e ativistas independentes, do outro, agências multinacionais financiadoras de grandes projetos, institutos de políticas globais, agências governamentais e burocráticas, dentre outros segmentos que podem tenderem para um lado ou outro, dependendo de seus interesses (BOELEN; SHAH e BRUINS, 2019).

As disputas extrapolam as necessidades pelo controle dos recursos, passam para o campo ideológico e geopolítico, o que torna as lutas pelos recursos hídricos, uma arena de disputas de forças antagônicas, que buscam os usos dos recursos, mas também a produção e reprodução do espaço e do conhecimento. A pluralidade de atores envolvidos torna o processo de observar e entender os conflitos hídricos ainda mais complexo, pois cada grupo, a sua medida, busca produzir diferentes conhecimentos e ações, que ao diferenciarem-se uma das outras, tornam-se conflitantes, e por isso, Boelens; Shah e Bruins (2019) chamam essa dinâmica de produção de conhecimento contestados.

Entre projetos hidráulicos, as barragens despontam como as grandes vilãs dos conflitos. Embora seu uso remonta a milhares de anos, para atender a necessidade de gerir e estocar a água, recreação, navegação, dentre outros, o grande salto de construção inicia-se na segunda metade do século XX, para atender a demanda de países em crescimento, de 1950 a 2000 cerca de 45.000 grandes barragens¹⁴ foram construídas, chegando a quase metade dos rios do mundo abrigando ao menos uma barragem, tanto para produção de energia, quanto para irrigação (WCD, 2000).

De acordo com a Comissão Internacional de Grandes Barragens - ICOLD, o número de grandes barragens até abril de 2020 era de 58.713 barragens espalhadas pelo mundo (ICOLD,2020). Para além destas, segundo Mulligan et al. (2020) existem um grande número de pequenas barragens e represas ainda não registradas pelos bancos de dados. Embora não existam dados exatos, um estudo realizado por Lehner et al. (2011) estimou em torno de 16,7 milhões de pequenas barragens existentes até o período de realização da pesquisa, considerando mais de dez anos da realização desse estudo, o número deve ser ainda maior.

Entre 1950 e 1980 a construção de grandes barragens esteve presente em grande parte das políticas estratégicas de muitos países, sob o pretexto de fundamentais para o fornecimento de água e energia para a crescente e cada vez maior população global (HOOGENDAM e BOELEN, 2019). A construção dessas teve pouca contestação até a década de 1980, vários são os motivos, primeiro como já visto neste trabalho (ver capítulo 1)

¹⁴ Grandes barragens são definidas: com uma altura de 15 metros ou mais da fundação mais baixa até a crista ou uma barragem entre 5 metros e 15 metros represando mais de 3 milhões de metros cúbicos. (ICOLD, 2011).

esse momento histórico corresponder ao início dos debates ambientais de forma mais estruturada, com isso, surge os primeiros movimentos sociais ambientalistas, uma maior sensibilização da sociedade civil, dos Estado Nacionais, surgimento de importantes lideranças e ativistas ambientais, e inserção de povos indígenas e tradicionais como participantes do debates, bem como, as demais populações afetadas como parte do processo de lutas contra tais projetos.

Nessa direção, Fearnside (1989) argumenta que tais projetos tiveram poucos obstáculos sociais ou ambientais, embora produtoras de grandes impactos, os atingidos e a natureza eram silenciados pelos discursos desenvolvimentistas. Ao abordar sobre a construção da barragem e hidrelétrica de Balbina, na região amazônica destaca que é difícil justificar a construção da mesma em termos técnicos, seus impactos seriam muito superiores a seus benefícios, a produção de energia baixíssima em virtude das condições do rio, o reservatório gigantesco e com profundidades baixas, o resultado foi enormes gastos financeiros, advindos sobretudo de empréstimos internacionais, remoção de populações indígenas e povos tradicionais, bem como, incalculáveis perdas de flora e fauna com a floresta inundada pelo reservatório, e como a vegetação não foi retirada, com o tempo, entrou em processo de decomposição o que tornou a água ácida, além de liberar gases para atmosferas, tais impactos eram contornados com sigilo das informações e fortes campanhas publicitárias a respeito dos benefícios que tal projeto traria ao país (FEARNSIDE, 1989).

Esse caso não é isolado, em muitos outros países, tais ações podem ser vistas, sobretudo, com impactos aos diferentes ecossistemas e as populações locais. O desenvolvimento de grandes estruturas hidráulicas tem se tornado um fardo financeiro e social para muitos países no mundo, diante de seus custos ocultos provenientes dessas obras e dos conflitos que provocam (GODINEZ-MADRIGAL, et al., 2020). Tais projetos são extremamente controversos, o que os tornam como centro de grandes disputas sociais, nacionais e transnacionais, entre seus idealizadores e impactados (BOELEN; SHAH e BRUINS, 2019).

Embora tenham perdido força no final do século XX, a construção de barragens voltou no início do novo século, repaginadas e mascaradas de salvadora, como fonte de energia limpa e renovável. Flamínio (2021) destaca que esse novo período de crescimento, apesar de ser visto com mais forças em países emergentes e menos desenvolvidos, a trabalhos que apontam para seu retorno generalizado de forma global.

Muitos autores e instituições entendem o desenvolvendo de grandes projetos hidráulicos, principalmente de infraestruturas hidrelétricas como imprescindíveis para países de baixa e média renda, fornecendo acesso a energia e água para contribuir com o desenvolvimento nacional (WCD, 2000; MOLLE e FLOCH, 2008; SICILIANO e URBAN, 2017).

Apesar de considerarem importante instrumento para acesso a energia e água, siciliano e Urban (2017) argumentam que as consequências oriundas da construção de barragens, afetam diretamente as populações e o meio ambiente. Para Duarte-Abadía, Boelens e Roa-Avendaño (2019) tais projetos tendem a produzirem impactos extremamente danosos sobre populações, territórios e o meio ambiente, como as consequências e os benefícios distribuídos de forma desigual entre os diferentes atores e escalas envolvidas. Esse processo, de distribuição desigual, sobretudo dos impactos, geralmente, fica majoritariamente com as populações atingidas, o que desencadeia conflitos socioambientais (DUARTE-ABADÍA, BOELENIS e ROA-AVENDAÑO, 2019).

Os impactos resultantes da construção de barragens são diversos, desde a destruição da floresta a desterritorialização das populações residentes. Para se ter dimensão da magnitude dos impactos, estima-se que entre 40 a 80 milhões de pessoas tenham sido deslocadas entre 1950 a 2000 (WCD, 2000). Segundo a Internal Displacement Monitoring Centre - IDMC (2017) cerca de 80 milhões de pessoas foram deslocadas em decorrência da construção de barragens, o destino dessas pessoas é incerto, mas os indícios oriundos de pesquisas mostram que os afetados tendem a ficarem mais empobrecidos e marginalizados (IDMC, 2017).

O maior projeto hidrelétrico do mundo, de três gargantas na China, submergiu 13 cidades, 140 vilas e 1.350 aldeias segundo dados oficiais (INTERNATIONAL RIVERS, 2012). Heming e Rees (2000) destacam que o número de pessoas que foram realocadas é incerto, assim como, os impactos ambientais e sociais. Estima-se que mais de 1,4 milhões de pessoas tenham sido deslocadas em virtude da construção da hidrelétrica (BUI et al. (2011), mas o número de impactos é ainda maior, considerando as pessoas que sejam impactadas em decorrência da chegada dos deslocados em suas comunidades/cidades, bem como, os ameaçados pelas enchentes do reservatório (HEMING e REES, 2000).

Segundo Bui et al. (2011), apenas na China cerca de 12 milhões de pessoas foram realocadas desde 1949 em decorrência das barragens. Enquanto na Índia esse número gira entre 16 a 38 milhões de pessoas pelo mesmo motivo. Grande parte dessas pessoas

reassentadas sofreram uma acentuada deterioração econômica e social, com queda nos seus padrões de vida, assim como, aumento da pobreza (BUI et al., 2011; IDMC, 2017).

Os impactos e os conflitos resultantes da construção de barragens são incalculáveis, em suma, muitos projetos são construídos em áreas protegidas e com ricos ecossistemas, tais construções afetam o fluxo dos rios e conseqüentemente de toda vida aquática, o que em muitos casos, influencia na reprodução das espécies, ao não conseguirem voltar aos locais de reprodução em decorrência da barragem dos rios, bem como, a impossibilidade de navegação, pelo mesmo motivo. Milhares de espécies da fauna e flora mortas em decorrência de vastas áreas submersas pelos reservatórios, mudança nos regimes de cheia dos rios, deslocamento de populações e povos tradicionais, mudanças em padrões culturais e empobrecimento das populações, são alguns dos diversos impactos visto em decorrência das construções de barragens (SOUZA, 2000; MENDES, 2005; BUI et al., 2011; IDMC, 2017 LOPES e BRITO, 2021).

3.2.3 Gestão, governança e geopolítica da água.

Os debates a respeito do controle dos recursos hídricos estão intimamente ligados a questões de soberania e desenvolvimento nacional, (CONKER, 2018) embora estratégicos, pensar apenas por esse viés, direciona o olhar exclusivamente aos Estados Nacionais, e com isso, perder-se-ia um conjunto de outras inter-relações existentes nos processos de gestão dos recursos hídricos. A construção de grandes projetos, como discutidos no tópico anterior, é “um exercício de poder que os atores dominantes nacionais e globais exercem sobre outros, usando a natureza como instrumento” (DUARTE-ABADÍA, BOELEN e ROA-AVENDAÑO, 2015, p.249).

Esse processo de imposição, por si só, é conflituoso, uma vez que, a diferenciação de perspectiva e realidades levará ao conflito iminente. Esse processo é visto de forma prática, nos diferentes territórios, que passam ser campos de disputas, não apenas pelo valor que esse assume para cada classe social, e sim, por toda complexidade existente neste, em virtude disso, esse movimento contínuo de luta/reprodução/resistência x apropriação/desterritorialização/acúmulo, dentre outros aspectos nascentes das relações sociais tornam esses territórios em palcos de conflitualidade permanente, que está a todo tempo passando por movimentos e por isso não podem e nem devem ser visto como estáticos (FERNANDES, 2009).

Logo, pensar em gestão apenas a partir do Estado, e deixar de lado, inúmeros atores que estão inseridos dentro desses processos, entre eles, grandes grupos capitalistas e suas

políticas neoliberais e de outros, povos e comunidades e suas práticas e costumes vinculados a valores opostos a esses grupos. O ponto de partida para as análises sobre os processos de gestão, devem ser o Estado, mas não apenas esse, precisam ir além com o intuito de capturar os diferentes processos envolvidos na gestão dos recursos hídricos. A partir desses pressupostos, buscar-se-á com esse tópico, visualizar como essas práticas de gestão, governança e demais dinâmicas vinculadas aos controles dos recursos hídricos vêm sendo praticadas na atualidade.

Basco-Carrera et al. (2017) argumenta que a gestão da água é imprescindível para o desenvolvimento econômico, e por isso, gerir da melhor forma os recursos é um desafio a ser enfrentado por muitas nações. Essa dificuldade nasce, dentre outros aspectos, da dinâmica de alocação de recursos hídricos que tende a criar disputas entre os diferentes usuários. Essas disputas, podem tomar contornos maiores, chegando a guerras, pelo controle de rios, nascentes, dentre outros.

Esse fato ocorre, pois, devido sua importância e a forma que ocorre, a água em muitos casos, é a fronteira entre, municípios, estados e países, sobretudo neste último caso, as disputas se acirram pelo controle de tal recurso. Essa característica de transnacionalidade assumida pela água, que lhe confere uma disposição de disputas nacionalistas (TADAM, 2021).

Nas disputas hidropolíticas entre atores soberanos, "o poder funciona como um atributo incessante, influente e decisivo, que é seletivamente articulado" (TADAM, 2021, p.13) pelo qual as nações mais fortes, aplicando seu poder subvertem a noção de sociedade mundial, em detrimento do controle regional. O resultado dessa dinâmica, são acordos/tratados, que atendem aos interesses das forças hidrohegemônicas, causando prejuízo a atores mais fracos (ibidem, 2021).

Nesses casos, os atores hidrohegemônicos podem exercer sua força de diversas formas, seja por imposição e ocupação militar, como o caso da aldeia Al-Auja, próximo a Jericó, que sofre com o bloqueio ao rio Jordão pelo exército israelense, (MCKEE, 2021) ou as colinas de Golã ocupadas pelo mesmo exército (MASON e KHAWLEY, 2017) estratégia de controle territorial e geopolítico, como o caso da Turquia com a construção de um grande sistemas de transferência de água para o norte do Chipre, para beneficiar a região internacionalmente não reconhecida, República Turca do Norte do Chipre (RTNC) (CONKER, 2018; MASON, 2020). Como base para construção do Estado e da nação e sua consolidação territorial (HARRIS e ALATOUT, 2010) a partir de relações de dominação e

imposição do poder sobre os recursos hídricos de países pequenos, como é o caso visto da Índia sobre o Nepal (TADAM, 2021) ou mesmo da soberania fluida praticada por Israel em relação aos seus países vizinhos (MASON e KHAWLEY, 2017).

Essas ações deixam marcas materializadas no território, em especial, nas populações resistentes, que sofrem com violência, deslocamentos forçados e grandes projetos hídricos, que alteram e controlam os fluxos dos rios, que afeta diretamente no acesso à água, energia e conseqüentemente condições para produzirem sua própria subsistência. Outro aspecto são as transformações identitárias que essas populações têm sofrido em decorrência de ocupações coloniais, que moldaram e remodelam a identidade de indígenas, árabes, curdos, armênios, judeus, drusos e outras populações que vivem às margens do rio Jordão, assim como, questões políticas e econômicas, também forçaram os residentes a adaptar seus hábitos de uso e gestão da água (ZEITOUN, et al. 2013).

Zeitoun, et al. (2013) destaca que fatores materiais como desenvolvimento tecnológico, de captação e tratamento de água, pode fortalecer ou enfraquecer na luta pelo controle de fluxos transfronteiriços. O desenvolvimento de barragens tem sido uma estratégia importante na gestão e controle dos recursos hídricos (HOMMES, BOELENIS e MAAT, 2016). E como já visto, tais equipamentos infraestruturais, deixam inúmeras marcas sobre os diferentes territórios e suas populações.

As estruturas hidráulicas são um conjunto de instrumentos paradigmáticos que servem para o exercício do poder estatal. Que ao construírem grandes estruturas, criam e transformam territórios hidrossociais, essa atuação está vinculada aos processos de hidrotitorialização, com o objetivo de (re)produção e (re)configuração dos territórios, com intuito de controlar os fluxos hidráulicos e conseqüentemente exercer e ratificar sua soberania sobre os recursos hídricos (MASON, 2020).

Em virtude desse contexto, a crise hídrica é considerada como resultado de má gestão e governança (WILLIAMS, 2018; GRASA, 2020; NAGABHATLA, et al. 2021; STUDART, et al. 2021), os recursos hídricos, especialmente, os transfronteiriços, dependem de uma cooperação entre os atores envolvidos para uma efetiva governança, com visto, na maioria das vezes, essa relação causa disputas ainda maiores, e dessa dinâmica de má gestão e governança afloram conflitos, com impactos vistos nos diferentes ecossistemas e populações locais (WILLIAMS, 2018). Essa concorrência pelo controle e gestão dos recursos hídricos, tem se mostrado um desafio a ser superado, embora um grande número de acordos tenham sido assinados ao longo do século XX, a sensação de guerra por água continua no imaginário de

muitas populações, principalmente, em regiões que dividem recursos e apresentam quantidades reduzidas deste, como é o caso do Oriente Médio (SNEDDON e FOX, 2006).

Em virtude disto, a resolução desses interesses conflitantes sobre os usos da água, ganham contornos de uma dimensão hegemônica, na qual, os mais fortes, impõem seu domínio sobre os recursos (STUDART, et al. 2021) essa dominação hegemônica aqui é compreendida como hidrohegemônica (TADAM, 2021). A governança da água é imprescindível para uma gestão eficiente, contudo, o próprio processo de pensar e construir estratégias de gestão podem levar ao desencadeamento de conflitos (STUDART, et al. 2021). Tendo em vista, que as ações e políticas implementadas devem causar instabilidades entre os usuários dos recursos, a partir do momento, que existe diferenciação de usos e de concepções a respeito dos recursos.

A hidrodiplomacia poderia ser uma ferramenta para organização e construção de um consenso a respeito da governança e gestão compartilhada e equitativa dos recursos (NAGABHATLA, et al. 2021). Outros entendem a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) como alternativa para solucionar os conflitos (STUDART, et al. 2021) ou mesmo a gestão participativa (KORFF, et al. 2012). Ainda que, em alguns casos, tenham apresentado resultados interessantes, estão longe de serem a solução para as disputas hídricas a nível mundial (GRASA, 2020). Faz-se necessário um conjunto de interações políticas-sociais, que passam por aspectos como distribuição equitativa de recursos e tecnologias, bem como, do uso racional e equilibrados deste, enquanto a solidariedade e igualdade não estiverem juntas nos processos de tomadas de decisão, sempre os atores hidrohegemônicos irão impor seu poder.

Na atualidade, os processos e ações estatais em fortalecer seu controle baseados em uma gestão da água soberana são chamadas de “missão hidráulica” (WILLIAMS, 2018; MASON, 2020). Via de regra, o Estado é o ator dominante nos processos de governança e políticas de gestão burocrática dos recursos hídricos. Entretanto, a estrutura que controla as ações do Estado nos processos de tomada de decisão a respeito da governança das águas, de seus recursos e das ações políticas que a legitimam, estão vinculadas a uma elite, que é denominada por “hidrocracia” (MOLLE, et al. 2009; MOLLE e WESTER, 2009; WILLIAMS, 2018). Duarte-Abadía, Boelens e Roa-Avedaño (2015) argumentam que essa hidrocracia não apenas controla a água, mas reconfigura os territórios em função de suas demandas, restringindo e condicionando o acesso de outros grupos sociais.

Esses grupos são formados por agências burocráticas responsáveis pelo planejamento, desenho e implementação da gestão de recursos hídricos, assim como, pelos representantes políticos que possuem aberturas nos processos de tomada de decisões, que incidem sobre o planejamento, alocação, gestão e controle de equipamentos infraestruturais para gerir e controlar os recursos hídricos (MOLLE, et al. 2009 e WILLIAMS, 2018).

Para STUDART, et al. (2021, p.10) a governança da água está ligada a questões “políticas, sociais, econômicas, e sistemas administrativos para gerenciar a água e fornecer serviços de água em diferentes níveis sociais, envolve leis, regulamentos, instituições, organizações, políticas governamentais, setor privado e Civil sociedade”. Já para Duarte-Abadía, Boelens e Roa-Avendaño (2015) essa governança está ligada diretamente à figura do Estado, como gestor e tomador de decisões, passando pelo poder financeiro de grandes grupos multinacionais e em menor escala pelo conhecimento científico.

As discussões sobre gestão e governança dos recursos hídricos são um campo fértil de debates e perspectivas analítico-críticas, em cada uma, assumirá características fundadas nos processos de construção social, visto como resultados das diferentes interações sobre os territórios e disputas por recursos estratégicos, como é a água. Em cada região do mundo, as disputas assumem particularidades de cada espaço, como fatores históricos, religião, posição ribeirinhas, etc. Em decorrência disto, entender e visualizar o debate sobre gestão e governança a nível mundial requer um grande esforço, que vai além das pretensões do presente tópico.

Buscou-se apresentar, ainda que de forma superficial, que tais questões estão diretamente ligadas aos conflitos hídricos atuais, as diferentes disputas, sejam a nível nacional ou internacional, estão inter-relacionadas partindo do ponto de vista, que entende as forças hidrohegêmonicas como causadoras de grande parte das instabilidades hídricas existentes.

Apesar desse cenário, Sneddon e Fox (2006) destacam que a sociedade civil organizada, vista a partir de movimentos sociais, impactados por grandes projetos, Organizações Sem Fins Lucrativos (ONGs) e outros segmentos como universidades, representam uma poderosa força contra-narrativa aos discursos hidropolíticos dominantes. Molle et al. (2009) atesta que esse segmento são os principais desafiadores dos burocratas da água. Como parte desses processos, pode-se citar os movimentos anti-barragens da década de 1990, que representaram um importante papel na diminuição de construção e no cancelamento de inúmeras barragens pelo mundo.

Prieto Lopez, Duarte-Abadia e Boelens (2020) destacam a importância dos movimentos sociais em oposição a grandes projetos, bem como, da união com outros segmentos da sociedade, essa relação gera redes de interação social, entre diferentes atores, aos quais, unem-se em lutas comuns. Essas ações podem assumir diferentes escalas, desde o local ao global. Esse movimento na defesa ou participação nos processos de ordenamento territorial e de seus recursos, bem como, o acompanhamento e oposição a atores hegemônicos e suas ações, fazem parte dessa dinâmica de lutas dos movimentos, que passam dentre outros aspectos pela “partilha e mobilização dos valores afetivos, espirituais e cognitivos que os habitantes atribuem ao seu território hidrossocial” (ibidem, p.20) que somados, desempenham um papel central nas lutas.

Para Rojas Rosales (2020), os diferentes impactos podem ser maiores ou menores, variando a partir das capacidades que os movimentos e comunidades têm de ser organizarem frente a ações prejudiciais a esses grupos, antecipando-se assim, de possíveis impactos ambientais, sociais, culturais, econômicos, dentre outros, resultantes da atuação de atores e políticas hidro-hegemônicas sobre os territórios. Essa organização é importante, pois fortalece os diferentes movimentos, frente a partes opostas aos seus valores e costumes. A biopolítica da água corrobora, nesse sentido, possibilitando verificar os processos aos quais o neoliberalismo emprega um conjunto de ações antagônicas aos diferentes movimentos sociais e povos e comunidades indígenas e tradicionais que estão inseridos em áreas estratégicas ao capitalismo hidro-hegemônico.

Essas populações têm os próprios processos de gestão dos recursos hídricos, que vão ao encontro dos seus costumes e modo de vida. Bakker (2010) destaca a importância destes nos processos de gestão da água. Mas alerta sobre a necessidade de inseri-los em um quadro mais amplo de governança ecológica, evitando assim, possíveis injustiças, tanto sociais, quanto ecológicas. Wilson e Inkster (2018, p.18) ao estudarem comunidades indígenas do Canadá, atestam que os processos de governança indígena da água, “refere-se aos modos indígenas de interação e processos de tomada de decisão sobre a água, incluindo valores culturais, conhecimentos, significados e instituições distintas para um determinado povo e adaptadas ao longo do tempo”.

Boelens, Shah e Bruins (2019) alertam, assim, como os movimentos sociais e outros segmentos da sociedade constroem discursos híbridos e produzem conhecimentos e contestações epistemológicas. O capital e o Estado também constituem um conjunto de estratégias que vão em direção de mascarar suas ações, discursos e práticas como

ambientalmente correta, sustentáveis, em favor da vida, da natureza, e dos diferentes povos. Isso permite dizer, que os processos de gestão e governança não são estáticos, estão em movimento.

Embora de maneira não tão aprofundada, observou-se que as diferentes práticas de gestão e governança dos recursos hídricos, assumem formas e padrões característicos de cada segmento que está disputando os recursos. Essas disputas podem ocorrer entre nações, instituições públicas e privadas, entre os entes federativos, bem como entre os diferentes usuários. Alguns autores destacam algumas tipologias de conflitos hídricos como podem ser vistos em (RIBEIRO, SANTOS e SILVA, 2009; STUDART, et al. 2021), o presente trabalho buscou abordar esses conflitos a partir das questões mais centrais no mundo moderno, entendendo que os debates citados aqui, sozinhos ou inter-relacionados, são os principais causadores de conflitos hídricos no mundo. Poder-se-ia citar as disputas oriundas da escassez ou abundância da água, mas ainda assim, em grande parte dos casos, estaria relacionada a alguns dos pontos tocados nesse tópico, como a gestão e governança.

Um ponto central nas diferentes disputas hídricas é o papel dos movimentos sociais como agentes contra hegemônicos, na busca pela salvaguarda de seus territórios e direitos sobre o poder manter suas práticas, costumes, valores, modo de vida, e demais dinâmicas resultantes de seus processos de construção social. Assim sendo, ele desponta como um importante objeto de estudo que permite visualizar uma gama de práticas e estratégias de lutas, por pautas diversas, sejam de cunho ambiental, social, econômico, dentre outras.

No próximo capítulo, buscar-se-á apresentar esses movimentos sociais, como elementos importantes nos processos e disputas contra atores hidro-hegemônicos, mas não olhando para eles como produto de outras ciências, no qual o conceito é construído, e sim, a partir de como estes constroem e reconstróem suas relações a partir do espaço e do território, entendendo assim, estes como movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

4 MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E SOCIOTERRITORIAIS E SUA ATUAÇÃO CONTRA ATORES HIDRO-HEGEMÔNICOS.

O presente capítulo buscou centrar seus esforços na observação e compreensão do papel dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais como agentes contra hidro-hegemônicos, passando pelas suas estratégias de ação e ações sofridas por este. Antes disso, foi realizada uma introdução teórica a estes, como produtos da necessidade de uma leitura geográfica dos movimentos sociais.

Em seguida, apresenta-se de forma inicial, um panorama dos conflitos hídricos brasileiros, passando pelas formas de como a ciência vem estudando este, até sua concretude, visto a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT. Seguindo, é realizado as análises dos dados provenientes da REDE DATALUTA, o grau é construído a partir de gráficos, tabelas e mapas, que objetivam facilitar a leitura das ações sofridas e práticas pelos movimentos. Por fim, apresenta uma reflexão inicial sobre o movimento das águas e águas em movimento.

4.1 Entendendo os movimentos: uma introdução necessária aos movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

A segunda metade da década de 1990 é o marco temporal para o início dos debates a respeito dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Estes não surgem do nada, são resultados dos processos de inquietação de geógrafos, na direção de entender os movimentos sociais, para além de sua conceitual geral nas ciências humanas, e sim, como um conceito geográfico.

Esse debate surge inicialmente com Martin (1997, 2000, 2001) e Fernandes (1996, 1999, 2000, 2001, 2002). E passa a ser desenvolvido e visto em outros trabalhos como Fernandes e Martin (2004), Fernandes (2005), Pedon (2009), Sobreiro Filho (2013, 2015, 2016). Na atualidade, essas reflexões são bastante difundidas, podendo ser vista em muitos outros trabalhos, mas certamente, quando pensasse na gênese do debate, bem como, sua evolução, esses trabalhos são imprescindíveis para o entendimento sobre as bases e inquietações lançadas nos processos de construção, formulação e divulgação das discussões que culminaram nos conceitos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

Pedon (2009) chama esse pensamento lançado por Martin e Fernandes nos anos finais do século XX de abordagem socioterritorial. Essa, “compreende um conjunto maior de questões que envolvem o desenvolvimento da sociedade e sua relação com o território. Nesse ínterim, os movimentos socioterritoriais constituem um elemento orgânico dessa abordagem” (ibid. p.168).

A construção do debate em questão, surge a partir do grande acúmulo de experiências de Martin e Fernandes a respeito dos movimentos sociais (PEDON, 2009). E desse acúmulo, as inquietações de como a ciência geográfica tornou-se refém das conceituações de outras ciências humanas, a respeito dos movimentos sociais (MARTIN, 1997; FERNANDES, 1999; 2000; 2001; 2005).

MARTIN, (1997, p.26) argumenta:

Ao contrário de outros pesquisadores: Sociólogos, economistas, antropólogos, e tantos outros cientistas sociais, os geógrafos não se dedicaram muito ao estudo no que se refere aos movimentos sociais. Mesmo quando esses movimentos têm uma nítida dimensão espacial. Raramente são considerados de um ponto de vista verdadeira geográfico.

Isto pois, é impossível realizar uma leitura geográfica dos movimentos sociais, apenas por meio de categorias pertencentes a outras ciências. Os movimentos podem e devem ser pensados e analisados por diversas áreas do conhecimento, desde que, os pesquisadores construam seus referenciais teóricos, que permitam seus estudos. Esse é o papel dos pesquisadores da ciência geográfica, da conta de estudar os movimentos sociais a partir de sua construção epistemológica dentro da geografia (FERNANDES, 2000; 2001).

A complexidade existente nos processos de compreender a ação dos movimentos, surgem a partir de suas dinâmicas, estes "constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas. Os movimentos são formas de organização social" (FERNANDES, 2001, p.50). E coube, às outras ciências humanas a dedicação em estudá-los mais aprofundadamente, e a mais tempo que a ciência geográfica (FERNANDES, 2000; 2001).

Segundo Sobreiro Filho (2015) os movimentos são sujeitos imprescindíveis nos processos de transformação das relações sociais, mas sua importância não se limita a isso, sua atuação índice sobre o espaço, logo a busca por compreender esses processos envolvidos sobre este, passam pelas análises sobre os atores inseridos nessa dinâmica. Embora Pedon (2009) argumente que dentro da geografia tenha crescido interesse e o número de trabalhos sobre de movimentos sociais nas últimas décadas, Martin (1998) e Fernandes (2000; 2001; 2005) chamam atenção que embora seja perceptível esse aumento dos estudos sobre os movimento sociais, tanto no campo, quanto na cidade, suas base teóricas são frutos de outras ciências humanas, o que limita as análises a partir de outras áreas de conhecimento e não como produto decorrente de análises geográficas.

Sobreiro Filho (2013 e 2015) destaca que os estudos voltados à produção de conceitos que estejam de fato alinhados com as especificidades epistemológicas, bem como, da construção de metodologias aplicáveis à ciência geográfica, são muito recentes. Portanto, a transformação na forma de ver e entender os movimentos sociais dentro da ciência geográfica, passa pela mudança na visão enquanto sujeito-sociedade, e sua nova aplicação através da perspectiva geográfica, que se baseará na dinâmica sujeito-espaço (SOBREIRO FILHO, 2015).

Dessa necessidade de compreender os movimentos, enquanto sujeitos produtores de ações que incidem de diferentes formas sobre o espaço e território, que nascem os conceitos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais. De acordo com Sobreiro Filho (2013), essa construção resulta do processo de ressignificar os movimentos sociais, dentro da ciência geográfica, compreendendo o espaço com elemento fundante, ou seja, inicial para as análises geográficas dos movimentos sociais.

Assim, os movimentos que vêem o espaço como elemento fundamental de suas relações, passam a ser compreendidos como movimentos socioespaciais, da mesma forma, aqueles que têm o território como princípio basilar, passam a ser denominados de movimentos socioterritoriais (MARTIN, 1997; FERNANDES, 1999, 2000, 2001, 2005). Essa é a primeira aproximação a respeito do conceito de movimentos socioterritoriais e socioespaciais.

Essa conceituação surge com objetivo de possibilitar a leitura geográfica dos movimentos sociais. Não quer dizer que os outros conceitos existentes em outras áreas de conhecimento não tenham valor, muito pelo contrário, mas decorre que estes, assumem características de suas áreas, por exemplo, na sociologia, os movimentos sociais têm como conteúdo e significado o estudo das relações e dos processos de organização desenvolvidos por estes. Esse debate não se preocupa com a leitura e os processos geográficos resultantes das ações e práticas dos movimentos (FERNANDES e MARTIN, 2004). O que não é sua responsabilidade e nem tem a pretensão de da conta, esse é o papel que cabe à ciência geográfica, e em virtude disto, a relevância na construção de uma conceituação que permita verificar, analisar e estudar os movimentos e suas geograficidades é papel da geografia.

Fernandes e Martin (2004) atestam, que o processo de analisar os movimentos sociais a partir de suas práticas socioespaciais e socioterritoriais, por si só, diferencia-se daquelas praticadas em outras áreas do conhecimento. Outro aspecto nascente dessa prática, direciona o entendimento para além da compreensão das formas e relações, e sim, dos aspectos resultantes das dinâmicas e conseqüentemente, da compreensão produzida a partir dos espaços e territórios.

Sobreiro Filho (2016) destaca que não buscasse com esse debate desqualificar outras ciências, tão pouco discutir a geografia enquanto dependentes desta, mas sim, pensar estas a partir de suas "contribuições, reciprocidades, (des)conexões, (des)complementaridades e intersecções com o fito de promover a produção do conhecimento"(ibidem, p.94). Que este possa estar alinhado às necessidades das ciências humanas, mas também responda às especificidades da epistemologia da geografia.

Ao analisar os movimentos a partir da geografia, pode-se adicionar novos elementos, como o olhar pelo espaço, e toda suas dinâmicas existentes, desde graus mais simples a mais complexos. Desta maneira, a geografia a partir de suas bases etimológicas, teria condições de observar e analisar substâncias e elementos oferecidos pela realidade, fatos estes, que transbordam os objetivos de outras áreas, como a sociologia, o que direciona a necessidades de construção conceitual que resultou nos movimentos socioterritoriais e socioespaciais (SOBREIRO FILHO, 2013).

Os movimentos sociais e socioespaciais/socioterritoriais não são antagônicos¹⁵, muito pelo contrário, a diferenciação é apenas conceitual, seus atores e processos continuam os mesmos, o que muda são os mecanismos utilizados para estudá-los. Estes, "transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializa e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade" (FERNANDES, 2005, p. 30).

Em virtude de toda sua complexidade e de seus processos de produção do espaço, os movimentos sociais, visto agora como socioterritorial ou socioespacial, podem ser melhor estudados pela geografia. O que não quer dizer que seja mais fácil entendê-los, é importante frisar, que o espaço é dotado de muitas dimensões, o que direciona as análises a compreendê-los como movimentos complexos e dotados de multidimensionalidades, intencionalidades, territorialidades, espacialidades, dentre outros aspectos, nascente se sua atuação sobre os espaços e territórios (FERNANDES, 2005).

Quanto aos meios que corroboram para o entendimento a respeito dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, entende-se que:

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados). Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2005, p.31).

Pedon (2009) compreende os movimentos socioespaciais como formas de mobilização social, isso quer dizer, que sua espacialidade está relacionada a suas dinâmicas de gerir suas

¹⁵ Fernandes (2005, p.31) destaca que para evitar "mal-entendidos com relação a esse pensamento, deixa claro que os movimento sociais e movimentos socioterritoriais são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa por seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade".

demandas no âmbito de um determinado espaço, sem se preocupar em introduzir elementos novos a este, seja de forma material ou imaterial. Para Fernandes e Martin (2004) os movimentos socioespaciais contêm diferentes dimensões do espaço, tais como social, política, econômica, cultural, ambiental, estes, vêem e entendem o espaço com seu trunfo.

Os movimentos socioespaciais possuem diferentes escalas, pelas quais permitem que estes atuem desde o local até o global. Em suma, são agências ou instituições de mediação, como exemplo, pode-se citar o Greenpeace, com sua agenda global. Do outro lado, ao pensar mais localmente, os movimentos socioespaciais podem ser vistos em grupos ou organizações de luta, que reivindicam ou denunciam pautas comuns a estes, que podem passar por melhores condições de vida, acesso a serviços, dentre outras possibilidades (FERNANDES, 2005). Outras podem ser vistas a partir de "movimentos contra a carestia, os movimentos sindicais, os movimentos pela preservação do meio ambiente, pela preservação de áreas tombadas como patrimônio público, entre outros" (FERNANDES e MARTIN, 2004, p.9).

Os movimentos socioterritoriais têm o território como central, suas ações e práticas estão diretamente ligadas ao território (FERNANDES e MARTIN, 2004). O território é essencial para e este (FERNANDES, 2005). Tanto espaço, quanto o território, são elementos constitutivos dos movimentos socioterritoriais. "Assim como a espacialização e a territorialização são processos pelos quais esses movimentos se tornam dinâmicos, manifestando territorialidades que estão em desacordo com a ordem vigente" (PEDON, 2009, p.174). Assim sendo, são importantes atores contra-hegemônicos.

Os movimentos socioterritoriais podem ser compreendidos como organizações cujo objetivo passa por criar as capacidades e introduzir novas formas de apropriação e uso dos territórios disputados por estes, essas ações fazem com que estes objetivem criar novas territorialidades, mesmo de forma limitada, essas possibilitam modificações nas relações sociais e na (re)configuração dos lugares (PEDON, 2009). Esses processos, ainda que limitados a pequenos territórios (pode acontecer em diferentes escalas), são extremamente importantes, pois demonstram a organização coletiva na direção de lutas e pautas comuns.

Fernandes (2005) apresenta alguns movimentos que podem ser considerados socioterritoriais e socioespaciais, movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados, são exemplos deste. Tendo em vista, que esses criam relações sociais que objetivam tratar diretamente seus interesses e conseqüentemente, produzem seus espaços e territórios.

O entendimento sobre os movimentos socioespaciais e socioterritoriais pode ser visto a partir do espaço, território, lugar e das diferentes relações sociais e suas escalas. Os movimentos e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados) (FERNANDES, 2005). Estes podem ser visto por meio de "instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs)" (ibidem, p.31).

Alguns movimentos, não têm o território como centro de seus processos de lutas, e por isso, não se configuram como movimentos socioterritoriais, esses movimentos como as ONGs, se constituem apenas como movimento socioespaciais, são agências de mediação, que produzem espaços políticos e se espacializam, são entidades que apoiam ou são contrárias aos movimentos socioterritoriais e socioespaciais (FERNANDES, 2005).

Sobreiro Filho (2015) apresenta algumas ponderações fundamentais para compreender sobre as posições conceituais, nesse sentido, observar-se:

1-) as diferenças em relação ao conceito de movimento social da sociologia são, sobretudo, epistemológicas (Pedon, 2009); 2-) ambos os conceitos são construídos tendo o espaço como ponto de partida e, portanto, dimensão fundamental em sua formação; 3-) todo movimento socioterritorial é socioespacial, mas nem todo movimento socioespacial é socioterritorial; 4-) mais que trunfo, o território é essencial para um movimento socioterritorial (SOBREIRO FILHO, 2015, p.4).

Assim como Fernandes (2005) Sobreiro Filho (2015) deixa mais claro as diferenças entre os movimentos, todo movimento socioterritorial é socioespacial, mas o contrário não acontece, pois nem todos os movimentos socioespaciais buscam apropriar-se do território. Isso ocorre, pois segundo Fernandes (2005) todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, mas nem todos têm o território como seu trunfo. Os diferentes movimentos podem ser vistos no campo, na cidade e na floresta.

Além destes, a presente pesquisa compreende que as águas também configuram-se como espaços e territórios de interesses dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais, tendo em vista, que também contribuem para mobilizações sociais sobre o espaço e o território, inserido um conjunto de particularidades, pois assim como as águas, os movimentos alinhados a elas, são fluidos, estando presente nos diferentes espaços.

Os movimentos disputam espaços e territórios, Fernandes (2005) destaca que tais ações são reações a medidas políticas do Estado ou do grande capital, que criar barreiras espaciais que objetivam impedir a espacialização e territorialização destes. Dentro desse

cenário, o conflito torna-se um ponto central, pois é fato presente nas ações dos movimentos socioterritoriais, bem como, promotores de desenvolvimento e refluxo das políticas das instituições. “A exclusão, a negociação e a ressocialização são condições que se realizam e se superam por meio de ações dos movimentos na construção de espaços e conquistas de territórios”(FERNANDES, 2005, p.32).

Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais são tentativas de desfragmentação do espaço e do território, que pode permitir a realização de análises mais amplas, mas é importante compreender, que todas essas análises são apenas uma fração da realidade, pois sua totalidade é um processo coletivo que só pode ser alcançado e compreendido no movimento de todos (FERNANDES, 2005). Outro aspecto nascente da atuação dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais é o fato desses estarem em constante enfrentamento contra a perversidade da globalização, e as práticas resultantes dessa relação podem ser vistas diariamente por meio de diversas formas de mídias. (FERNANDES e MARTIN, 2004).

A partir dos pensamentos expostos, é possível compreender as diversas possibilidades que os estudos dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais oferecem dentro da ciência geográfica. As discussões aqui apresentadas, são apenas o ponto de partida, para uma imensidão de possibilidades, frutos da complexidade dos movimentos sociais, aqui entendidos como socioespaciais e socioterritoriais.

Esses despontam como um importantes atores formadores e construtores de espaços e territórios, inseridos suas pautas e ações em um conjunto de lutas na direção da salvaguarda de seus direitos, sejam eles vínculos a princípios universais ou constitucionais, bem como, a manutenção dos seus espaços, territórios, modo de vida, cultura, religiosidades, e demais dinâmicas resultantes dos processos de relações sociais, que confere a cada espaço/território e aqueles que o fazem, uma carga identitária socialmente construída no decorrer da formação/ organização desses grupos/territórios.

Assim sendo, tornam-se importantes para o entendimento dos processos de luta, resistência, territorialização, desterritorialização, reterritorialização e demais dinâmicas aos quais estão inseridos, dentro das disputas pela água. O próximo tópico buscará apresentar a partir dos dados da REDE DATALUTA, como esses movimentos vêm atuando, passando por suas pautas, ações, estratégias de resistências, e os impactos e conflitos que fazem parte.

4.2 Os diferentes atores envolvidos nas disputas hídricas brasileiras a partir dos dados da REDE DATALUTA.

Até aqui, observou-se a questão envolvendo a água e seus desdobramentos em diversas partes do mundo, a pesquisa bibliométrica contribuiu para essa visão global dos debates sobre a temática, contudo, o presente tópico restringirá suas atenções ao Brasil. Com isso, busca-se observar e entender como os movimentos socioespaciais e socioterritoriais vem atuando no país, assim como, quais os principais opositores destes, ou seja, os que geram os conflitos.

A presente discussão baseará seus esforços a partir dos resultados obtidos através da base de dados da REDE DATALUTA, importante frisar, que os mesmos, são frutos de um árduo trabalho desde as fases de desenvolvimento da metodologia a sua aplicação, passando por leitura e sistematização dos dados, bem como, suas posteriores análises. Embora a presente pesquisa ainda se encontre em andamento (da REDE DATALUTA), as informações ora destacadas, fornecem condições para verificar os conflitos por uma perspectiva diferente, a partir dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

Antes dos debates sobre os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, é realizada uma breve discussão sobre os conflitos hídricos brasileiros, passando pelos diferentes estudos relacionados ao tema. Outro aspecto considerado é a observação do conflito hídrico brasileiro a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Em seguida, aborda-se sobre a REDE DATALUTA, quanto a seus objetivos e atuação. Seguindo, apresenta os procedimentos de levantamento e sistematização de dados sobre os movimentos. Por conseguinte, é apresentado resultados preliminares dos dados obtidos na pesquisa, por meio de tabela, gráficos e mapas. Por fim, apresenta-se uma reflexão inicial sobre o movimento das águas e águas em movimento.

4.2.1 Introdução aos conflitos hídricos brasileiros.

Na atualidade, os conflitos por água no Brasil têm sido abordados de diversas perspectivas, algumas dedicaram seus esforços em entender essas dinâmicas através de processos de gestão, governança, gerenciamento e conflitos decorrentes destas (TUCCI et al. 2000; TUCCI e CORDEIRO, 2004; COSTA e PERIN, 2004; GOMES e BARBIERI, 2004; SOARES, 2008; CAMPOS e FROCALANZA, 2010; SANTA'ANNA, 2012; OROSCO, 2018). Outras baseiam-se nos usos, como os usos das terras e impactos sobre recursos hídricos (MARTINI e TRENTINI, 2011) ou múltiplos usos da água (GALVÃO e BERGMANN, 2015).

Alguns trabalhos buscam entender esses processos pelo entendimento do direito, compreendendo a água como um direito humano (SILVA, 2016; ZORZI, 2016; MARIA, 2017). Pelos conflitos por regulação, usos da água, conflitos em bacias hidrográficas (DI MAURO, 2014; AMORIN et al. 2015; JACOBI, 2016; ROSSI e SANTOS, 2018). Algumas vertentes utilizaram as bacias hidrográficas, sejam com uma importante ferramenta de planejamento e gestão (CARVALHO, 2020), ou com alternativa para descentralização da gestão (PEREIRA e JOHNSON, 2005; FOLETO, 2018).

A partir de processos democráticos, monopólio e participação nos processos de gestão (VICTORINO, 2003; JACOBI e BARBI, 2007) ou por conciliações de conflitos (BERLENCK, et al. 2003; MORRETI e GONCTIJO JUNIOR, 2005), soluções de conflitos (PEDROSA, 2017). Enquanto questão e perspectivas para o Brasil (TOMOSANI et al. 2009), assim como, alguns que buscam metodologias de estudar os conflitos, como em (MOREIRA, et al. 2012). Por meio da construção índices para identificação do conflito, ou outros que discutem a partir da construção de categorizações e tipologias dos conflitos (PINHEIRO, 2002; RIBEIRO, SANTOS e SILVA, 2009; STUDART, et al. 2021). Outra perspectiva é observar esses processos através da ecologia política, como em BORDALO (2008, 2019).

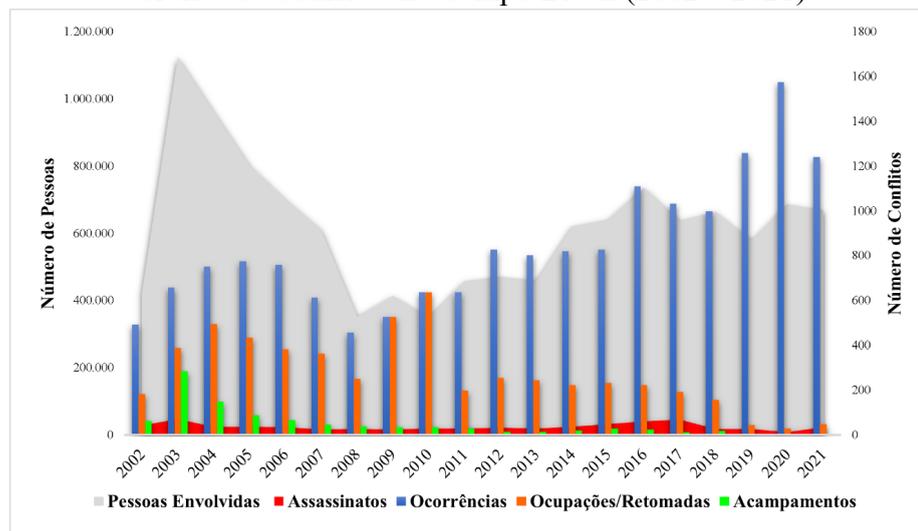
Esses trabalhos e outros, trazem importantes debates a respeito dos conflitos, entendo estes, a partir de suas áreas de conhecimento. Apesar deste grande número de perspectivas de estudar, analisar e descrever os conflitos, em poucas se observar alcance nacional, grande parte limitando-se a estudos de casos, enquanto aqueles que discutem nacionalmente, estão alinhados em questões como gestão e governança dos recursos, dentro de uma perspectiva mais institucionalizada. E não há problema nenhum, esses buscaram dentro de suas propostas o entendimento dos conflitos e demais disputas pela água e seus recursos. Assim como, o presente trabalho buscará apresentar uma nova maneira de observar estes.

Com alcance nacional, Peixoto et al. (2021) apresenta o panorama dos conflitos pela água no Brasil, buscando entender os conflitos gerados a partir da apropriação dos recursos hídricos e sua relação com o modelo econômico mineral-agroexportador, suas análises centraram nos dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT, entre 2009 e 2019 que forneceu as informações que subsidiaram as análises realizadas. Destaca-se a importante tentativa de cartografar os conflitos, ainda com limitações, sobretudo, quanto a organização, refino e elaboração dos mapas, estes trazem informações que corroboram para uma visão nacional dos conflitos, dos atores envolvidos, das regiões com mais casos e demais processos relacionados.

A CPT vem ao longo das últimas décadas realizando um importante trabalho na direção de investigar, classificar e publicar relatórios com os conflitos no campo brasileiro. Esse esforço corrobora para o entendimento dos diversos cenários aos quais, camponeses, povos indígenas, populações tradicionais e movimentos sociais estão enfrentando, ao disputarem seus territórios contra forças hegemônicas.

O Gráfico 3 apresenta a distribuição dos conflitos no campo brasileiro de 2002 a 2021, as informações contidas demonstram a quantidade de casos, separados por categorias da CPT. As ocorrências referem-se aos despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, destruição de casas, roças e pertences; pistolagem, grilagem, invasões etc. Ocupações/Retomadas, são ações coletivas, pautadas na tomada de imóveis rurais, que não cumpram com sua função social, ou ações ligadas a povos indígenas e comunidades tradicionais que reconquistam seus territórios. Os acampamentos são espaços de luta e formação, produto de ações coletivas, que podem ocorrer em diferentes espaços, como no campo, cidade, florestas, ao qual, seus participantes buscam ou ser assentados em territórios ou a retomada destes. As pessoas afetadas correspondem ao número de indivíduos impactados pelos conflitos, e por fim, o número de assassinatos, que corresponde ao número de mortes violentas resultantes dos conflitos (CPT, 2011 e 2022).

Gráfico 3: Conflitos no Campo Brasil (2002 – 2021)



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT, 2011 e 2022.
Organização: Nelson Gabriel da Silva Bria.

Os dados dispostos no Gráfico 3 dão uma dimensão parcial sobre os conflitos, tendo em vista, que ainda é difícil precisar a quantidade real de conflitos, mas demonstram o grande

esforço nos processos que envolvem a pesquisa, identificação, delimitação dos tipos, quantidades e atores envolvidos.

É perceptível o aumento de ocorrências, especialmente, no período pós-Impeachment, isso não ocorre por acaso, as políticas e ações do Estado, especificamente durante a atual gestão, forneceram condições para o avanço dos conflitos no campo. Segundo dados da CPT (2022) o período anterior ao Impeachment e o ano seguinte, atestam que entre 2011 e 2015, foram registrados 6.737 conflitos no campo, envolvendo mais de 3,5 milhões de pessoas. Em contrapartida, entre 2016 e 2021, esse número disparou para 10.384 conflitos, com mais de 5,5 milhões de pessoas afetadas. Esses dados comprovam o aprofundamento de políticas violentas e ações contra reforma agrária vigentes atualmente. Olhando apenas para esses dois períodos, observa-se o crescimento em 46% nos conflitos por terra, o número de assassinatos cresceu 34% e dos conflitos por água, triplicaram (CPT, 2022).

Esses dados sobre os conflitos no campo, não foram abordados por acaso, as diferentes disputas por terra, atingem trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores e agricultoras familiares, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e outros povos do campo, das florestas e das águas, dentre estes destacados, encontram-se aqueles denominados como povos das águas (DIEGUES, 1996 e 2007).

Para além disto, os embates ocorrem pela apropriação de terras e água, os resultados são impactos sobre diferentes territórios e suas populações, com o aumento do desmatamento, destruição e poluição de diferentes ecossistemas, para transformação de áreas agricultáveis em pastos, isso tem atingido fortemente as populações locais, aumentando os índices de desnutrição em decorrência da fome (RULLI, SAVIORI e D'ODORICO, 2013). Os diferentes usos da terra, vistos essencialmente no agronegócio, mineração e demais atividades capitalistas de exploração de recursos naturais, têm perturbado o equilíbrio das águas superficiais, assim como, agindo sobre a precipitação, evapotranspiração, escoamento e fluxo de água subterrânea. (FOLEY, et al. 2005).

A apropriação de terras não é apenas uma “corrida” para incorporação de novas terras, mas também, pelos recursos hídricos existentes nestas. Isso ocorre, pois segmentos como agronegócio, mineração, usinas hidrelétricas precisam de ambos para o seu desenvolvimento (RULLI, SAVIORI e D'ODORICO, 2013). É importante destacar, que essas disputas também partem dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores e agricultoras familiares, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e outros povos do campo, das

florestas e das águas, tendo em vista, que esses não buscam terras desérticas ou sem condições para o emprego de seus respectivos modos de vida.

Essas lutas, podem ser entendidas pelo conceito da lógica-racionalidade espaço-temporal, proposto por Sobreiro Filho (2016) que compreende este como:

a qualidade/faculdade racional e as formas de pensamento embasadas e produzidas pela indissociabilidade espaço-tempo no bojo de sua totalidade dialética que, por sua vez, também é expressão dos seres socioespaciais e seus respectivos comportamentos e relações individuais e/ou coletivos no curso histórico. De um modo grosseiro, pode-se dizer que a lógica-racionalidade espaço-temporal também é produtora e produzida por sujeitos socioespaciais e podem se expressar de diferentes modos (crenças, experiências, sentimentos, significados, valores, construções, imaginários, representações, explicações/conhecimento, ações, comportamentos em geral etc.) tanto no curso histórico quanto no cotidiano e devir (SOBREIRO FILHO, 2016, p.247).

Por meio da lógica-racionalidade espaço-temporal, é possível observar as ações e decisões, também de cunho social, como seus princípios e determinações espaço-temporais, isso significar dizer, que é uma propriedade humana-espaço-temporal, que transpassa a perspectiva simplista de ação, sendo inseparável do espaço e todas suas dinâmicas, e do tempo e seus diferentes processos, que incidem sobre diferentes posições. No bojo dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, partem do pressuposto fundamental, o de que estes possuem um ou mais tempos e espaços para atuarem, dotados de temporalidades e espacialidades que expressam e atestam as racionalizações, aos quais podem ser percebidas como planejamento, até chegar a sua concretização (SOBREIRO FILHO, 2016).

A lógica-racionalidade espaço-temporal tratada no marco da Geografia, outras derivações são possíveis, tal como a reticular, territorial etc. Mais uma vez, como forma de deixar ainda mais objetiva as construções e discussões no tocante aos movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais debatidos aos auspícios da Geografia, destacamos que tais lógicas além compartilharem da noção espaço-temporal também apresentam especificidades, por exemplo, como uma origem, modo de agir e produzir o espaço com base na reticularidade e no território, tendo estes sua gênese no espaço, mas ao mesmo tempo andando de mãos-dadas com o território e/ou redes/rizomas. À título explicativo, por exemplo, as redes não são somente compreendidas no contexto espacial, mas também temporal pelas construções, comportamentos, estratégias, feitos e lutas-resistências históricas (quilombos, ocupações de terras, ocupações e ataques de prédios e espaços públicos e/ou privados, manifestações etc.) (SOBREIRO FILHO, 2016, p.248).

Por meio desta conceituação, é possível compreender que as ações de ambos os lados, tanto dos produtores de conflitos, quanto os impactados, são resultados de processos dotados de lógica-racionalidade espaço-temporal, pois cada ação não surge do nada, e sim, do

resultado de diversos processamentos, os quais, materializam-se sobre o espaço e o tempo, tendo em vista sua indissociabilidade. Esses diferentes atores disputam o campo e este é disputado por eles, como resultado da busca por diferentes interesses.

Isso permite dizer, que tais práticas e ações são baseadas em planejamento, não ocupar ou apropriar territórios sem vantagens locacionais, ou melhor dizendo, sem condições para o desenvolvimento de atividades ligadas a cada grupo. Com isso, o setor do agronegócio busca por áreas apropriadas à agricultura e demais atividades, e nesse movimento racional (do princípio do planejamento) faz com que, esses grupos entre em conflitos com os que já ocupam esses territórios. De igual maneira, quando os movimentos dos trabalhadores rurais sem terra - MST, ocupam uma propriedade, suas ações se baseiam em uma lógica racional, pois estes não ocupam áreas desertificadas ou sem condições para o desenvolvimento de suas práticas sociais.

Diante desses pressupostos, é possível relacionar que as disputas por terra, também são pela água, para além disto, ocorrem para manutenção de padrões vigentes, de soberania, bem como, da reprodução de modos de vida, culturas, tradições e demais dinâmicas resultantes dos processos sociais ligados à terra, visto fortemente em povos indígenas e tradicionais, camponeses, dentre outros.

Voltado as atenções para questões exclusivas sobre as águas, baseadas nas concepções da CPT, seus relatórios trazem dados a respeito dos conflitos hídricos, a partir de categorizações da mesma, sendo (1) Conflitos pela Água; (2) Conflitos em Tempos de Seca; (3) Conflitos em Áreas de Garimpo.

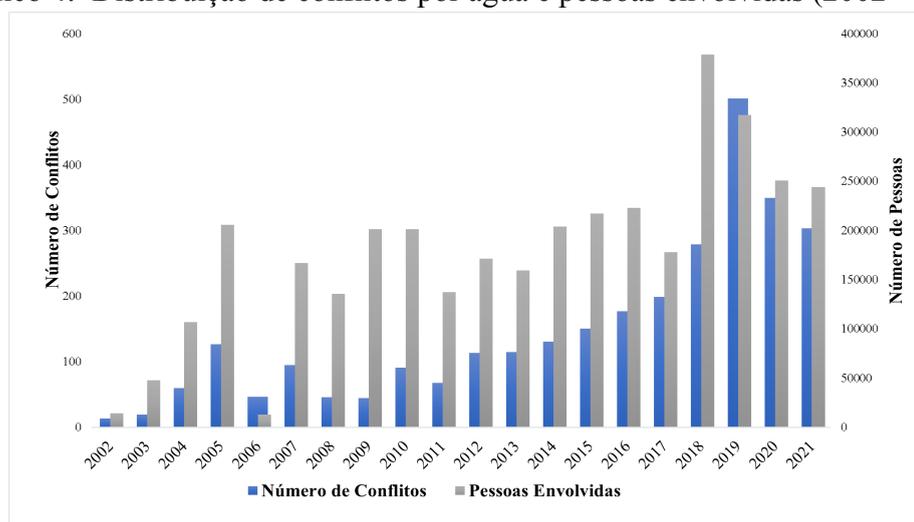
A primeira é entendida como ações de resistência, em suma, coletivas, que buscam garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, cobrança do uso da água no campo e de luta contra a construção de barragens e açudes, inseridos como principais atores deste último, encontrassem os atingidos por barragens, que disputam seus territórios, além de todos os impactados pela mineração. Essa é a concepção de conflitos por água adotada pela CPT (CPT, 2022).

A Segunda, diz respeito às ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada, e passam por processos reivindicatórios por condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semiárido. Enquanto a terceira, consiste em ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas e o Estado (CPT, 2022).

A partir destas conceituações, a CPT realiza suas análises, chegando aos dados sobre os conflitos, baseados nesses dados, observa-se a distribuição de conflitos e pessoas

impactadas no Gráfico 4 a seguir, este realiza um recorte de 20 anos e apresentada a quantidade de conflitos por ano de ocorrência, como a quantidade de pessoas envolvidas. Esse gráfico em conjunto com o Mapa 1 permite a visualização da ocorrência, bem como, sua espacialização por unidades da federação.

Gráfico 4: Distribuição de conflitos por água e pessoas envolvidas (2002 – 2021)



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT, 2011 e 2022.
Organização: Nelson Gabriel da Silva Bria.

As informações contidas no Gráfico 4 atestam o crescimento tanto dos conflitos, quanto das pessoas inseridas nestes. vale ressaltar que esses números são apenas uma amostragem, muito longe de contabilizar efetivamente o que acontece no país, contudo, esses dados contribuir para confirmação das tendências de crescimento das disputas por água no país, essa que pode ser lida também, como em escalas mundiais, tendo em vista, que as disputas pelos recursos hídricos vêm causando diversos conflitos pelo mundo, como já vistos neste trabalho.

Recortando apenas nos dois últimos anos, é perceptível uma certa diminuição nos conflitos, caindo de 350, em 2020 para 304, em 2021. Contudo, essa redução não foi percebida da mesma forma no número de pessoas atingidas, com uma diminuição de 0,27%. Isso significa dizer, que menos conflitos estão afetando mais pessoas, logo apenas diminuir estes, não é garantia de reduzir os números totais de impactados (CPT, 2022).

Entre os conflitos listados para o ano de 2021, é importante ressaltar, os que são produzidos por pelas empresas e corporações vinculadas ao regime extrativista que investe na reprimarização econômica, na exploração intensiva da natureza e do trabalho humano, tais

ações, incidem a natureza e seus diversos ecossistemas, produzindo assim impactos que afetam desde o local, quanto colaboraram para os processos de mudanças climáticas, bem como, tais ações impactam sobre direitos sociais, que passam a ser violados, assim como, pelas dinâmicas de evasão fiscal e concentração de renda. (CPT, 2022).

Quadro 1: Distribuição percentual dos principais causadores de conflitos hídricos (2021)

Promotores de conflitos hídricos	Participação % nos conflitos
Mineradoras internacionais	30%
Setores empresariais	14%
Instalação de hidrelétricas	10%
Atuação garimpeira	8%

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT, 2022.
Organização: Nelson Gabriel da Silva Bria.

Os dados atestam o protagonismo da mineração como principal responsável pelos conflitos hídricos no Brasil, a partir dos dados da CPT, se somar com a atuação garimpeira, essa atuação corresponde a quase 40% do total. Sem considerar que muitas hidrelétricas são pensadas e construídas para fornecerem energia para os complexos de extração e beneficiamento mineral, o que aumentaria ainda mais sua participação nos conflitos. A presença desses segmentos vem responder às políticas implementadas para o desenvolvimento nacional, voltada sobretudo à produção, exploração e exportação de commodities. Em relação ao perfil dos conflitos para o ano de 2021, 135 estão relacionados a disputas por uso e preservação das águas, 127 resultados dos processos de construção de obras hidráulicas, como açudes e barragens. E 40 são pela apropriação privada da água, bem como, o cercamento das águas aliado à expropriação do território (CPT, 2022).

Quadro 2: Principais afetados pelos conflitos por água no Brasil (2021)

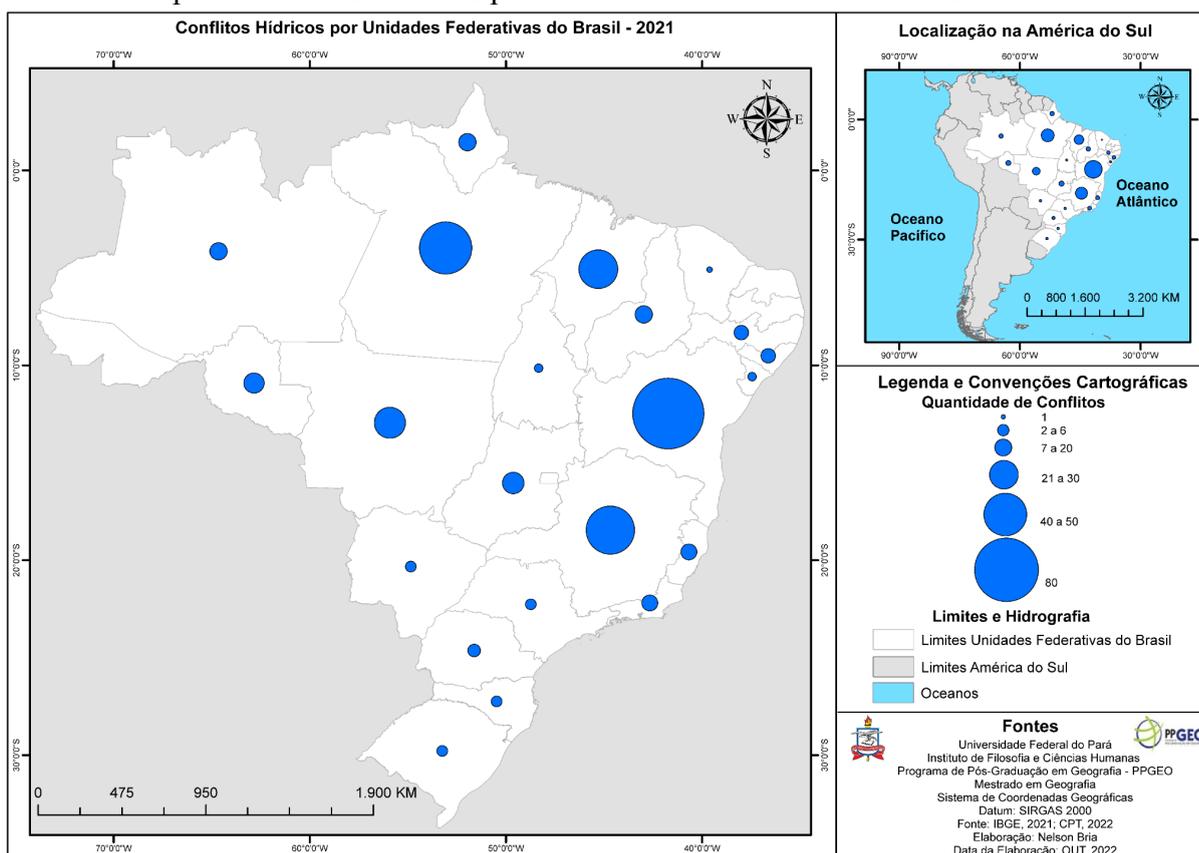
Principais afetados nos conflitos por água	Participação % nos conflitos
Ribeirinhos	19%
Povos indígenas	17%
Quilombolas	14%

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT, 2022.
Organização: Nelson Gabriel da Silva Bria.

Considerando os dados sobre os conflitos no campo e na água, é possível observar a presença dos povos indígenas como mais afetados, pois liberam com 33% dos conflitos no campo, em segundo lugar nas disputas por água com 17%. Os quilombolas, estão em terceiro lugar nas duas listas, 11% e 14%, respectivamente.

Outro aspecto relevante de ser destacado, é o papel do Estado, que embora não devesse tomar partido, acaba tendendo para o lado do capital, sendo um dos principais fornecedores de recursos financeiros e obras infraestruturais que fornecem condições para desenvolvimento de atividades com a mineração e agronegócio. Essa atuação tendenciosa, também é vista, na permissividade com a grilagem de terras, desmatamento e queimadas e nos conflitos gerados contra comunidades locais e povos originários que buscam resguardar a defesa das águas como bem público e comum (CPT, 2022).

Mapa 1: Conflitos Hídricos por Unidades da Federativas do Brasil - 2021



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT, 2022.
Organização: Nelson Gabriel da Silva Bria.

É perceptível pelo Mapa 1 que nem todos os estados possuem conflitos registrados, enquanto uma minoria concentra a maioria deste. Várias são as possibilidades de resposta,

desde passando pela não ocorrência desses ou por questões metodológicas que impossibilitaram sua identificação. O conflito é real, embora de forma geral, a população brasileira não tenha essa dimensão, os espaços do campo, floresta, urbano e água são conflituosos, palcos de embates diários, assumindo características múltiplas, resultado da diversidade das relações sociais e suas dinâmicas, sobretudo, nos território, os quais, carregam marcas desses processos, e podem ser vistos e lidos a partir de metodologias de análises, especialmente, as geográficas, que centram-se muito de seus debates, nos estudos dos processos e dinâmicas sobre o espaço e território.

Os debates aqui destacados, não tem a pretensão de dizer o que é certo ou errado, tão pouco, de afirmar o que deve ser considerado com conflito hídrico, pelo contrário, vem lançar bases para que esses possam ser vistos e compreendidos por outros processos, tais como os que estão sendo propostos com esse trabalho. Os caminhos na busca pela observação e compreensão sobre os conflitos hídricos brasileiros, passam por múltiplos processos e ações, pelas quais, fornecem condições para seus estudos, a adotada neste trabalho, é apenas uma de tantas outras, como já citadas no início desse tópico, cada uma buscando analisar este por sua perspectiva, com isso, gerando resultados diversos, corroborando para o desenvolvimento da ciência de forma geral e do entendimento das dinâmicas existe, que podem fornecer dados e informações a ser utilizados pelo Estado, universidades, e pelos diversos movimentos socioespaciais e socioterritoriais na busca pela salvaguarda de seus direitos, sejam estes constitucionais, ou pela manutenção de seus territórios e modos de vida.

4.2.2 Disputas por água: Movimentos socioespaciais e socioterritoriais e atores hidro-hegemônicos no Brasil: um novo olhar sobre as diferentes disputas por meio dos dados da REDE DATALUTA.

O DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – é um projeto de extensão e pesquisa criado em 1998, e no ano seguinte, publicou seu primeiro relatório, contendo entre outros temas, categorias essenciais da questão agrária brasileira, superando a dificuldade de acesso aos dados sistematizados sobre ocupações e assentamentos. No decorrer dos anos, esse projeto foi incorporando novos elementos de análises, tornando este, um importante trabalho para observação e compreensão da questão agrária brasileira. Buscando um maior alcance de seus debates, é pensada e desenvolvida a REDE DATALUTA, composta por quinze grupos de pesquisa de universidades brasileiras.

A REDE DATALUTA, pode ser compreendida com a articulação de grupos de pesquisa dispersos por todo Brasil, que estão alinhados a partir do projeto DATALUTA. Sobreiro e Costa (2022) destacam que o objetivo desta é o levantamento, sistematização e debates de dados sobre os movimentos socioterritoriais e distintas instituições da sociedade que disputam quatro espaços: o agrário, o urbano, as águas e as florestas. Dentre estes, apenas o agrário se fazia presente a mais tempo, e os demais sendo introduzidos a partir de 2019, como resultado do XIII Encontro Nacional da REDE DATALUTA.

O DATALUTA Água ficou sob responsabilidade do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço, Desenvolvimento e Conflitualidade (NEADEC), o qual, em conjunto com a rede, construiu uma metodologia que permitisse observar os conflitos existentes relacionados à água.

Dentro deste contexto, essa metodologia segue três fases que dão base para a investigação, levantamento e tratamento inicial dos dados. Sendo a primeira o cadastro de palavras-chave no Google Alerta, que possibilita a partir de filtros pré-definidos, o recebimento de notícias diárias, que correspondem ao conjunto de palavras chaves cadastradas. Esse procedimento é o que permite a obtenção de notícias que estão relacionadas aos processos envolvendo os atores das águas e seus desdobramentos.

Uma vez realizado todos os ajustes necessários (como filtro para buscar notícias apenas no Brasil). As palavras chaves transformam-se em algoritmos, que os servidores do google passam a compreender e buscam notícias, essas são direcionadas para um e-mail (construído apenas para o recebimento destas) e a partir do e-mail, essas passam a ser lidas, esse processo corresponde ao segundo passo. Esse consiste no levantamento das notícias de interesse, tendo em vista, que o algoritmo busca por todas as informações que contenham uma das palavras chaves, o resultado são grande volume de informações, que chegam diariamente no e-mail, que precisam ser lidas e organizadas, obedecendo critérios de arquivamento.

A terceira fase corresponde aos processos de sistematização dos dados, que compreende a organização das informações em uma tabela geral, que objetiva capturar um conjunto de informações que podem contribuir com os diferentes debates travados pela REDE DATALUTA. Cada etapa desta, segue padrões e diretrizes, construídos em conjunto, por todos os membros, em reuniões gerais. É relevante destacar, que essa metodologia e processos estão em constante aperfeiçoamento, resultados de questões produzidas pela própria dinâmica

de trabalho desenvolvida, essas melhoras, são debatidos por toda rede, com intuito de melhorias constantes em todas as fases de trabalho.

Outro aspecto, que além de debate sobre os procedimentos metodológicos, a REDE DATALUTA, por meio dos seus respectivos grupos, tem construído uma tipologia de ações, bem como, categorização dos movimentos. Esses são apenas umas das possibilidades geradas por essa metodologia, que não tem se construído sozinha, mas sim, como resultado incansável daqueles que compõem a rede.

Diante desses pressupostos, os resultados contidos nesta pesquisa, são iniciais, mas ajudam a pensar os conflitos hídricos brasileiros por um novo olhar, construído a partir de uma metodologia que está em contraste aperfeiçoamento. Essa nova maneira de observar os conflitos, centram-se nas ações sofridas ou práticas por movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas.

Os dados ora apresentados, correspondem ao ano de 2020¹⁶. A Tabela 2 a seguir, apresenta a quantidade de e-mail totais recebidos para no ano de 2020¹⁷, além deste, a quantidade de notícias lidas, média de e-mails totais e por dia e total de notícias registradas.

Tabela 2: Síntese do levantamento de notícias

E-mails Totais Lidos	Total de Notícias Lidas	Média de Notícias por mês	Média de Notícias por E-mail	Notícias Registradas
3.179	12.716	1.060	1 a 10	374

Fonte: REDE DATALUTA.
Organização: Nelson Gabriel da Silva Bria.

Como observa-se por meio da Tabela 2, o volume de e-mail e notícias é bem elevado, em virtude disso, seguir os procedimentos pré-definidos é extremamente importante para o melhor desenvolvimento da pesquisa. Respeitando estes, os dados foram inseridos em uma planilha do Excel, em diferentes categorias, destacando aspectos como localização da ação, município e estado onde ocorra, nome do movimento, quantidade de pessoas, tipo de ações, objetivos das ações, dentre outras.

¹⁶ Todas as três fases devolvidas para o ano de 2020 ficaram sob responsabilidade do elaborador deste trabalho, com supervisão do Dr. Sobreiro Filho.

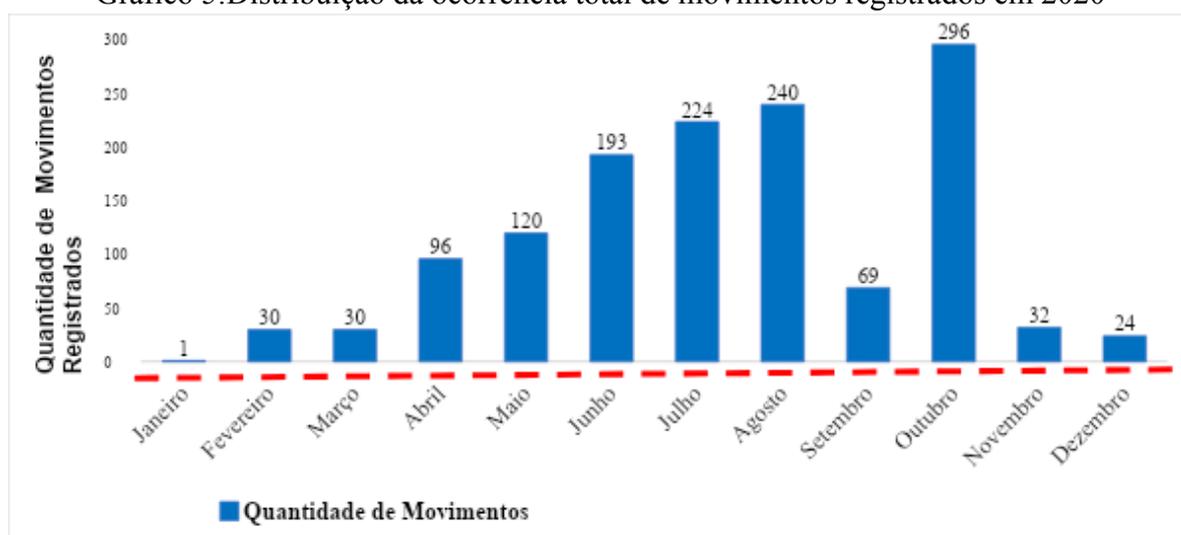
¹⁷ Os trabalhos começaram no decorrer de fevereiro de 2020, a única notícia para o mês de janeiro veio em decorrência da destinação de outros espaços.

Nesse sentido, serão apresentados no decorrer desse tópico, informações extraídas desta tabela, assim como, a tentativa de expressar a partir de gráficos, tabelas e mapas, ainda que de forma inicial, a distribuição espacial das ações práticas ou sofridas pelos movimentos, da mesma forma, busca apresentar as estratégias e reações desenvolvidas pelos movimentos socioespaciais e territoriais frente aos que disputam com eles, seus territórios, delimitando os principais causadores de conflitos e áreas onde estes têm ocorrido com maior frequência.

Questões relacionadas à água já foram abordadas nesse trabalho, passando pelos debates que vêm sendo desenvolvidos pela ciência a respeito do tema, e das diferentes concepções que esta assume a partir dos múltiplos processos e relações sociais. Sua importância é inquestionável, desde sua utilidade para manutenção da vida e de todos os ecossistemas, como para desenvolvimento econômico e de soberania nacional e cultural, pois é um elemento importante para continuidade de diferentes ritos, religiosidades, crenças e modos de vida, que disputam contra atores hidro-hegemônicos a continuidade de suas ações, que se encontram materializadas no espaço e no território.

Em decorrência disto, a importância da leitura geográfica pautada nos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, pois estes permitem compreender as dinâmicas existentes sobre os espaços e territórios. O Gráfico 5 a seguir, traz a distribuição por meses de ocorrência dos movimentos.

Gráfico 5: Distribuição da ocorrência total de movimentos registrados em 2020



Fonte: REDE DATALUTA.
Organização: Nelson Gabriel da Silva Bria.

O Gráfico 5 apresenta a distribuição por meses da ocorrência de movimentos registrados na base de dados, a média ficou em torno de 112 movimentos por mês, puxados para baixo pela falta de dados para o mês de janeiro. Além destes destacados, outros foram filtrados e colocados como outras instituições, podendo citar como exemplo destes, os ministérios públicos em suas várias esferas.

O salto na quantidade de movimentos é resultado de ações conjuntas, pelas quais, esses passam a reivindicar e denunciar ações sofridas. Essas se apresentaram como uma importante estratégia de defesa dos movimentos, que será melhor abordadas à frente. Voltando a distribuição, três tipos de movimentos podem ser vistos a partir de sua atuação, como destacado por Fernandes (2005) como isolados, territorializados ou especializados.

Os movimentos socioterritoriais isolados, são aqueles que sua atuação é limitada por escalas de atuação, suas ações incidem sobre determinada microrregião ou num espaço geográfico equivalente. É importante frisar, que estes são vistos como isolados, não por não terem relações com outros movimentos e ou instituições, mas em decorrência das suas lutas se limitarem a espaços geográficos restritos (FERNANDES, 2005).

Dentro dessas premissas, despontam movimentos de bairro, cidades, ou de áreas mais restritas, como comunidades. Os movimentos aqui, pautam sua atuação como resposta direta aos impactos sofridos ou reivindicações sobre seus territórios imediatos, e quanto a gênese deste, sua atuação pode ser pontual ou espaçada no tempo, e os processos de estruturação podem levá-lo a formasse como movimento espacializado ou territorializado, pois estes partem dessa base.

O movimento "Rola Moça Resiste!" É um exemplo a partir dos encontrados pela base de dados, sua atuação ocorre localmente em Casa Branca, distrito de Brumadinho, onde a população se reunia para impedir a volta da mineração no Parque Estadual da Serra do Rola Moça. Após diversas ações, moradores de cidades que abrangem o parque, como Ibitité, Nova Lima e Belo Horizonte juntaram-se à causa. O parque é estratégico por conter recursos minerais e muitas nascentes, e o conflito aqui, parte desse embate. Esse movimento pode ser categorizado como atingidos pela mineração, embora seu alcance e foco seja restrito, suas pautas podem ser vistas em outros movimentos de atingidos pela mineração.

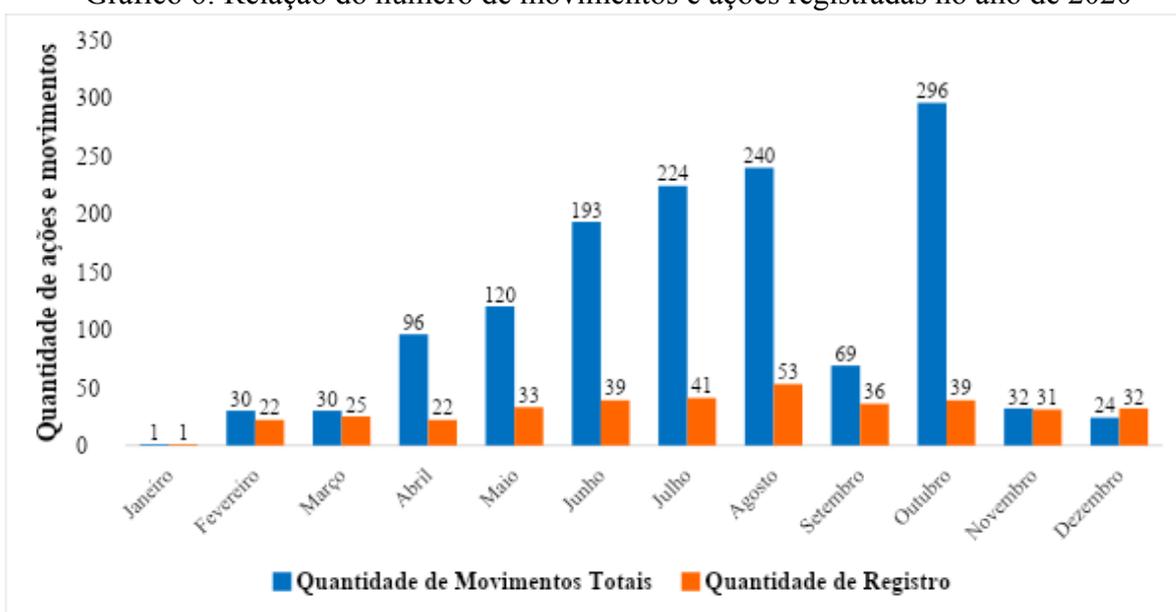
Esse movimento tem o objetivo muito definido e suas ações pautam-se sobre uma fração delimitada do espaço. Outros, formados por ribeirinhos, pescadores, camponeses,

povos indígenas e comunidades tradicionais também podem ser vistos a partir dos dados dispostos na base com caso de movimentos isolados, embora não se limitem a apenas essa modalidade. Este exemplo foi resgatado, para observação de um caso concreto de sua ocorrência.

Outros movimentos observados têm um alcance nacional de suas pautas e ações, estes produzem uma rede de relações como estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Esses movimentos socioterritoriais ao territorializar, rompem com a escala local, isso não quer dizer que não atuem em frações do espaço, mas sim, que estes que um dia nasceram como movimentos isolados, tornam-se territorializados a partir de diversos processos que levam a essa transformação, e como resultado, passam a ampliar suas ações e dimensionam seus espaços (FERNANDES, 2005).

Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) são exemplos vistos e percebidos a partir da base de dados, inclusive figurando entre os mais atuantes. Estes estão presentes em todos os Estados brasileiros, com agendas de lutas em diferentes escalas, para além disso, outros movimentos unem-se a estes e outros territorializados, tanto fortalecendo suas ações, como apoio em diferentes escalas, o que gera uma rede de colaboração entre os movimentos. O próximo gráfico, demonstra a distribuição de movimentos e quantidade de ações registradas.

Gráfico 6: Relação do número de movimentos e ações registradas no ano de 2020



Fonte: REDE DATALUTA.
Organização: Nelson Gabriel da Silva Bria.

O Gráfico 6 apresenta a relação de quantidade de movimentos e ações, o número de movimento tende sempre a ser maior, em primeiro lugar, pela possibilidade de ser uma ação coletiva, ou seja, com mais de um movimento lutando por uma mesma causa. Em segundo lugar, ocorre uma questão, em certos casos, observa-se quase todos os critérios pré-definidos para sistematização dos movimentos e ações são vistos nas notícias, menos o nome deste, em virtude disso, a tabela traz em alguns casos a denominação de N.I, tanto para esse caso, quanto para embora exista o movimento, a matéria analisada no destacou seu nome. Em ambos os casos, não se pode negar o fato da ação, essa é a geradora de incontáveis processos, com desdobramentos variados.

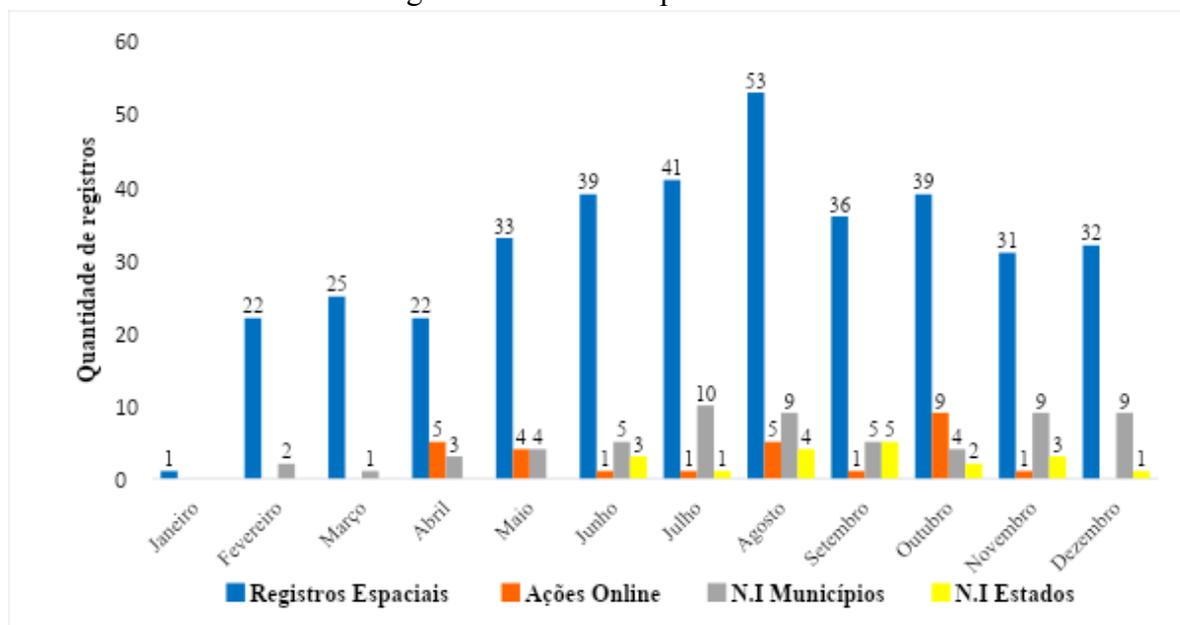
Estas não surgem do acaso, e sim, de dinâmicas sobre espaço e tempo, que resultam em processos mais amplos. Que tendem para um lado ou outro, haja vista, que ações são pensadas e praticadas tanto pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, como pelos atores hidro-hegemônicos. Logo, entender os objetivos dessas ações é um ponto central no caminho de compreender os conflitos hídricos brasileiros. Haja vista, que cada uma é produzida a partir de procedimentos racionais e lógicos, que se espacializam no tempo e no espaço. Por isso a lógica-racionalidade espaço-temporal proposta por Sobreiro Filho (2016) é uma maneira eficiente de compreender esses processos. Esses pensamentos sobre os objetivos das ações, serão mais bem abordados à frente.

O próximo gráfico apresenta a distribuição de registro, distribuídos por ações que têm registro espaciais, online, ou que não informaram municípios ou estados. Registros espaciais, referem-se aquelas que trazem no corpo da notícia informações de localização das ações, como lugar onde ocorreu, município e estado. As ações online foram uma nova modalidade de práticas desenvolvidas pelos movimentos, especialmente a partir da pandemia da Covid-19. N.I municípios e estados, destacam a não citação de um destes, ou seja, não foram informados nos textos analisados.

O Gráfico 7 dispõe das formas que os registros conseguiram capturar, é importante destacar alguns pontos da relevância deste. Primeiro por trazer dados que os mapas não mostrariam, como o caso das ações online ou que não destacaram os municípios ou estados de ocorrência. Isso significa que um mapa acabaria não conseguindo dimensionar esse fato, pois essas ações online ou N.I não podem ser representadas cartograficamente, embora tenham ocorrido espacialmente. Cerca de 88 registros foram deslocados, embora tenham ocorrido. Apesar do gráfico apresentar um total de 107 registros, as notícias que não delimitam os

estados, de igual forma, não registram os municípios, por isso acabam sendo subtraídas e chegando ao valor de 88 registros.

Gráfico 7: Registros distribuídos por forma de ocorrência



Fonte: REDE DATALUTA.
Organização: Nelson Gabriel da Silva Bria.

Outro aspecto, foi o desenvolvimento de ações online, muito em virtude das consequências da pandemia da Covid-19, mas que trouxe ainda mais possibilidades para os movimentos, partindo do princípio da capacidade de transmissão de informações, possibilitando tanto informar ou cobrar quanto a possíveis situações ocorridas em seus territórios, para além disso, essas ações online permitiram um maior alcance e visibilidades das pautas e ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, bem como, a cooperação com outros atores e movimentos de outros países, fato dificultado sem o advento da tecnologia, que foi ainda mais territorializado durante o período pandêmico. Nem todos os movimentos podem se valer desse mecanismo, mas aos que é possível, vem sendo uma importante ferramenta em suas mãos, acima de tudo, para denunciar e reivindicar.

A Tabela 3 a seguir, apresenta a distribuição da ocorrência de ações pelos Estados Brasileiros e por macrorregiões. É importante deixar claro, que o número total de ações, 410 é maior do que o de registro, esse fato ocorre pela possibilidade de uma mesma ação pode ocorrer em mais de um estado de forma simultânea. A região Sudeste, desponta como área onde existe a maior instabilidade hídrica, percebida pelo banco de dados. Muito em virtude de Minas Gerais e as diversas disputas contra barragens, mineração, dentre outros, outro fator, são as diversas batalhas para reparação de danos provocados pelos rompimentos de barragens,

como de Brumadinho e Mariana, que até o presente momento, diversas famílias ainda não receberam o que tem direito.

Tabela 3: Número de registros de ações por estados e macrorregiões brasileiras em 2020

REGIÃO/UF	Nº DE OCORRÊNCIAS	%
NORTE	67	16,34%
AC	5	1,22%
AM	17	4,14%
AP	3	0,73%
RO	8	1,95%
RR	3	0,73%
PA	30	7,31%
TO	1	0,24%
NORDESTE	82	20%
AL	7	1,71%
BA	16	3,90%
CE	15	3,65%
MA	4	0,97%
PB	9	2,19%
PE	17	4,15%
PI	3	0,73%
RN	6	1,46%
SE	5	1,22%
CENTRO OESTE	42	10,24%
DF	27	6,58%
GO	2	0,49%
MS	4	0,97%
MT	10	2,44%
SUDESTE	138	33,65%
ES	24	5,85%
MG	88	21,46%
RJ	19	4,63%
SP	7	1,71%
SUL	27	6,58%
PR	5	1,22%
RS	19	4,63%
SC	3	0,73%
Online	26	6,34%
N.I	28	6,82%
TOTAL	410	100%

Fonte: REDE DATALUTA.
Organização: Nelson Gabriel da Silva Bria.

Ainda na região Sudeste, o Espírito Santo aparece como quarto no número com mais ações, para além das questões como desdobramentos dos rompimentos de barragens, que também afetaram o estado, o fator de encontra-se no litoral adiciona mais elementos com advento das disputas em territórios pesqueiros, da exploração de petróleo, da construção de infraestruturas em áreas de preservação, como portos e de aspectos relacionados ao seguro defeso.

As principais disputas vistas no Rio de Janeiro e São Paulo, também respondem a processos que os pescadores estão inseridos, e questões de privatização dos serviços de saneamento e abastecimento, e no caso do Rio de Janeiro a exploração do petróleo é um fator que gera conflitos, tanto pelos processos de desterritorializações que este provoca, quanto pelos impactos que esse causa. As relações existentes sobre a região Sudeste, envolvem uma complexidade de atores, que atuam em diferentes frentes, do lado dos movimentos, como formas de resistências, do lado do capital, como homogeneizador de espaços a serviços do acúmulo financeiro.

A região Nordeste é a segunda com mais ações registradas, majoritariamente, ocorrendo no litoral, associados à dinâmica pesqueira. Os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco concentram a maior parte das ações capturadas. Quanto ao objetivo desta, partem do embate com o segmento da pesca industrial, e da conflitualidade existente nos processos de seguro defeso e da contaminação da costa pelo derramamento de óleo e os impactos produzidos por esse. Foi perceptível uma grande organização de movimentos pesqueiros, que estruturam suas pautas e ações a nível, local, regional ou nacional, na busca pela salvaguarda de seus territórios, direitos e modo de vida.

O Estado do Pará desponta como segundo estado com mais ações, essas surgem dos diversos processos vistos e vividos no estado, desde impactos provocados pela mineração a conflitos entre ribeirinhos e grileiros de terras, assim como, resultado da construção de hidrelétricas e seus desdobramentos. A região amazônica como um todo, sofre com essas questões, e mais uma, que tem inserido e gerado disputas, o tráfico de drogas, que tem atuado e gerado inúmeros conflitos com ribeirinhos e povos indígenas, que utilizam os rios e territórios destes povos para transporem os produtos traficados por este. Soma-se a estes, os garimpeiros, fazendeiros e grandes empresas como grandes responsáveis pelos conflitos na região.

Na região Centro Oeste, Brasília desponta como uma importante cidade para realizações de lutas, tendo em vista, que concentra as principais instituições de comando e tomada de decisão, e por isso, os movimentos, passam a pensar ações executáveis no território federal. Essas podem ocorrer de diversas formas, seja com diálogos com instituições e atores políticos, com ocupações, manifestações, dentre outras estratégias praticadas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas. Embora essas ações ocorram fora dos respectivos territórios, seus desdobramentos incidem sobre estes, ou seja, os movimentos passam a espacializar suas ações para além de seus territórios, com objetivos de salvaguardar o mesmo.

Isso significa dizer, que estes movimentos das águas, constroem estratégias para além de seu espaços imediatos, pois entendem, que atuando em espaços estratégicos, podem ter sua reivindicações e pautas atendidas, ou se não atendidas, tornam estas perceptíveis a todos, trazem o conflito dos territórios (que em muitos casos, são invisíveis para maioria da população) para os centro de tomadas de decisão, onde a mídia e as redes sociais apropriação e ao adicionam nos respectivos veículos, globalizam as ações praticadas pelos movimentos, gerando assim, uma nova maneira de atuar.

As ações captadas da região Sul, vem pautando em questões ligadas a pescadores, atingidos por barragens e ações coletivas de solidariedade. Essas ações são resultado da ação coletiva ou individual de movimentos, que constroem um conjunto de práticas que objetivam o bem coletivo, como doação de donativo, muito visto no período pandêmico. Os conflitos pesqueiros são fatores presentes, bem como, questões ligadas ao seguro defeso.

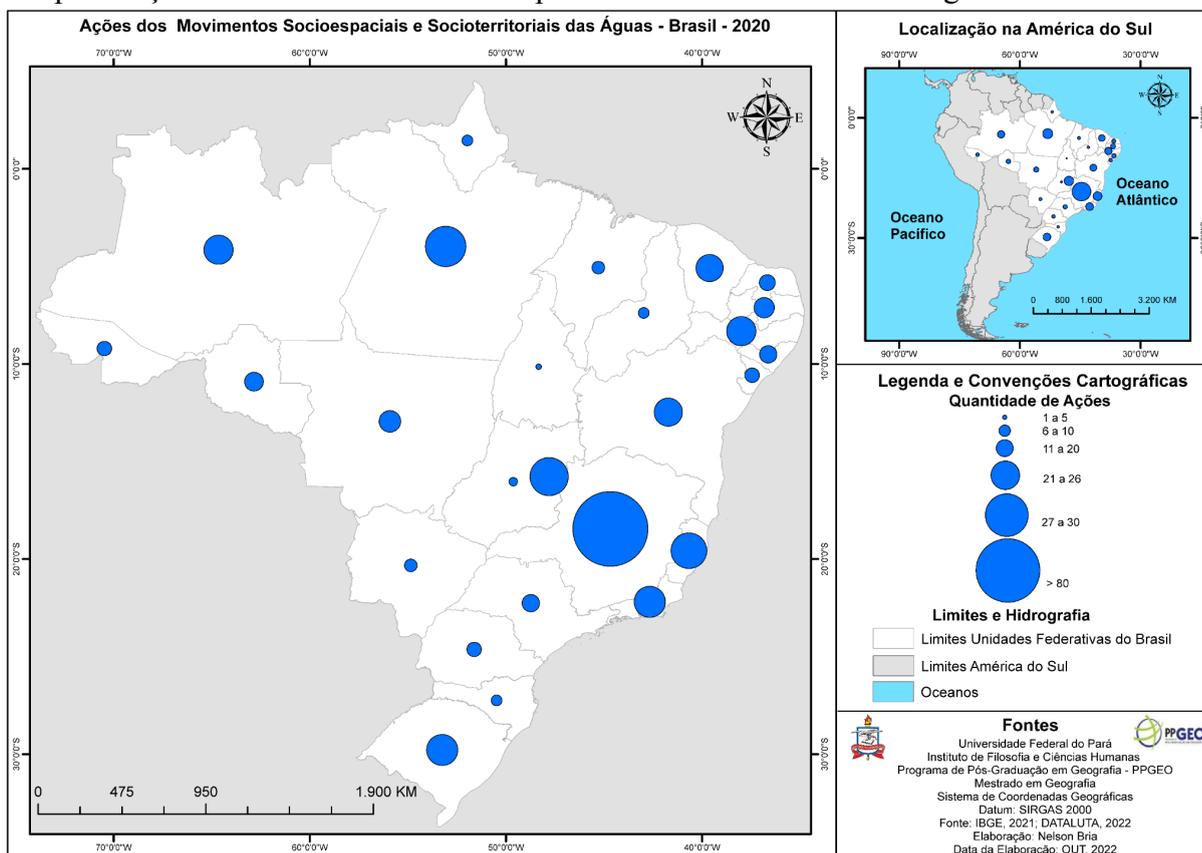
Os atingidos por barragens, sobretudo, pelas produzidas por hidrelétricas, mostraram-se como importantes atores frente às crescentes ações produzidas pelas hidrelétricas, para além de manifestações, sua atuação baseou-se em reivindicações pautadas em outras coisas, na diminuição da tarifa de energia para os que estão tanto dentro da zona de influência das barragens, quanto fora, pois para estes, os impactos não ocorrem apenas nas imediações das usinas/barragens, mas em todo espaço.

Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, sobretudo, os segundo que disputam os territórios e entendem esse como fundamental para a reprodução e manutenção de suas relações, este tem se mostrado como importante atores nos processos de organização de pautas comuns, transformando-as em pautas coletivas de ações. Essas lutas extrapolam seus grupos, e objetivos melhorias para sociedade com um todo, principalmente os movimentos

territorializados, com um alcance nacional, que constroem uma agenda de lutas coletivas, atuando em diferentes escalas e frentes, mas fundamentam suas ações na transformação da ordem vigente.

Dentro desse cenário, o mapa a seguir destaca os estados com mais ocorrências de ações, sejam estas sofridas ou praticadas, esse possibilita espacializar as informações contidas nos gráficos e nas tabelas, facilitando assim, a verificação de espaços/territórios mais disputados. Tendo em vista, que toda ação, resultará em uma (re)ação ou contra-ação, seja do lado dos movimentos, quanto dos atores hidro-hegemônicos. Essas se especializam sobre os espaços e por isso é relevante estudá-las como base para o entendimento dos processos e dinâmicas sobre os diferentes espaços.

Mapa 2: Ações dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais das Águas - Brasil - 2020



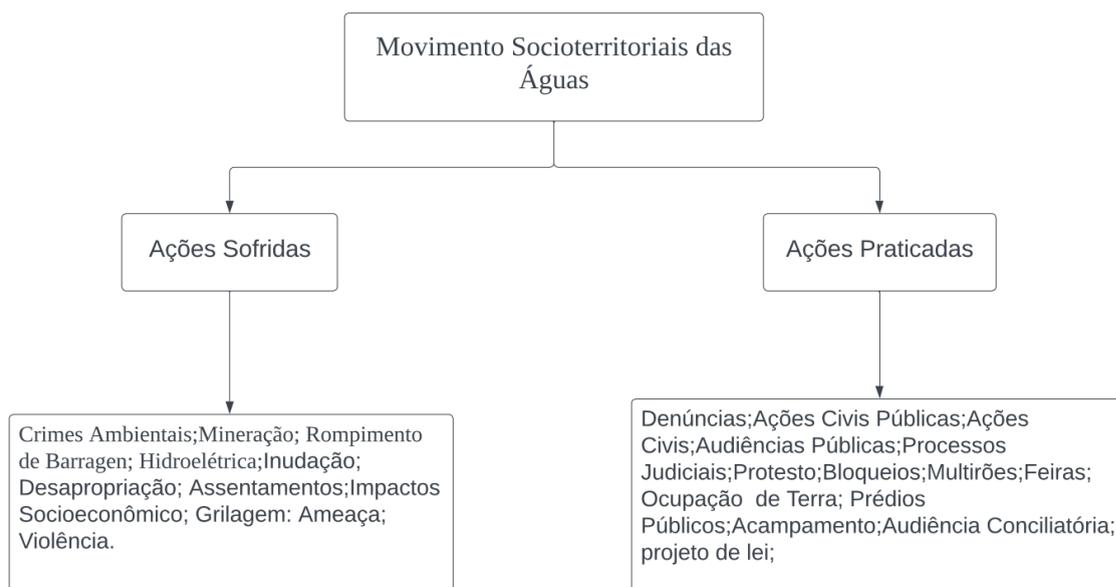
Fonte: REDE DATALUTA.
 Organização: Nelson Gabriel da Silva Bria.

O Mapa 2 atesta a ocorrência de ações em todos os Estados brasileiros, é um fato que vai além dos dados disponibilizados pela CPT e vistos no Mapa 1. Isso pois, essa nova metodologia que vem sendo construída, permite alcançar os mais variados espaços, e com

isso, capturar o maior número possível de ações, possibilitando assim, uma dimensão nacional dos embates relacionados às águas.

A seguir, observa-se a partir da Figura 3 um organograma com as principais ações sofridas e praticadas pelos movimentos socioterritoriais.

Figura 3: Organograma das ações sofridas e praticadas pelos movimentos



Organização: Nelson Gabriel da Silva Bria.

A Figura 3 destaca as principais ações sofridas e praticadas pelos movimentos socioterritoriais das águas, de um lado, observa-se questões relacionadas a impactos direto sobre os territórios e seus residentes, bem como, aos diferentes ecossistemas existentes nestes. Do outro, as ações de defesa, reação ou reivindicações aos quais os movimentos passam a construir, seja em conjunto por meio de ações coletivas ou individualmente ou de forma colaborativa com outras instituições.

As diferentes ações, sejam sofridas, quanto praticadas, espacializam-se no tempo e no espaço, podendo assumir diversas formas, de acordo com o propositor. Assim sendo, ações como construção de obras hidráulicas, como barragens, transposições, minerodutos, dentre outros, deixam materializadas no espaço, um conjunto de formas, estas por sua vez, geralmente, são antagônicas as preexistem, ou por si só, gera conflitos, nascido da diferenciação de lógicas envolvidas nessas dinâmicas, eles nascem dos processos por essas

obras geradas como, desterritorialização, desmatamento, contaminação, dentre outras ações que resultam dos processos de construção e espacialização desses projetos, que vão além de simples obras ou equipamentos infra estruturais, é uma forma de homogeneizar os espaços a sua lógica, além de exercer o controle e dominação sobre os demais, isso significa dizer, que as ações sofridas, em alguns casos, podem ser resultados da tentativa do controle territorial e não apenas dele, mas do controle das pessoas.

O Quadro 3 apresenta uma tentativa de delimitar as ações praticadas pelos movimentos em grupos.

Quadro 3: Tipos de ações praticadas pelos movimentos

Grupo I	Espaços de convergências e estratégias	Reuniões; Assembleias; Encontros; Festivais; Seminários; Exposições; Conferências; Fóruns; Cerimônias; Campanhas; Jornadas;
Grupo II	Ofensivas e defensivas	Ocupações de terra; Ocupações de prédios públicos; Protestos; Marchas; Acampamentos; Mutirões; Feiras; Bloqueios; Suspensão organizada de atividades; Cartas Abertas; Notas Públicas; Notas de Repúdios; Carreata.
Grupo III	Jurídicas	Petições; Denúncias; Processos Judiciais; Ações Cíveis Públicas; Audiências Públicas, Projeto de lei; Normativa; Protocolo; Audiência Conciliatória; Pedido de Liminar; Requerimento; Reivindicações; Matriz de Danos; Solicitações;
Grupo IV	Outras	Lives; Inspeção Técnica; Arrecadação de alimentos; Acordo de Cooperação Técnica; Mutirões de Limpezas de corpos d'água; Lançamento de cartilha; Ações Sociais;

Organização: Nelson Gabriel da Silva Bria.

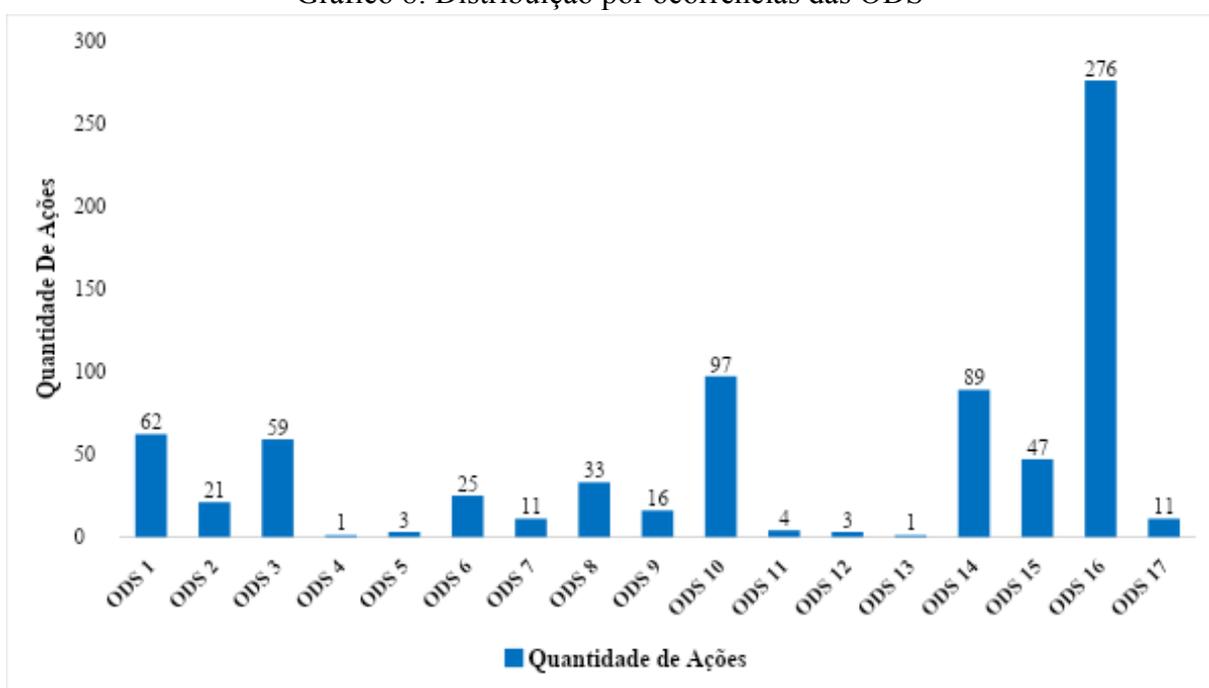
Esses grupos aglutinaram as ações, cabe a ressalva, não está se realizando uma categorização das ações, e sim, sua organização dentro de áreas comuns. Dito isto, é possível observar quatro grupos, sendo (1) Espaços de convergências e estratégias; (2) Ofensivas e defensivas; (3) Jurídicas; (4) Outras.

O primeiro grupo apresenta a algumas formas de organização coletiva, pautadas na construção que passa pela elaboração de pautas comuns, ou assumindo caráter de elaboração e transmissão de conhecimentos. O segundo, são ações coletivas ou restritas aos movimentos, que são pautadas em ações de efetivas sobre os espaços, como as ocupações e manifestações. Ou a elaboração de cartas abertas, notas de repúdio e afins, que estes produzem para defenderem de ações sofridas. O terceiro grupo traz o processo de judicialização das pautas,

ou seja, a pauta deixa de ser uma ação concreta sobre o espaço/território e torna-se uma ação jurídica, que qual, os movimentos se instrumentalizam para pleitear seus direitos, essas ações, em suma, ocorrem com a cooperação com outras instituições, como os ministérios públicos. O quarto grupo, apresenta as ações que não foram inseridas nos anteriores, dentre estas, pode haver campanhas de conscientização sobre poluição e uso equilibrado dos recursos hídricos, mutirão de limpeza de rios, arrecadação de alimentos, dentre outras.

Observou-se que algumas ações estão relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, proposto pelas ONU.

Gráfico 8: Distribuição por ocorrências das ODS



Fonte: REDE DATALUTA.
Organização: Nelson Gabriel da Silva Bria.

O Gráfico 8 apresenta distribuição de ocorrências de ações ligadas às ODS, das 17 apresentadas evidenciamos 12 que tiveram ao menos 11 aparições. Entre as, mas percebidas, a ODS 1 diz respeito à erradicação da pobreza em todas as formas e em todos os lugares. ODS 2, Fome zero e agricultura sustentável, passa pela erradicação da fome e promover a agricultura sustentável. ODS 3, Saúde e Bem-Estar: busca garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. ODS 6, Água potável e saneamento: busca a garantia da disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos. ODS 8, Trabalho decente e crescimento econômico: procura promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o

trabalho digno para todos. ODS 10, Redução das desigualdades: consiste na redução das desigualdades no interior dos países e entre países. ODS 14, Vida na água: objetiva a conservação e uso de forma sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. ODS 15, Vida terrestre: passa por proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade. ODS 16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes: busca promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.

As ODS 6 e 14 tem ligação direta com os recursos hídricos, passando por aspectos relacionados aos usos e formas de gestão e governança deste. Mas os outros mais citados, ajudam a ter um dimensionamento das pautas levantadas pelos movimentos, com erradicação da pobreza, bem-estar e saúde, trabalho decente e crescimento econômico, redução das desigualdades, paz e justiça e instituições eficazes. São alguns exemplos, estes não surgem do nada, mas sim, das diversas inter-relações sociais existentes no tempo e no espaço, transforma esse a partir dessa dinâmica, em suma, são frutos de processos contestados, ou seja, das diferentes disputas.

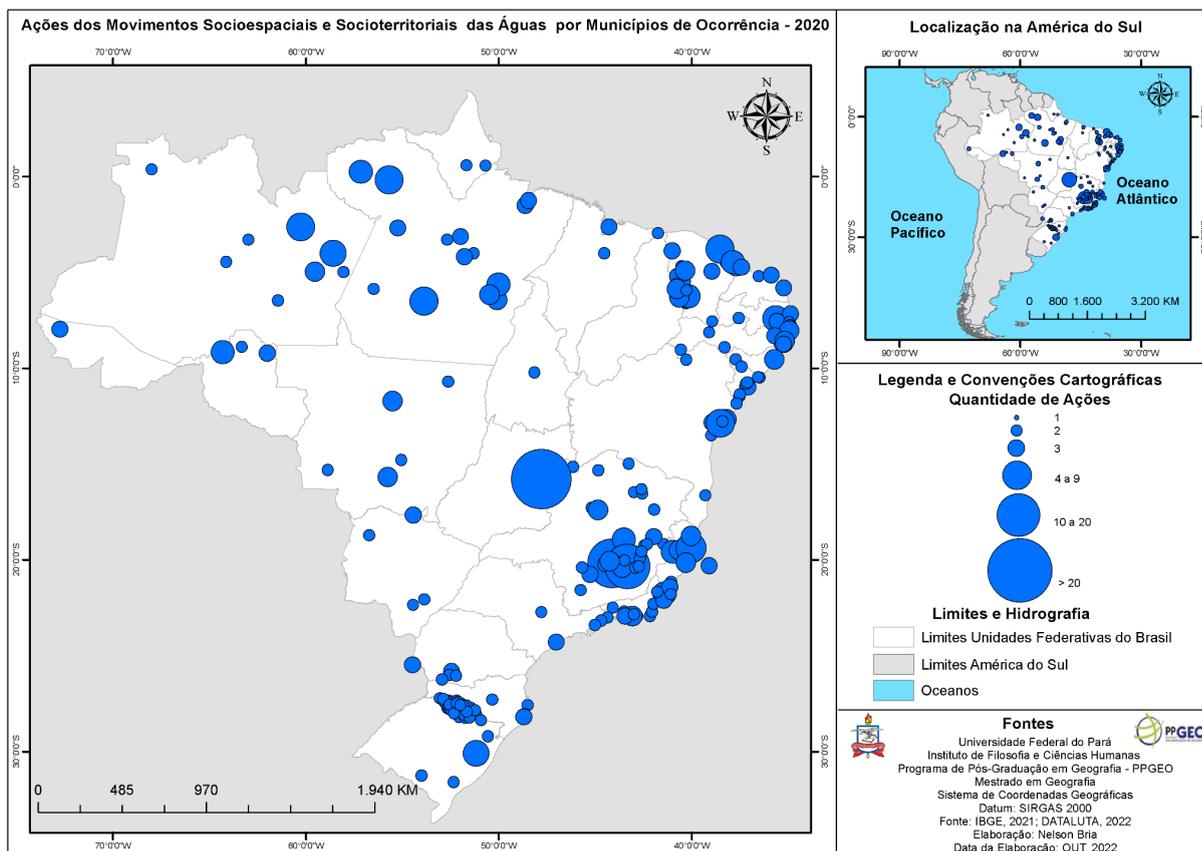
As ações demonstram que os movimentos não estão preocupados apenas com a manutenção de seus territórios, suas pautas estão baseadas principalmente em ações de transformação social, como resultados das interações políticas por estes produzidos, evidente que nem todos os movimentos têm esse foco, como os movimentos isolados, mas suas ações também correspondem pautas e práticas de movimentos territorializados. Essas diferentes ações, são os resultados de processos complexos, pelos quais, tanto os movimentos, quanto os atores hidro-hegemônicos, buscam apropriar-se do espaço de interesse.

Em virtude disso, as ações tornam-se importante para o entendimento dos diversos processos e dinâmicas sobre os espaços e territórios. Tendo em vista, que estas deixam marcar materializar, essas podem ser lidas e compreendidas por metodologias diversas, principalmente, dentro da ciência geográfica, que ver no espaço e no território, importantes ferramentas para leituras das relações sociais.

O Mapa 3 a seguir, apresenta a espacialização dessas ações por municípios de ocorrência, por meio deste, é possível visualizar onde vem concentrando o maior número de ações, destaca-se, que essas podem ser tanto sofridas, quanto praticadas. E como, as

praticadas em suma, são uma contra-ação, ou seja, uma resposta a uma ação sofrida, possibilita neste momento, aglutinadas em um mapa, para objetivo de observar a distribuição espacial destas no território brasileiro.

Mapa 3: Ações dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais das Águas por Municípios de Ocorrência - 2020



Fonte: DATALUTA.
 Organização: Nelson Gabriel da Silva Bria.

É perceptível a contração das ações em regiões específicas, a faixa do litoral brasileiro apresenta uma grande quantidade de ações, bem como, na região Sudeste, sobretudo, com Minas Gerais e as diferentes disputas contra mineração, barragens e outros atores hidro-hegemônicos. Na região amazônica, os conflitos estão bem espaçados, mas é possível ver pontos de concentração de ações, como no Pará e Amazonas. Embora o mapa não apresente casos registrados para todos os estados, esse fato, como já explicado anteriormente, é resultado da não informação do local da ocorrência da ação nas matérias analisadas, o Mapa 2 vem complementar esse, com a distribuição de ocorrências por unidades da federação.

Os três mapas apresentados no capítulo apresentam a distribuição de conflitos e ações espalhados nacionalmente, sejam por dados da CPT ou da REDE DATALUTA. As informações contidas nestes, apresentam dinâmicas diferentes, como maior ocorrência em estados, como visto no Mapa 1, entretanto a lacuna existente neste, é superada nos mapas seguintes, como a ocorrência em todos os estados e com maior incidência em regiões específicas. A inter-relação dos mapas e seus dados, contribui para observar a espacialização dos conflitos e dinâmicas relacionadas aos atores envolvidos nas disputas hídricas brasileiras.

Os atores hidro-hegemônicos vistos a partir da base de dados, são grandes empresas dos segmentos da mineração, agronegócio e energia, bem como, o Estado, em suas diferentes esferas e instituições. Esses produzem dinâmicas sobre os territórios e seus recursos, seja para seu controle, quanto para sua exploração. Para além disso, o controle de pessoas passa a ser regido pelas ações desses atores, pois a partir da implantação desta, transformam os territórios e todos os que nele estão inseridos, sejam seres humanos quanto os diferentes ecossistemas.

Um exemplo disto, é o resultado da construção de barragens, que incidem de diferentes formas e deixam marcas nos diferentes ocupantes destes territórios, seja por meio de desterritorializações e processos de realocação forçada, inclusive tirando povos tradicionais das margens dos rios e florestas, para alocação em assentamentos urbanos, por vezes distantes dos rios, o qual, serviu de base para construção das diversas relações sociais que dão base a identidade destes povos. Por isso, destaca-se aqui, tais ações também podem e devem ser lidas como práticas de controle de pessoas, que passam a ser controladas de acordo com as necessidades dos atores hidro-hegemônicos.

Em decorrência disto, os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, despontam como importantes atores hidro-hegemônicos, ou seja, que buscam transformar a ordem vigente imposta pelos atores que detém o poder. A inter-relação desses processos resulta nos conflitos. Os quais são produtos resultantes das diversas ações praticadas e sofridas no espaço/território.

As bases lançadas neste trabalho, ainda que de forma inicial, ajudam a entender esse processo complexo, por um novo olhar, a partir das ações sofridas e praticadas pelo movimento socioespacial e socioterritorial. Muito precisa ser feito, mas o processo de construção e aperfeiçoamento constantes da metodologia de trabalho, proporcionará que trabalhos futuros provenientes desta, possam dar conta de ampliar os debates aqui iniciados. Sendo assim, esse trabalho não termina aqui, mas sim, em um processo constante, tendo em

vista, que as ações e conflitos são dinâmicos e a todo tempo, estão ocorrendo e se espacializado, por isso, seus estudos devem ser continuados.

4.2.3 Movimentos das águas e águas em movimento: Uma reflexão inicial.

É importante destacar, que a noção assumida por movimentos das águas no presente trabalho, é desta como forma natural dos diferentes fluxos de água, não como sinônimo de ciclo hidrológico, que considera as diferentes fases pelas quais esta passa no decorrer do tempo. A proposta aqui destacada, é dos fluxos livres, os quais passam a ser apropriados de diferentes formas, com diversos usos. Nessa noção, a água é livre, ou seja, ainda que ela seja utilizada, seu fluxo não é modificado, ou seja, segue sempre o mesmo curso, sua utilização é regida pela capacidade que cada grupo possui em captar está.

Essa perspectiva, do fluxo natural da água, entendida aqui como movimento das águas, fornece um conjunto de possíveis análises a serem realizadas, que passam pelas diferentes concepções que a água assume e múltiplas relações sociais existentes nos diversos espaços e territórios. Os movimentos das águas, regem também os processos sociais de apropriação desta, tendo em vista, que sua localização espacial, qualidade, abundância ou escassez, dentre outros fatores são determinantes na instalação de aglomerados humanos.

Por outro lado, as águas em movimento, são resultados dos diferentes processos de controle e governança desta, sua localização espacial ou qualidade não é mais um fator, e sim, a capacidade de captar e tratar a mesma. Nessa noção, a água tem seu fluxo restrito e gerido pelas necessidades das elites e nações hidro-hegemônicas. As disputas dentro desta perspectiva são maiores do que na anterior, pois a água não pertence a todos, mas sim, aqueles que detém condições de controlá-la por meio de infraestruturas hidráulicas, geopolíticas ou pelo domínio militar.

A água deixa de ser um bem natural de todos, para torna-se um recurso estratégico nas mãos de poucos. A diferenciação entre movimento das águas e águas em movimento parte, em primeiro lugar, do incremento de formas de modificar o fluxo natural da água, como barragens, desvios, dentre outros. Essa possibilidade de controlar os fluxos a sua necessidade, faz com que, elites e nações hidro-hegemônicas produzam um conjunto de ações, que visão além de suprir suas necessidades, controlar o acesso da a água e seus recursos, por outros grupos sociais.

É um fato comum entre ambas a existência do conflito, a diferença parte de como esses ocorrem. No movimento das águas, essa é disputada espacialmente, isso quer dizer, que

nessa perspectiva os conflitos ocorrem, sobretudo, por melhores posições geográficas para consumo da água. Já em águas em movimento, os conflitos surgem de processos complexos, tanto materiais, quanto imateriais, pois esse também é ideológico, político, cultural, tendo em vista, que as diferentes disputas incidem de diversas formas sobre os espaços e territórios e seus ocupantes. Nessa perspectiva, com o fluxo é controlado, uma nação por exemplo, pode bloquear o fluxo natural do rio, ou construir desvio que causem diminuição do seu volume, o que causaria diversos impactos, sejam eles ambientais, sociais e geopolíticos, haja vista, que aquelas nações a jusante, sofreriam com a redução ou interrupção do fluxo natural.

Assim, nota-se que o movimento das águas está mais direcionado aos povos e comunidades tradicionais, e todos aqueles que entendem a água para além do recurso. Em contrapartida, as águas em movimento são resultados dos processos de valoração da água, e das necessidades estratégicas e de soberania nacional que ela assume. Essas reflexões iniciais, estão alinhadas na busca pelo entendimento dos diferentes processos e dinâmicas existentes nas relações de apropriação, diferenciação de uso e concepções que a água assume para cada grupo social. Os pensamentos ora lançados, precisam e devem ser mais bem descritos e compreendidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os debates travados neste trabalho, buscaram entender os diferentes processos aos quais as disputas pela água estão inseridas. Nesse sentido, a pesquisa bibliométrica e sua posterior análise forneceram condições para a observação de como a ciência vem produzindo a respeito dos conflitos hídricos a nível mundial. Não apenas das formas, mas dos diversos processos e concepções que a água assume para cada um dos que a disputam.

Nessa direção, foi possível observar dinâmicas resultantes dos processos de apropriação e diferenciação de usos e concepções da água, percebendo a existência de atores hegemônicos, que buscam o controle desta para satisfazerem suas necessidades e manutenção de seu poder, que confere a estes atores, o status hidro-hegemônicos, que passa pela construção de um conjunto de ações, as quais podem ser vistas desde a construção de infraestruturas hidráulicas a ocupação militar. Os processos relacionados às disputas pela água são complexos, advindos da soma de fatores resultantes dos espaços e territórios que estão inseridos.

As dinâmicas resultantes destes processos, materializam-se de diferentes formas, em cada espaço, respondendo a múltiplas dinâmicas que estão inseridas neste, como sociais, políticas, econômicas, religiosas, dentre outras. Essa diversidade leva a diferentes processos conflituosos, nascidos de contestações, sejam daqueles que buscam acesso ou controle do recurso ou dos que buscam a manutenção e salvaguarda desta. Em cada espaço, essas relações de disputas assumiram características únicas, embora em alguns casos, possam ter semelhanças, sobretudo, quando relacionadas a processos de internacionalização e mercantilização da água.

Dentro dessas perspectivas, a água passa a ser vista e entendida como um recurso, ou seja, como um produto com valor financeiro, assim sendo, seu controle visa atender a necessidade do mercado, seja para consumo direto, ou para abastecer a indústria, produção de energia, mineração e o agronegócio, esse último, o maior consumidor de água do mundo. Ao inserir essa concepção que entende a água como um recurso de valor econômico nos diferentes espaços/territórios, cria-se uma relação conflituosa, nascida da diferenciação de visões/conceitos que a água assume para cada grupo social.

Os conflitos hídricos não se limitam apenas aos processos de diferenciação de concepções, mas são parte do processo, que somados a diferenciação de usos, são os

responsáveis por grande parte das dinâmicas conflituosas, que são produzidas a partir destes. Dentro desse cenário, é possível observar os produtores dos conflitos e afetados. Quando pensasse em produtores de conflitos, de forma geral, observa-se a atuação de atores hidro-hegemônicos, que podem ser vistos em grandes grupos capitalistas e Estados Nacionais, que atuam em escalas transfronteiriças, internacionais, regionais, de forma mais local, despontam as elites regionais, empresas e as diferentes esferas do Estado. Do outro lado, as populações que margeiam os recursos hídricos, são as mais afetadas, estes podem ser visto nas populações tradicionais, indígenas e demais grupos sociais que vivem próximos ou dentro das áreas de interesse do capital.

Entretanto, os conflitos não impactam apenas os grupos que estão inseridos dentro dos espaços/territórios em disputa, esses sofrem de forma direta, ou seja, perdem seus territórios e consigo, toda sua construção social, produzidas no decorrer de sua organização, mas existem os impactos indiretos, que amplificam os atingidos, isso significar dizer, que mesmo os que estão fora destas áreas em disputa, sofrem suas consequências, passando pelo aumento no preço das tarifas de água, energia, e demais produtos que necessitam desta para sua produção, esses impactos não param por aí, podem chegar inclusive, na escassez do recurso.

Essas diferentes relações, criam e recriam processos contestatórios, de um lado atores hidro-hegemônicos, do outro, diferentes atores sociais, sobretudo, da sociedade civil organizada, que disputam para além do recurso, e sim, o direito à manutenção e a defesa de seus espaços e territórios e consigo, toda sua cultura, modo de vida, e demais aspectos fundantes dos processos por estes construídos e materializados no espaço e tempo, vistos e vivenciados em seus espaços e territórios.

A partir dessas relações conflituosas, surgem diversos conflitos, em diferentes escalas e formas, seja por apropriação do recurso e dos territórios, ou pela expropriação daqueles que os tinham no passado, dentre outras possibilidades. Os conflitos hídricos são plurais e diversos, no sentido de abranger diferentes extratos da sociedade, que se confrontam pelos recursos. Essa pluralidade de atores e consequentemente de interesses, tornam os conflitos hídricos complexos, tendo em vista, que cada grupo compreende a água de uma forma, alguns a partir dela como mercadoria, outros como morada, divindade, entre outras concepções conferidas a água.

Dentro dessa pluralidade de atores existentes, os movimentos sociais despontam como importantes atores contra hegemônicos, ou melhor dizendo, hidro-hegemônicos. Esses grupos

passaram a se organizar, seja internamente, a nível de um único movimento, ou coletivamente, quando diversos grupos, entidades, povos e comunidades juntam forças em busca de um benefício comum a estes ou para sociedade como um todo.

Assim sendo, esses movimentos sociais despontam como atores contestadores, com um papel importante nas lutas sociais. Porém, ao buscar compreender esses movimentos dentro da ciência geográfica, esbarrava, sobretudo, na construção do conceito fora da geografia, essa questão levaria a um debate mais denso, trazendo muitos elementos não geográficos, esse processo em si, não é problemático, mas sua utilização sem respeitar as premissas que foram pensadas e construídas dentro de outras ciências, poderia ocasionar em problemas ao presente trabalho. Devido a isso, buscou-se pensar os movimentos sociais a partir de sua construção dentro da ciência geográfica.

Em virtude disto, a opção da utilização dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais como forma de ver a partir da leitura do espaço e território e das ações sobre estes praticadas, possibilitando assim, o entendimento a respeito das diversas relações sociais presentes, que não seria possível observar pelo conceito sociológico de movimentos sociais, tendo em vista, a diferenciação de perspectivas, pois os estudos a respeito dos movimentos sociais em outras ciências não buscam compreendê-los a partir do espaço geográfico, como o presente trabalho se propôs a fazer.

Os movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais despontam como importantes atores pela luta e proteção de seus direitos, observou-se que estes, têm atuado tanto de forma individual, como coletivamente. Estes passam a construir uma agenda de lutas, seja para uma rápida resposta aos conflitos que estão inseridos, ou para reivindicações mais prolongadas no tempo. A atuação destes movimentos ocorre de diversas formas, desde manifestações, marchas, ocupações a processo judiciais, estes passam a criar um conjunto de estratégias para manutenção de seus direitos, espaços, territórios, modo de vida.

No presente trabalho, buscou-se compreender como os movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais das águas vem atuando, essa busca centrou-se nos dados obtidos a partir da REDE DATALUTA. Estes por sua vez, possibilitaram observar a distribuição das ações práticas ou sofridas por estes movimentos, assim sendo, constatou-se que estes movimentos das águas (socioespaciais e socioterritoriais) passam a atuarem em lugares estratégicos, como cidades que concentram instituições de tomada de decisão, como Brasília e

as demais capitais das unidades da federação. Assim como, outros espaços, como portos, ferrovias, estradas vitais para circulação, ou mesmo, as sedes das empresas.

Essa atuação, dá-se a nível de resposta aos impactos sofridos, seja cobrando, reivindicando matriz de danos, desapropriações, contaminações dentre outros aspectos que estão inseridos. Os diferentes processos produzidos por estes atores, deixam marcas no espaço e no tempo, que podem e devem ser capturadas e analisadas, a fim de compreender as diferentes dinâmicas aos quais estão inseridas. É importante frisar, que os movimentos socioespaciais e socioterritoriais não partem do nada, surgem sobretudo, da necessidade de grupos sociais lutarem por seus direitos, essa busca e procura, ocasiona na organização coletiva, que leva a formação de movimentos, os quais, podem ser locais, mas dependendo dos diferentes processos, podem ir ganhando novas escalas, até chegarem a níveis de abrangência nacional e ou internacional de atuação.

A pesquisa baseou-se na construção de um debate resultado da inter-relação de metodologias, seja para obtenção de referências, como de dados sobre o panorama dos conflitos nacionais. Essas práticas se mostraram eficientes, pois colaboram para obtenção de referências e informações, que podem ser trabalhadas e filtradas de diferentes formas, possibilitando-se assim, primeiro uma relação de proximidade como os debates científicos, sobretudo, em escala mundial. Segundo a oportunidade de observar de uma nova perspectiva as relações sociais inseridas nas disputas hídricas brasileiras e mundiais.

Os debates aqui travados, são o pontapé inicial para construção de uma perspectiva de pesquisa, que centrasse nos movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas. Esses por sua vez, pode ser visto e entendidos a partir de sua fluidez, tendo em vista, que assim como as águas, são fluidos e acontecem e são concebidos em diferentes espaços, como urbano, agrário, floresta e propriamente nos espaços das águas.

Movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas ainda carecem de aprofundamentos teórico-conceituais que possam dar conta de toda sua complexidade. Os dados do DATALUTA, ajudam nesta direção, uma vez que, fornecem informações imprescindíveis sobre a organização e luta dos povos e de todos aqueles que lutam pelo direito ao seu uso e de seus recursos de forma digna e segura. Assim, observou-se que as disputas por esses espaços/territórios, da mesma forma que, esteve presente em esferas políticas, econômicas, ambientais e sociais. No seio destas disputas, os movimentos socioespaciais e socioterritoriais despontam como os atores mais atuantes na direção da

conservação de seus direitos e manutenção de seu modo de vida, cultura, economia e sobretudo, de viver de forma equilibrada como o meio ambiente.

6 REFERÊNCIAS

- AMORIM, Alcides Leite de. Et al. **Conflitos em bacias hidrográficas compartilhadas: o caso da bacia do rio Piranhas-Açu/PB-RN**. RBRH vol. 21 no .1 Porto Alegre jan./mar. 2016 p. 36 - 45
- BARBAN, Vilma. **Fórum Mundial Da Água – Questões Fundamentais E Muitas Controvérsias**. REDD, Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v.1, n.2, jan./jul. 2009.
- BAIGÚN, C.R.M.; MINOTTI, P.G. **Conserving the Paraguay-Paraná Fluvial Corridor in the XXI Century: Conflicts, Threats, and Challenges**. Sustainability 2021, 13, 5198. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su13095198>. Acesso em 04 de Maio de 2022.
- BAKKER, K. (2010). **Privatizing Water**. Ithaca: Cornell University Press.
- BARRIOS, Sônia. A produção do espaço. In: SOUZA, Adélia de e SANTOS, Milton (Org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. (Coleção Espaços.)
- BASCO-CARRERA, LAURA et al. **Collaborative Modelling for Informed Decision Making and Inclusive Water Development**. Water Resources Management volume 31, pages 2611–2625 (2017)
- BERLINCK, Christian Niel. **Contribuição da educação ambiental na explicitação e resolução de conflitos em torno dos recursos hídricos**. Ambiente e Educação, Rio Grande, 8: 117-129, 2003.
- BETANCUR-ALARCÓN, Laura; KRAUSE, Torsten. **Reaching for the Mountains at the End of a Rebelocracy: Changes in Land and Water Access in Colombia's Highlands During the Post-peace Agreement Phase**. ORIGINAL RESEARCH article Front. Environ. Sci., 29 October 2020 disponível em: <https://doi.org/10.3389/fenvs.2020.546821>. Acesso em 19 de maio de 2022.
- BORDALO, Carlos Alexandre Leão. **A gestão dos recursos hídricos a luz da ecologia política: um debate sobre o controle público versus o controle privado da água no Brasil**. CUADERNOS DE GEOGRAFÍA | REVISTA COLOMBIANA DE GEOGRAFÍA | n.º 17, 2008 | ISSN: 0121-215X | BOGOTÁ, COLOMBIA | PP. 117-125
- BORDALO, Carlos Alexandre Leão. **Os conflitos socioambientais pelo uso da água no Brasil na perspectiva da Ecologia Política**. AMBIENTES. Volume 1, Número 2, 2019, pp. 78-110. ISSN: 2674-6816
- BOELENS, Rutgerd; ESHA, Xá & BRUIENS, Bert. **Contested Knowledges: Large Dams and Mega-Hydraulic Development**. Water 2019, 11(3), 416; disponível em: <https://doi.org/10.3390/w11030416>. Acesso em 18 de abril de 2022.
- BUI, Thi Minh Hang. et al. **Hydropower development in Vietnam: Involuntary resettlement and factors enabling rehabilitation**. Land Use Policy Volume 31, March 2013, Pages 536-544

CARNEIRO, Beatriz Scigliano (2012). **A construção do dispositivo meio ambiente**. Revista Ecológica, São Paulo, n. 4, set-dez, pp. 2-15.

CAMPOS, Valéria Nagy de Oliveira; FRACALANZA, Ana Paula. **Governança Das Águas No Brasil: Conflitos Pela Apropriação Da Água E A Busca Da Integração Como Consenso**. Ambiente & Sociedade - Campinas v. XIII, n. 2 - p. 365-382 - jul.-dez. 2010

CARVALHO, Andreza Tacyana Felix. **Bacia Hidrográfica Como Unidade De Planejamento: Discussão Sobre Os Impactos Da Produção Social Na Gestão De Recursos Hídricos No Brasil**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 42, v. 1, p. 140-161, jan-jun, 2020.

CONKER, Ahmet. **Understanding Turkish water nationalism and its role in the historical hydraulic development of Turkey**. Nationalities Papers , Volume 46 , Issue 5: Special Section: Between the wars , September 2018 , pp. 877 - 891. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00905992.2018.1473353>. Acesso em 26 de Abril de 2022.

COSTA, Tailson Pires. Perin, Ana Carolina Da Motta. **A Gestão Dos Recursos Hídricos No Brasil**. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/RFD/article/view/499>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. **Conflitos no campo: Brasil 2011**. -Goiânia: CPT Nacional, 2022. 192 p.

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. **Conflitos no campo: Brasil 2022**. -Goiânia: CPT Nacional, 2022. 269 p.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**, Hucitec/Nupaub, SP.1996.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Ilhas e Mares, simbolismo e imaginário**, Hucitec/Nupaub, SP. 1998. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Ilhas%20e%20Mares.pdf>. Acesso em 01 de Junho de 2022.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Água E Cultura Nas Populações Tradicionais Brasileiras**. I Encontro Internacional: Governança da Água, São Paulo, novembro 2007. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/simbolagua.pdf>. Acesso em 01 de Junho de 2022.

DI MAURO, Cláudio Antonio. **Conflitos Pelo Uso Da Água**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.36, Volume Especial, p. 81-105, 2014.

DUARTE-ABADÍA, Bibiana; BOELEN, Rutgerd; ROA-AVENDAÑO, Tatiana. **Hydropower, Encroachment and the Re-patterning of Hydrosocial Territory: The Case of Hidrosogamoso in Colombia**. Human Organization (2015) 74 (3): 243–254. Disponível em: <https://doi.org/10.17730/0018-7259-74.3.243>. Acesso em 12 de abril de 2022.

DUARTE-ABADÍA, Bibiana; BOELEN, Rutgerd; **Disputes over territorial boundaries and diverging valuation languages: the Santurban hydrosocial highlands territory in**

Colombia. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02508060.2016.1117271>. Acesso em 12 de abril de 2022.

DROESCHER, Fernanda Dias; SILVA, Edna. O **pesquisador e a produção científica**. Perspectivas em Ciência da Informação, v.19, n.1, p.10-189, jan./mar. 2014.

ESPINOZA, Rodrigo de Freitas. MARTINS, Rodrigo Constante. **Tecnologias De Saber-Poder Sobre As Águas: A Experiência Do Conselho Mundial Da Água**. Lua Nova, São Paulo, 113: 247-280, 2021

FLAMÍNIO, Silvia. **Modern and Nonmodern Waters: Sociotechnical Controversies, Successful Anti-Dam Movements and Water Ontologies**. Disponível em: <https://www.water-alternatives.org/index.php/alldoc/articles/vol14/v14issue1/610-a14-1-5/file>. Acesso em 19 de Julho de 2022.

FAO. **The State of the World's Land and Water Resources for Food and Agriculture: Managing Systems of Risk**. London, Earthscan/Rome, 2011. Disponível em: <https://www.fao.org/nr/solaw/solaw-home/en/>. Acesso em 01 de Julho de 2022.

FEARNSIDE, P. Brazil's Balbina Dam: **environment versus the legacy of the pharaohs in Amazonia**. Environmental management, v 13, n. 4, p. 401-423, 1989.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)**. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento social como categoria geográfica**. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano; Martin, Jean Yves. **Movimento socioterritorial e “globalização”**: algumas reflexões a partir do caso do MST. Lutas Sociais, São Paulo, v. 12, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan-jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.) **Territórios e Territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERREIRA, Ana Raquel Pinto Guedes. **História Do Movimento Ambientalista: A Sua Trajetória No Piauí**. Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Sub-Programa Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN). TERESINA, 2008.

FURTADO, Julia Maria da Silva. **Resistência ao Agronegócio**: território ribeirinho em Abaetetuba/PA e comunidade do Cajueiro/MA na rota dos projetos portuários. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2021.

FOLETO, Eliane Maria. **O Contexto Dos Instrumentos De Gerenciamento Dos Recursos Hídricos No Brasil**. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/geoambiente/article/view/528>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

FOLEY, Jonathan A. Et al. **Global Consequences of Land Use**. Science, 309 (5734) Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.1111772>. Acesso em 21 de Junho de 2022.

GALVÃO, Jucilene; BERMANN, Célio. **Crise hídrica e energia**: conflitos no uso múltiplo das águas. estudos avançados 29 (84), 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015000200004>. Acesso em 01 de agosto de 2020.

GRASA, RAFAEL. **Violencia directa y conflictos distributivos sobre el agua. Evolución del debate analíticoconceptual y propuesta de nuevo enfoque**. Relaciones Internacionales, nº 45, pp. 53-71.

GODINEZ-MADRIGAL, J., VAN CAUWENBERGH, N., VAN DER ZAAG, P.: **Unraveling intractable water conflicts**: the entanglement of science and politics in decision-making on large hydraulic infrastructure, Hydrol. Earth Syst. Sci., 24, 4903–4921

GODINEZ-MADRIGAL, Jonatan. Et al. **The limits to large-scale supply augmentation**: exploring the crossroads of conflicting urban water system development pathways, Hydrol. Earth Syst. Sci., 26, 885–902

GOEDERT, Valter Maurício. **O Simbolismo da água**. Encontros Teológicos nº 37 Ano 19 / número 1 / 2004. 79-90p.

GOMES, Jésus de Lisboa; BARBIERI, José Carlos. **Gerenciamento de recursos hídricos no Brasil e no estado de São Paulo**: um novo modelo de política pública. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512004000300002>. Acesso em 01 de Agosto de 2020.

GOTZ, Johanna M.; MIDDLETON, Carl. **Ontological politics of hydrosocial territories in the Salween River basin, Myanmar/Burma**. Political Geography Volume 78, April 2020, 102115. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2019.102115>. Acesso em 28 de abril de 2022.

GREGORIO, Danielle Khoury. **Sobre as águas da Amazônia**: Habitação e cultura ribeirinha. Disponível em: https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/2019_sobre_as_aguas_da_amazonia_DanielleGregorio.pdf. Acesso 01 de Junho de 2022.

HARRIS, Leila M.; ALATOUTB, Samer. **Negotiating hydro-scales, forging states**: Comparison of the upper Tigris/Euphrates and Jordan River basins. Volume 29, Edição 3, março de 2010, Páginas 148-156. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2010.02.012>. Acesso em 18 de abril de 2022.

HEMING, Li; REES, Philip. **Population Displacement in the Three Gorges Reservoir Area of the Yangtze River, Central China: Relocation Policies and Migrant Views.** INTERNATIONAL JOURNAL OF POPULATION GEOGRAPHY Int. J. Popul. Geogr. 6, 439-462 (2000)

HULSHOF, Mieke; VOS, Jeroen. **Diverging realities: how framing, values and water management are interwoven in the Albufera de Valencia wetland in Spain.** Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02508060.2016.1136454>. Acesso em 13 de Abril de 2022.

HOOGENDAM, Paul; BOELEN, Rutgerd. **Dams and Damages. Conflicting Epistemological Frameworks and Interests Concerning “Compensation” for the Misicuni Project’s Socio-Environmental Impacts in Cochabamba, Bolivia.** Disponível em: <https://doi.org/10.3390/w11030408>. Acesso em 13 de abril de 2022.

HOMMES, Lena; BOELEN, Rutgerd; MAAT, Harro. **Contested hydrosocial territories and disputed water governance: Struggles and competing claims over the Ilisu Dam development in southeastern Turkey.** disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2016.02.015>. Acesso em 13 de Abril de 2022.

ICOLD, International Commission on Large Dams. **World Register of Dams: General Synthesis.** Disponível em: https://www.icold-cigb.org/GB/world_register/general_synthesis.asp. Acesso em 19 de Julho de 2022.

ICOLD, International Commission on Large Dams. **CONSTITUTION STATUTS.** Disponível em: https://www.icold-cigb.org/userfiles/files/CIGB/INSTITUTIONAL_FILES/Constitution2011.pdf. Acesso em 19 de Julho de 2022.

INTERNATIONAL RIVERS. **Three Gorges Dam: A Model of the Past.** Disponível em: https://archive.internationalrivers.org/sites/default/files/attached-files/3gorgesfactsheet_feb2012_web.pdf. Acesso em 17 de Julho de 2022.

IDMC; Internal Displacement Monitoring Centre. **Dams And Internal Displacement: And Introduction,** 2017. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/publications/case-study-series-dam-displacement>. Acesso em 25 de Julho de 2022.

JACOBI, Pedro Roberto; BARBI, Fabiana. **Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil.** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 2 p. 237-244 jul./dez. 2007

JACOBI, Pedro Roberto. Et al. **Water Scarcity and Human Rights.** Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOCeditorialV1912016> . Acesso em 01 de Agosto de 2022.

KEOUGH, Sara Beth; SAIDOU, Hadiara Yayé. **Water delivery and the creation of hydrosocial routes: Comparing five neighborhoods in Niamey, Niger.** Geoforum Volume 125, October 2021, Pages 96-106 Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2021.07.006>. Acesso em 28 de abril de 2022.

LAZZERINI, Fábio Tadeu. BONOTTO, Daniel Marcos. **Fontes de águas “milagrosas” no Brasil**. *Ciência e Natura*, v. 36 Ed. Especial II, 2014, p.559–572

LEHNER, Bernhard. et al. **High-resolution mapping of the world’s reservoirs and dams for sustainable river-flow management**. *Front Ecol Environ* 2011; 9(9): 494–502 Disponível em: <https://esajournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1890/100125>. Acesso em 19 de Julho de 2022.

LITON, Jamie. **What is water?** : the history of a modern abstraction. *Nature/history/society*, 1713-6680. ISBN 978-0-7748-1701-1

LOPES, Mária de Sousa; BRITO, Dagunete Maria Chaves. Impactos socioambientais ocasionados por hidrelétrica no Vale do Jari, Amapá, Brasil: percepções comunitárias. *Revista Ambiente&Sociedade*. São Paulo. Vol. 24, 2021 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/H5dZwZpk66x7WSg4GGNkkWv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 25 de Julho de 2022.

LÓPEZ, Rígel Rocha; HOOGENDAM, Paul; VOS, Jeroen; BOELENS, Rutgerd. Transforming hydrosocial territories and changing languages of water rights legitimation: Irrigation development in Bolivia’s Pucara watershed. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2019.04.012>. Acesso em 13 de abril de 2022.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

MAIA, Ivan Luis Barbalho. **O Acesso À Água Potável Como Direito Humano Fundamental No Direito Brasileiro**. *Revista Do CEPEJ*, (20). Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/CEPEJ/article/view/27165>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

MARTIN, Jean Yves. **A geograficidade dos movimentos socioespaciais**. *Caderno Prudentino de Geografia* n.19/20. 1997. p. 26-41

MARTINI, Luiz Carlos Pittol. TRENTINI, Élen Cristin. Agricultura em zonas ripárias do sul do Brasil: conflitos de uso da terra e impactos nos recursos hídricos. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922011000300010> . Acesso em 01 de agosto de 2022.

MASON, Michael; KHAWLIE, Mohamad. **Fluid Sovereignty: State–Nature Relations in the Hasbani Basin, Southern Lebanon**. Pages 1344-1359. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/24694452.2016.1213155>. Acesso em 26 de abril de 2022.

MASON, Michael. **Hydraulic patronage: A political ecology of the Turkey-Northern Cyprus water pipeline**. *Political Geography* Volume 76, January 2020, 102086. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2019.102086>. Acesso em 26 de abril de 2022.

MASON, Michael. **The Application of Warfare Ecology to Belligerent Occupations**. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-007-1214-0_11. Acesso em 17 de maio de 2022.

MESTANZA-RAMÓN, Carlos. Et al. History, **Socioeconomic Problems and Environmental Impacts of Gold Mining in the Andean Region of Ecuador**. Int. J. Environ. Res. Public Health 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph19031190>. Acesso em 20 de Maio de 2022.

MENDES, Noeli Aparecida Serafim. **As usinas hidrelétricas e seus impactos**: os aspectos socioambientais e econômicos do Reassentamento Rural de Rosana - Euclides da Cunha Paulista. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/96258>. Acesso em 25 de Julho de 2022.

MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1992.

MCKEE, Emily. **Divergent visions**: Intersectional water advocacy in Palestine. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2514848620909386>. Acesso em 17 de maio de 2022

MOLINA CAMACHO, Francisco. **Intergenerational dynamics and local development**: Mining and the indigenous community in Chiu Chiu, El Loa Province, northern Chile. Geoforum Volume 75, October 2016, Pages 115-124. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2016.06.015>. Acesso em 04 de maio de 2022.

MOLLE, François; FLOCH, Philippe. **Megaprojects and Social and Environmental Changes**: The Case of the Thai “Water Grid”. Ambio Vol. 37, No. 3, May 2008.

MOLLE, François; WESTER, Philippus. **River basin trajectories: an inquiry into changing waterscapes**. Disponível em: <https://cabidigitallibrary.org/doi/10.1079/9781845935382.0001>. Acesso em 31 de Julho de 2022.

MOLLE, François. Et al. **Hydraulic Bureaucracies and the Hydraulic Mission**: Flows of Water, Flows of Power. Water Alternatives 2(3): 328-349 Disponível em: <https://www.water-alternatives.org/index.php/allabs/65-a2-3-3/file>. Acesso em 31 de Julho de 2022.

MORETTI, Luiz Roberto; GONTIJO JÚNIOR, Wilde Cardoso. **Conciliação De Conflito Dentro Da Política Brasileira De Recursos Hídricos** – O Caso Do Sistema Cantareira. Disponível em: https://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/CDOC/ProducaoAcademica/Wilde%20Caroso%20Gontijo%20Junior/7_Concilia%E7%E3o%2%20conflitos%20dentro%20da%20pol%EDtica%20brasileira%20de%20recursos%20h%EDdricos%20-%20o%20caso%20do%20Sistema%20Cantareira.pdf. Acesso em 01 de Agosto de 2022.

MOREIRA, Michel Castro. Et al. Índices para **Identificação de Conflitos pelo Uso da Água**: Proposição Metodológica e Estudo de Caso. RBRH – Revista Brasileira de Recursos Hídricos Volume 17 n.3 - Jul/Set 2012, 7-15

MULLIGAN, MARK. et al. **GOODD, a global dataset of more than 38,000 georeferenced dams**. Scientific Data | (2020) 7:31 Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41597-020-0362-5>. Acesso em 19 de Julho de 2022.

NAGABHATLA, Nidhi. et al. **Water, conflicts and migration and the role of regional diplomacy: Lake Chad, Congo Basin, and the Mbororo pastoralist.** Environmental Science & Policy Volume 122, August 2021, Pages 35-48

OLIVEIRA JUNIOR, Jair Antonio de. **Arquitetura ribeirinha sobre as águas da Amazônia: o habitat em ambientes complexos.** Dissertação de mestrado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OMM, Organização Meteorológica Mundial. **World Climate Conference: A Conference Of Experts On Climate And Mankind.** Geneva, 12-23 February 1979.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Report Of The United Nations Water Conference.** Mar Del Plata, 14-25 March 1977.

ONU, Organização das Nações Unidas. **General Assembly: World Charter for Nature.** A/RES/37/7 48th plenary meeting 28 October 1982.

ONU, Organização das Nações Unidas. **General Assembly: Report of the World Commission on Environment and Development.** A/42/427, 1987.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos da Água.** Disponível em: http://www.cecol.fsp.usp.br/dcms/uploads/arquivos/1483371864_UNU-Declaração%20Universal%20dos%20Direitos%20da%20Água.pdf. Acesso em 31 de Maio de 2022.

ONU, Organização das Nações Unidas. **General Assembly:Resolution adopted by the General Assembly on 28 July 2010.** A/RES/64/292. 2010a.

ONU, Organização das Nações Unidas. **General Assembly:Resolution adopted by the Human Rights Council.** A/HRC/RES/15/9. 2010b.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Transforming our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development.** A/RES/70/1, 2015.

ONU, Organização das Nações Unidas. Centro Regional de Informação para Europa ocidental. **Água.** Disponível em: <https://unric.org/pt/agua/#:~:text=A%20%C3%A1gua%20est%C3%A1%20no%20centro,e%20ao%20saneamento%20at%C3%A9%202030>. Acesso em 26 de Maio de 2022.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Marcos ambientais: Linha do tempo dos 75 anos da ONU.** Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/news-and-stories/story/environmental-moments-un75-timelin> e. Acesso em 10 de março de 2022.

OROSCO, Rebeca Tricarico. **Conflitos Na Gestão De Recursos Hídricos No Brasil: O Caso Da Interligação Jaguari-Atibainha Na Bacia Hidrográfica Do Rio Paraíba Do Sul.** Disponível em: <https://www.ufjf.br/srhps/files/2018/09/A0028.pdf>. Acesso em 01 de Agosto de 2022.

PAERREGAARD, Karsten; ULLBERG, Susann Baez; BRANDSHAUG, Malene. Smooth

flows? **Hydrosocial communities, water governance and infrastructural discord in Peru's southern highlands**. Water International Volume 45, 2020. Pages 169-188 Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02508060.2020.1755538>. Acesso em 02 de Maio de 2022.

PALHETA, João Marcio; Oliveira Neto, Adolfo da Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia Paraense**. Rev. NERA Presidente Prudente ano 21, n. 42, pp. 354-372 Dossiê/2018 ISSN: 1806-6755

PANTOJA, Vanda Maria Leite. PEREIRA, Jesus Marmanillo. **Grandes Projetos E Populações Tradicionais Na Amazônia: a Suzano Papel e Celulose no Maranhão**. POLÍTICA & TRABALHO Revista de Ciências Sociais, nº 45, Julho/Dezembro de 2016, p. 327-340

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon de. **A CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO COMO PONTO DE PARTIDA PARA A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE**. Revista direitos fundamentais e democracia. ISSN 1982-0496 Vol. 6 (2009) 1-25p

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. 235 f. Teses (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

PEDROSA, Valmir de Albuquerque. - **Solução de conflitos pelo uso da água**. – Serra, ES : 2017. 109 p

PEIXOTO, Filipe da Silva. Et al. **Conflitos pela água no Brasil**. Soc. Nat. | Uberlândia, MG | v.34 | e59410 | 2022 | ISSN 1982-4513

PINHEIRO, Maria Inês Teixeira. **Tipologia De Conflitos De Usos Das Águas: Estudos De Casos No Estado Do Ceará**. Dissertação mestrado. Universidade Federal do Ceará. 2002.

PESSINI, Leo; SGANZERLA, Anor. **Evolução histórica e política das principais conferências mundiais da ONU sobre o clima e meio ambiente**. Disponível em: <https://doi.org/10.14422/rib.i01.y2016.009>. Acesso em 10 de março de 2022.

PEREIRA, Dilma Seli Pena. JOHNSSON, Rosa Maria Formiga. **Descentralização da gestão dos recursos hídricos em bacias nacionais no Brasil**. REGA – Vol. 2, no. 1, p. 53-72, jan./jun. 2005

PRIETO LÓPEZ, Ana; DUARTE-ABADÍA; Bibiana; BOELEN, Rutgerd. **Territory in conflict: land dispossession, water grabbing and mobilization for environmental justice in southern Spain**. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07900627.2020.1854693>. Acesso em 13 de abril de 2022.

RIBEIRO, Walter Costa; SANTOS, Cinthia Leone Silva dos; SILVA, Cinthia Leone Silva dos. Et al. **Conflito pela água, entre a escassez e a abundância: Marcos teóricos**. AMBIENTES. Volume 1, Número 2, 2019, pp. 11-37. ISSN: 2674-6816

ROJAS ROSALES, Carlos Arturo. **Biopolítica e hidropoder del agua potable en América Latina**: Recursos conceptuales para comprender la hidrohegemonía en América Latina. *Relaciones Internacionales*, (45), 107–136.

ROSSI, Renata Alvarez. SANTOS, Elisabete. **Conflito E Regulação Das Águas No Brasil – A Experiência Do Salitre**. Caderno CRH, Salvador, v. 31, n. 82, p. 151-167, Jan./Abr. 2018.

RULLI, Maria Cristina; SAVIORI, Antonio; D'ODORICO, Paolo. **Global land and water grabbing**. PNAS - January 15, 2013 | vol. 110 | no. 3 892–897

SAAVEDRA, J. Fernando Estenssoro. **Antecedentes para una historia del debate político en torno al medio ambiente: la primera socialización de la idea de crisis ambiental (1945-1972)**. Revista Universum N° 22 Vol.2: 88-107, 2007

SAAVEDRA, J. Fernando Estenssoro. **HISTORIA DEL DEBATE AMBIENTAL EN LA POLITICA MUNDIAL 1945-1992** La Perspectiva Latinoamericana. Disponível em: <https://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/9701/LIBRO%20Historia%20del%20debate%20ambiental%20en%20la%20politica%20mundial.pdf> . acesso em 09 de março de 2022.

SANT'ANNA, Fernanda Mello. **Tensões E Conflitos Na Governança Dos Recursos Hídricos Amazônicos Transfronteiriços**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N° 31 especial, pp. 132 – 145 , 2012

SEEMANN, Miriam. **Inclusive recognition politics and the struggle over hydrosocial territories in two Bolivian highland communities**. Water International Volume 41, 2016 Pages 157-172. Disponível: <https://doi.org/10.1080/02508060.2016.1108384>. Acesso em 04 de maio de 2022.

SNEDDON, Cris; FOX, Coleen. **Rethinking transboundary waters: A critical hydrogeopolitics of the Mekong basin**. Political Geography Volume 25, Issue 2, February 2006, Pages 181-202

SICILIANO, Giuseppina; URBAN, Frauke. **Equity-based Natural Resource Allocation for Infrastructure Development: Evidence From Large Hydropower Dams in Africa and Asia**. Ecological Economics, Volume 134, April 2017, Pages 130-139

SILVA, Thalita Veronica Gonçalves. **O Direito Humano De Acesso À Água Potável e ao Saneamento Básico**. Análise Da Posição Da Corte Interamericana De Direitos Humanos. Disponível em: <https://conexaogua.mpf.mp.br/arquivos/artigos-cientificos/2016/13-o-direito-humano-de-ace-sso-a-agua-potavel-e-ao-saneamento-basico-analise-da-posicao-da-corte-interamericana-de-direitos-humanos.pdf>. Acesso em 1 de agosto de 2022.

SOARES, Samira Iasbeck de Oliveira. **A mediação de conflitos na gestão de recursos hídricos no Brasil**. Dissertação de mestrado – Universidade do Estado de São Paulo - São Paulo, 2008.

SOBREIRO FILHO, José. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimento em pedaços**: Da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão dos movimentos

socioterritoriais camponeses. 546 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013.

SOBREIRO FILHO, José. **Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, manifestações e as redes sociais**: das manifestações internacionais ao Movimento Passe Livre-SP. GeoGraphos. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 6 de enero de 2015, vol. 6, nº 73, p. 1-29. [ISSN: 2173-1276]

SOBREIRO FILHO, José. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics** : produção do espaço, redes e lógicaracionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina (tese de doutorado) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016.

SOUZA, Wanderley Lemgruber de. **Impacto Ambiental De Hidrelétricas: Uma Análise Comparativa De Duas Abordagens**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://antigo.ppe.ufrrj.br/ppes/production/tesis/wlemgruber.pdf>. Acesso em 25 de Julho de 2022.

STUDART, Ticiania Marinho de Carvalho. Et al. **Turbulent waters in Northeast Brazil: A typology of water governance-related conflicts**. Environmental Science & Policy Volume 126, December 2021, Pages 99-110

TANDAM, Promod. **Challenging hydro-hegemony of India**: resistance of Nepal in the Upper Karnali and Saptakoshi dam project. Sustainable Water Resources Management volume 7, Article number: 106 (2021). Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40899-021-00580-2>. Acesso em 26 de abril de 2022.

TUCCI, Carlos E. M; CORDEIRO, Oscar M. **Diretrizes estratégicas para ciência e tecnologia em recursos hídricos no brasil**. REGA – Vol. 1, no. 1, p. 21-35, jan./jun. 2004

TUCCI, Carlos E. M; **Cenários Da Gestão Da Água No Brasil**: Uma Contribuição Para A “Visão Mundial Da Água”. RBRH - Revista Brasileira de Recursos Hídricos Volume 5 n.3 Jul/Set 2000, 31-43

TRUITT NAKATA, Ginya; ZEIGLER , Margaret. MARGARET, Zeigler. **O próximo celeiro global: como a América Latina pode alimentar o mundo**: um chamado à ação para o enfrentamento dos desafios e a busca de soluções. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/O-pr%C3%B3ximo-celeiro-global-Como-a-Am%C3%A9rica-Latina-pode-alimentar-o-mundo-Um-chamado-%C3%A0-a%C3%A7%C3%A3o-para-o-enfrentamento-dos-desafios-e-a-busca-de-solu%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em 04 de Julho de 2022.

TOMASONI, Marco Antônio. Et al. **A questão dos recursos hídricos e as perspectivas para o Brasil**. GeoTextos, vol. 5, n. 2, dez 2009.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Man and the Biosphere (MAB) Programme**. Disponível em: <https://en.unesco.org/mab>. Acesso em 09 de Abril de 2022.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Relatório Mundial Das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Dos Recursos Hídricos 2021. O valor da água. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375751_por. Acesso em 01 de Julho de 2022.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Fatos e dados:** Relatório Mundial Das Nações Unidas Sobre O Desenvolvimento Dos Recursos Hídricos 4.BR/2012/PI/H/11

VALLADARES, Carolina; BOELEN, Rutgerd. **Mining for Mother Earth. Governmentalities, sacred waters and nature's rights in Ecuador.** Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2019.02.009>. Acesso em 13 de abril de 2022.

VILLAMAYOR-TOMAS, Sergio; GARCÍA-LÓPEZ, Gustavo A. **Commons Movements: Old and New Trends in Rural and Urban Contexts.** Annual Review of Environment and Resources Vol. 46:511-543. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-environ-012220-102307>. Acesso em 28 de abril de 2022.

VICTORINO, Valério Igor P. **Monopólio, conflito e participação na gestão dos Monopólio, conflito e participação na gestão dos Monopólio, conflito e participação na gestão dos recursos hídricos.** Ambiente & Sociedade – Vol. VI nº. 2 jul./dez. 2003

VOS, Jeroen; HINOJOSA, Leonith. **Virtual water trade and the contestation of hydrosocial territories.** Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02508060.2016.1107682>. Acesso em 09 de Abril de 2022.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. **Conflitos E Impactos Ambientais Na Exploração Dos Recursos Minerais Na Amazônia.** Esse artigo faz parte da dissertação de mestrado intitulada “Conflitos e Movimentos Sociais Populares em Área de Mineração na Amazônia” defendida pelo autor no Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGG/UFRJ em 2008.

WESSELS, Matthijs. Et al. **Upsetting the apple cart? Export fruit production, water pollution and social unrest in the Elgin Valley, South Africa.** Water International Volume 44, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02508060.2019.1586092>. Acesso em 28 de abril de 2022.

WILLIAMS, Jessica M. **Discourse inertia and the governance of transboundary rivers in Asia.** Earth System Governance Volume 3, March 2020, 100041. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.esg.2019.100041>. Acesso em 29 de Julho de 2022.

WILSON, Nicole J.; INKSTER, Jody. **Respecting water:** Indigenous water governance, ontologies, and the politics of kinship on the ground. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2514848618789378>. Acesso em 17 de maio de 2022.

World Bank. **World Bank Open Data.** Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NV.AGR.TOTL.ZS>. Acesso em 01 de Julho de 2022.

WWC - World Water Council. History World Water Council. Disponível em: <https://www.worldwatercouncil.org/en/history>. Acesso em 25 de Maio de 2022.

WWC - World Water Council. **WATER CRISIS**. Disponível em: https://www-worldwatercouncil-org.translate.google/en/water-crisis?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=op.sc. Acesso em 02 de Junho de 2022.

World Commission on Dams, 2000. **Dams and development, a new framework for decision-making**. The Report of the World Commission on Dams. Earthscan Publications Ltd., London/Sterling, VA.

WU, Bingfang. et al. **Quantifying global agricultural water appropriation with data derived from earth observations**. Journal of Cleaner Production. Volume 358, 15 July 2022, 131891

ZEITOUN, M.; EIB-SABBAGH, K.; TALHAMI, M. and Dajani, M. 2013. **Hydro-hegemony in the Upper Jordan waterscape: Control and use of the flows**. Water Alternatives 6(1): 86-106. Disponível em: <https://www.water-alternatives.org/index.php/volume6/v6issue1/200-a6-1-5/file>. Acesso em 26 de Abril de 2022.

ŽENKO, Maja; MENGA, Filippo. **Linking Water Scarcity to Mental Health: Hydro–Social Interruptions in the Lake Urmia Basin, Iran**. Water 2019, 11(5), 1092 disponível em: <https://doi.org/10.3390/w11051092>. Acesso em 04 de maio de 2022.

ZORZI, Lorenzo. Et al. **O direito humano de acesso à água potável: uma análise continental baseada nos Fóruns Mundiais da Água**. Rev. Ambient. Água vol. 11 n. 4 Taubaté – Oct. / Dec. 2016.